

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES DO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

**A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NO
BRASIL: UMA RESPOSTA À ATUAL FASE DE TRANSIÇÃO
DO SISTEMA MUNDO CAPITALISTA**

ANA PAULA DA SILVA DE BARCELLOS

**FLORIANÓPOLIS
2004**

Ana Paula da Silva de Barcellos

**A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NO BRASIL:
UMA RESPOSTA À ATUAL FASE DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA
MUNDO CAPITALISTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Hoyêdo Nunes Lins, Dr.

Florianópolis, julho de 2004.

A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NO BRASIL: UMA RESPOSTA À ATUAL FASE DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA MUNDO CAPITALISTA

Ana Paula da Silva de Barcellos

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Economia (área de concentração em Transformações do Capitalismo Contemporâneo) e aprovada, na sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Celso Leonardo Weydmann, Dr.
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos professores:

Prof. Hoyêdo Nunes Lins, Dr.
Orientador

Prof. Pedro Antonio Vieira, Dr.
(membro)

Prof. Armando Lisboa, Dr.
(membro)

***Dedico este trabalho a minha família,
Aos meus pais Clóvis e Vera,
Ao meu irmão José Felipe;
Pelo exemplo de força, amor e coragem.
E a todos que estiveram presentes
Nesta minha caminhada e de
Alguma forma me ajudaram a
Crescer como pessoa.***

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto da colaboração direta e indireta de muitas pessoas e instituições, que são e foram importantes principalmente nesse período de desenvolvimento da pesquisa. Quero registrar neste espaço o meu reconhecimento e agradecimento àqueles que nos momentos difíceis permaneceram ao meu lado e aqueles que contribuíram e compartilharam dessa caminhada.

- Ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE, professores e funcionários, pelo espaço e experiência vivenciados, e principalmente aos amigos: Evelise Elpo (sem palavras, Lele!), Prof. Silvio Cario, Prof. Lauro Mattei, Prof. Renato Campos, Prof. José Nicolau, pelo incentivo e apoio intelectual.
- Aos professores da área de Transformações do Capitalismo Contemporâneo, por ensinar uma nova forma de ver o mundo, em especial ao Prof. Idaeto Aued pelas magníficas aulas e pelo carinho.
- Ao meu orientador Prof. Hoyêdo Nunes Lins, pela confiança e incentivo em todos os momentos.
- Aos membros da Banca Examinadora: Prof. Pedro Vieira e Prof. Armando Lisboa, por sua contribuição.
- A amiga Shandi de todas as horas pela força, carinho e incondicional apoio nos assuntos intelectuais e pessoais, obrigadão!
- Aos amigos, Ana Menezes, Álvaro, Jefferson, Cidley, Zé Tavares, Nine, Fabinho, Jana, Luciano, que nos almoços e cafés sempre agregavam novas idéias. A Kawamoto que mesmo de longe, sempre pareceu estar perto. A Javier que me ajudou a acreditar que seria possível.
- Ao pessoal parceiro de Cricúma, Ivan, Sandro, Márcio, Zana, Leo, Alcides e demais, pela oportunidade de engrandecimento profissional e pelas horas de descontração.
- Ao Marcelo Coelho que neste final turbulento me trouxe calma e muitas alegrias.

***Se tivéssemos de escolher entre
Conhecimento e virtude, a última
seria sem dúvida a melhor escolha,
pois é a mais valiosa. O bom coração que
é fruto da virtude é por si só um
grande benefício para a humanidade.
O mero conhecimento, não.
(Dalai-Lama)***

RESUMO

BARCELLOS, Ana Paula da Silva. **A Evolução das cooperativas de trabalho no Brasil**: uma resposta a atual fase de transição do sistema mundo-capitalista. 2004. 141f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Orientador: Prof. Hoyêdo Nunes Lins, Dr.

A evolução das cooperativas de trabalho no Brasil apresenta um avanço significativo desde o início da década de 1990, que vem se mantendo nos primeiros anos do século XXI. Este avanço tem sido explicado pela atual crise no mercado de trabalho, que se caracteriza, principalmente, pelo aumento da taxa de desemprego e pelo crescimento do setor informal. E é neste cenário que vários trabalhadores tem buscado, através destas cooperativas, alternativas que saciam a necessidade de geração de emprego e renda. Esta pesquisa, objetiva compreender a expressão do fenômeno dessas cooperativas dentro da conjuntura do mercado de trabalho, no entanto, pretende ampliar o horizonte teórico para uma compreensão mais ampla dos acontecimentos através da abordagem do sistema-mundo capitalista. Deste modo, é através do comportamento estrutural da longa duração do capitalismo como sistema histórico que se pretende contextualizar a atual fase de transição em que se encontra a economia-mundo capitalista, de modo a perceber quais as implicações desta fase num país semiperiférico como o Brasil, que por fim faz com que seus trabalhadores busquem nas cooperativas de trabalho uma forma de enfrentamento das dificuldades geradas no mundo do trabalho.

Palavras-chaves: Cooperativas de Trabalho, Mercado de Trabalho Brasileiro, Sistema Mundo-Capitalista.

ABSTRACT

BARCELLOS, Ana Paula da Silva. **A Evolução das cooperativas de trabalho no Brasil**: uma resposta a atual fase de transição do sistema mundo-capitalista. 2004. 141f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Adviser: Prof. Hoyêdo Nunes Lins, Dr.

The evolution of the work cooperatives in Brazil has present a significant growth since the early 1990's and has well continue into the fist years of he XXI Century. This increase can be understood as a result of the creases in the labor market, which is characterized by higher unemployment rate and by increased informal jobs. It is in this job environment that many workers have looked for employment and incoming alternatives through job cooperatives. This research aims too understand who this cooperatives are inserted in the job market environment, and in addition, although it is also intended to broaden the theoretical horizon for allowing a wider comprehensions of the facts through a capitalist world-system approach. Therefore, by looking at the structural behavior of the long enduring capitalism as a historic system intends to frame the current transition period of the capitalist world-economy in order to perceive who they infer in semi-peripheral countries, like Brazil, where workers are looking at job cooperatives as a manner of facing the difficulties spanned in the job market.

Key words: Work cooperatives, labor market of Brazil, capitalist world-system.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: População economicamente ativa de 15 anos e mais	79
Gráfico 2: População desocupada de 15 anos e mais	79
Gráfico 3: Tempo médio de procura de trabalho	80
Gráfico 4: Evolução dos percentuais de participação dos setores industrial, comércio e serviços no total de empregos gerados no Brasil desde 1980	82
Gráfico 5: Taxas de desemprego anual	83
Gráfico 6: Ocupação por posição ocupada	87
Gráfico 7: Rendimento médio por posição	88
Gráfico 8: Evolução do número de cooperativas no Brasil desde a década de 1990	123
Tabela 1: Número de cooperativas, cooperados e empregados por segmento – 2003	124

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2 EIXO NORTEADOR DA PESQUISA	17
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo geral.....	18
1.3.2 Objetivos Específicos.....	18
1.4 METODOLOGIA.....	19
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	20
2. MARCO CONCEITUAL E CONTEXTO: A PRESENTE TRANSIÇÃO DO SISTEMA MUNDO CAPITALISTA	21
2.1 MARCO CONCEITUAL	22
2.1.1 Vida material, economia de mercado e capitalismo: o esquema tripartite de Braudel	25
2.1.2 Noções centrais da abordagem em termos do sistema-mundo	28
2.1.2.1 A economia-mundo capitalista	30
2.1.3 O modelo núcleo-orgânico/periferia	35
2.1.4 Os ciclos sistêmicos de acumulação.....	39
2.2 A ATUAL FASE DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA MUNDO CAPITALISTA.....	43
2.2.1 O período pós-45 no sistema mundo capitalista	46
2.2.2 A transformação da força de trabalho no sistema-mundo pós 1945	51
3. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO PÓS DÉCADA DE 1990.....	64
3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA POSIÇÃO SEMIPERIFÉRICA DO BRASIL..	65
3.2 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	75
3.2.1 O período pós-década de 1990.....	78
3.2.1.1 Economia Popular e Solidária como alternativa à geração de emprego e renda .	95

4. A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.....	103
4.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO	104
4.2 ESTRUTURA DO COOPERATIVISMO.....	112
4.2.1 Valores e Princípios	114
4.2.2 Características e tipologia.....	117
4.3 AS COOPERATIVAS DE TRABALHO NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 90	121
4.3.1 A fraude das “coopergatos”	127
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	136

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O cooperativismo é considerado um sistema não só de produção, mas também de comercialização e consumo que se fundamenta pelo processo democrático e participativo de seus membros, com o intuito de prover-lhes sua necessidade através do desenvolvimento social e econômico. Deste modo, as cooperativas representam a unidade econômica capaz de prover aos seus membros o crescimento econômico desejado, aliado ao crescimento social.

As atividades cooperativas estão presentes em nossa sociedade desde a Idade Antiga. Contudo, com os efeitos da Primeira Revolução Industrial, é no século XIX, que surge o movimento cooperativista entre os chamados socialistas utópicos – Charles Fourier, Willian King, Philippe Buchez, Louis Blanc e Robert Owen. Entre as experiências cooperativistas que mais se destacam neste período, a de Rochdale, que surge em 1844, serviu de exemplo e fonte de inspiração dos princípios - como a livre-adesão, a participação democrática e a autogestão - que norteiam tais atividades até os dias de hoje.

As formas em que as cooperativas podem ser encontradas diferem não somente no caráter jurídico de sua composição – cooperativas de pessoas físicas ou jurídicas, mas também nos tipos de atividades desenvolvidas pelas mesmas. Estas atividades, por sua vez, são divididas em segmentos nos quais as cooperativas estão alocadas, entre os principais destacam-se: o agropecuário; de saúde; de consumo; de produção; de crédito; e, de trabalho. Sendo que este último trata do objeto de análise desta pesquisa.

No Brasil, as primeiras cooperativas datam do final do século XIX, porém somente com a crise econômica mundial de 1930 é que estas apareceram com mais destaque, principalmente no sul do país; e também na década de 1970. Estes períodos representam duas crises mais importantes do último século. Sendo que desde a década de 1990, têm-se percebido uma significativa expansão do cooperativismo no Brasil, principalmente junto às cooperativas de trabalho.

Pretende-se, então, neste estudo, abordar o fenômeno da grande expansão das cooperativas de trabalho no Brasil considerando tratar-se de uma manifestação dos processos enfiados no atual cenário do mundo do trabalho.

Vários autores da literatura especializada afirmam que esta visível evolução do número de cooperativas de trabalho na década de 1990 está associada tanto ao movimento de precarização das relações de trabalho quanto, principalmente, à expansão do desemprego e do trabalho informal. Desta maneira, as pessoas que se encontram excluídas no setor formal¹ do mercado de trabalho buscam encontrar alternativas para geração de emprego e renda, e as cooperativas têm se apresentado como uma importante fonte destes fins dentro dos setores populares da economia.

Uma vez que se pretende observar a evolução das cooperativas no Brasil pós-década de 1990, é importante analisar as inter-relações que este país mantém com a economia mundial, Por sua vez, desde o princípio da sua história aparece como subordinado aos interesses da metrópole, e subjugado a um papel coadjuvante dentro da hierarquia interestatal capitalista, que é determinado, em grande medida a forma como este país iria atuar dentro da divisão mundial do

¹ A especificação do setor formal do mercado de trabalho está diretamente associada aos trabalhadores que apresentam vínculo empregatício através da carteira assinada.

trabalho. Portanto, os mecanismos do mercado de trabalho brasileiro sempre estiveram em acordo com as tendências polarizadoras da economia mundial, e deste modo respondem aos comportamentos cíclicos desta.

No cenário contemporâneo, vê-se que a década de 1990 traz impulsos neoliberais em seu cenário mundial, sendo que no Brasil estes impulsos se traduziram, entre outras formas, em um processo acelerado de abertura de seus mercados. Como consequência, o que se presenciou nesta reestruturação econômica foi a extinção de vários postos de trabalho formais dentro do setor industrial. Os processos de privatização também tiveram grande participação na alteração da estrutura do mercado de trabalho neste período, provocando a demissão de inúmeros funcionários ligados às empresas estatais. Além, é claro, das reestruturações das gestões administrativas que impulsionaram a troca de trabalhadores com vínculo empregatício por trabalhadores subcontratados e terceirizados.

Essas alterações das relações de trabalho têm-se tornado cada vez mais dinâmicas e perceptíveis na sociedade contemporânea e se traduzem num consistente aumento das taxas de desemprego, também explicadas pelo baixo crescimento econômico. No Brasil, o mercado de trabalho assalariado tem se apresentado envolto em mudanças marcantes, passando por processos de intensa informalização, estando assim o setor informal responsável por grande parte da geração de emprego no país desde a década passada.

É importante ressaltar que esta forte tendência à informalização se reflete principalmente na precarização das condições de trabalho. Pois, se o trabalhador não possui seus direitos garantidos através da carteira de trabalho assinada pelo empregador, perde as garantias previstas na legislação vigente, como um nível

básico de qualidade de emprego, garantia de férias, de seguridade social, dentre outras.

Sendo a evolução de cooperativas de trabalho no Brasil o fenômeno central a ser analisado nesta dissertação, e estando este inserido na conjuntura que se reflete na atual crise no mercado de trabalho, esta análise por si só já tende a explicar a relevância desta pesquisa. Contudo, o que se pretende é ampliar o horizonte deste estudo, contemplando a percepção das tendências estruturais que permeiam, em uma primeira estância, o cenário conjuntural e, em última estância o fenômeno em si.

A fundamentação teórico-analítica adotada para a observação do comportamento estrutural sustenta-se na abordagem do sistema-mundo. E para tanto irá se basear, principalmente, nas contribuições de autores como Braudel, Wallerstein, Arrighi e Silver.

Esta abordagem adota a longa duração como a principal dimensão temporal para a análise dos sistemas sociais e, dentro deste contexto a visão braudeliana do capitalismo apresenta a primazia com que este expõe o capital em sua forma mais flexível, ou seja, sua capacidade de se adequar às mais distintas formas que proporcionem sua reprodução e expansão no decorrer dos séculos. Sendo assim, o capital torna-se “livre”, buscando os locais e as condições favoráveis que garantam sua função primordial de ser “capital gerando mais capital”.

O capitalismo visto, então, como sistema histórico, prepondera sua definição espaço-temporal, unindo em seu âmago um sistema inter-Estatal e uma economia-mundo capitalista. Surge na Europa no século XVI e expande-se por todas as partes do globo, integrado-as em sua economia. Este processo de integração se deu por meio da organização social do trabalho, ou seja, por meio da inserção destas zonas

na divisão mundial do trabalho através das cadeias de mercadorias, que ultrapassam o poder político dos Estados e englobam as áreas mais remotas no planeta dentro da economia-mundo capitalista. Formando, assim, o sistema inter-Estatal hierarquizado entre centro e periferia, e também com uma semiperiferia, que foi e continua sendo o palco de atuação das hegemonias.

Além da tendência à continuidade do comportamento estrutural que permeia as relações no sistema-mundo capitalista em sua longa duração, existe simultaneamente um movimento de descontinuidade que envolve tal estrutura em inovações, expressando as mudanças neste sistema. Neste contexto de mudanças, as transições hegemônicas ganham destaque, podendo ser observadas através dos ciclos de acumulação sistêmica, que representam a ascensão e o declínio das hegemonias. Estes ciclos se subdividem, então, numa fase inicial de expansão material e uma fase final de expansão financeira, que findará em um período de crise hegemônica e abrirá espaço para o início de um novo ciclo.

O cenário atual indica um período de transição do sistema-mundo capitalista, que com a crise do ciclo de acumulação sistêmico estadunidense aponta para um novo ciclo (ARRIGHI, 1996), ou ainda para o fim do sistema-mundo capitalista para o surgimento de um novo sistema histórico como propõe Wallerstein (2001).

Todos estes aspectos, básicos para esta abordagem, merecem maior detalhamento, o que feito será no capítulo seguinte. Vale destacar, desde logo, a importância desta abordagem para que se compreenda como as tendências estruturais do sistema-mundo capitalista se expressam dentro da conjuntura do mercado de trabalho brasileiro pós-década de 1990 e, por fim, ajudam a explicar a evolução das cooperativas de trabalho.

Deste modo, a busca de alternativas para a geração de emprego e renda por parte dos trabalhadores, envolvendo a aglutinação coletiva dos mesmos na forma de cooperativas, reflete um modo com as transformações na economia-mundo capitalista se apresentam no mundo do trabalho.

O caso brasileiro relaciona-se ao modo como aquelas transformações se revela em uma região não-central da economia mundo. Nesta, o Estado se caracteriza pela menor capacidade relativa em assegurar a retenção do excedente e promover a competitividade (garantindo conseqüências menos dramáticas da estrutura produtiva imposta pelo acirramento da concorrência que marca a atual fase de transição), dada a composição da hierarquia inter-Estatal da economia-mundo capitalista. Assim, os trabalhadores das áreas não-centrais, em especial o Brasil o qual se dedica este estudo, estariam especialmente vulneráveis, não lhes restando muito mais do que a busca de condições de sua subsistência através de um caminho alternativo, como por exemplo, as cooperativas.

1.2 EIXO NORTEADOR DA PESQUISA

Essa pesquisa foi concebida conforme a compreensão de que o crescimento das cooperativas de trabalho no Brasil desde a década de 1990, resultando da crise do mercado de trabalho, traduz a reação dos trabalhadores ao modo como um país semiperiférico do sistema-mundo capitalista, mostra-se afetado pela atual fase de transição registrada por esse sistema.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Estudar o fenômeno relativo à evolução das cooperativas de trabalho desde a década de 1990 no Brasil, considerando-a uma resposta à crise do mercado de trabalho, associada à atual fase de transição do sistema mundo capitalista.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar a atual fase de transição do sistema mundo capitalista e suas implicações espaço-temporais, com ênfase na esfera da produção e nos seus reflexos sociais, no centro, na periferia e semiperiferia da economia-mundo capitalista;
- Identificar e analisar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro desde a década de 90, situando-as historicamente na trajetória do envolvimento do Brasil na economia-mundo capitalista desde o segundo pós-guerra;
- Observar a marcada evolução que as cooperativas de trabalho apresentam no Brasil desde os anos 1990, na perspectiva da participação brasileira na presente transição do sistema histórico vigente.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia é fiel à dimensão simultânea que a abordagem do sistema-mundo propõe. Para o assunto focalizado nesta dissertação, que diz respeito à expansão acelerada das cooperativas de trabalho no Brasil, adotar tal dimensão sistêmica implica, primeiro, em apresentar os termos teóricos/conceituais que envolvem tal abordagem. As principais fontes de informação serão as obras de Braudel, Wallerstein, Arrighi e Silver, autores de destaque da literatura especializada.

Depois, passar-se-á à construção do cenário em que se expressam as tendências vivenciadas pelo Brasil, como país semiperiférico, dentro da economia-mundo capitalista. Dando-se um enfoque sobre o mercado de trabalho brasileiro desde a década de 1990, e a implicação do aumento relativo das taxas de desemprego, da flexibilização das relações de trabalho e do crescimento do setor formal.

Finalmente, depois de construídos os parâmetros estruturais e conjunturais desta pesquisa, o foco passa a ser o fenômeno em si, da evolução acelerada das cooperativas de trabalho. Baseando-se na literatura existente sobre o tema, pretende-se sustentar um breve relato histórico do movimento cooperativista, com ênfase na caracterização destas atividades e o comportamento destas frente às tendências percebidas nos temas anteriores.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Seguindo este primeiro capítulo introdutório, a estrutura do trabalho reflete a composição da seqüência de objetivos específicos acima citados. Desta forma, o segundo capítulo refere-se à análise da atual fase de transição do sistema-mundo capitalista. Para tanto, é imprescindível que se realize uma fundamentação dos conceitos a serem utilizados no decorrer da análise teórica desta dissertação. Tende-se a buscar a compreensão da atual fase de transição na qual se encontra o sistema-mundo capitalista, observando, principalmente, os movimentos estruturais que permeiam o período pós 1945.

O terceiro capítulo, por sua vez, tratará da investigação do comportamento do Brasil como país semiperiférico, frente a tais mudanças ocorridas no sistema-mundo capitalista, em especial no mundo do trabalho, no período que compreende o ciclo de acumulação estadunidense.

Depois de compreendidos a estrutura e a conjuntura que permeiam a análise proposta por esta dissertação, no capítulo quatro, encontrar-se-á o estudo da evolução das cooperativas de trabalho no Brasil desde a década de 1990. Correlacionando com os capítulos anteriores, pretende-se obter uma compreensão deste fenômeno à luz das relações estrutural e conjuntural que, juntas constroem as particularidades da economia-mundo capitalista na atual fase de transição.

Por último, serão desenvolvidas as considerações finais, em que se pretende sistematizar os resultados das análises realizadas durante a elaboração deste estudo, seguindo o eixo norteador da pesquisa.

2. MARCO CONCEITUAL E CONTEXTO: A PRESENTE TRANSIÇÃO DO SISTEMA MUNDO CAPITALISTA

Quando se caminha para compreender a fragmentação das ciências sociais, percebe-se que cada uma delas buscou no isolamento o desenvolvimento de suas especificidades. Porém, a realidade das últimas décadas põe a mostra problemas complexos que não conseguem ser explicados ou compreendidos através daquela lógica fragmentada. Contudo, para enfrentar qualitativamente os problemas que se avolumam no período contemporâneo, é necessário buscar na inter-relação das ciências o caminho para o entendimento de problemas tão complexos que se observaram nas últimas décadas, como se fará adiante.

Segundo Capra (1997, p. 44), no século XIX “acreditava-se que os fenômenos complexos podiam ser sempre entendidos desde que se os reduzissem a seus componentes básicos e se investigasse os mecanismos através dos quais esses componentes interagem”. Tal conduta passou a determinar o método científico, posto sob a égide de um pensamento reducionista que se tornou arraigado no desenvolver do conhecimento das mais diversas ciências.

Entretanto, mesmo em pleno século XXI esta tendência segue predominando nos trabalhos científicos, inclusive na área das Ciências Econômicas. Porém, os novos paradigmas nas ciências sociais apontam para um caminho que busca a compreensão do abstrato e do concreto de forma pluridisciplinar. E é nesta visão que esta dissertação firma seus pés, indo beber dos conhecimentos de outras ciências, como a Sociologia e a História, além da própria Economia. O motivo é que se busca não somente a compreensão simples de um fenômeno, mas a compreensão da complexidade que o envolve, viajando em seu tempo e espaço, e procurando desvendar o sistema de relações no interior do qual emerge e existe.

O fenômeno, como assinalado anteriormente, refere-se à evolução das cooperativas de trabalho no Brasil desde a década de 1990, e para abordá-lo na perspectiva pretendida, não basta somente deter a atenção no comportamento das relações de trabalho. Por tanto, a perspectiva de se buscar a compreensão do horizonte em que o fenômeno ocorre, permeando espaços e tempos mais amplo, traz a necessidade de se utilizar um instrumental teórico que compatibiliza tal objetivo. De modo que a abordagem do sistema-mundo capitalista se apresenta como a fundamentação teórico-analítica mais adequada; principalmente, pelo seu caráter inovador, que dissemina novos métodos de pesquisa, e imprime um diferenciado arcabouço conceitual sobre o capitalismo.

Sendo assim, este capítulo se detém a importante construção de um marco conceitual sobre o enfoque adotado por esta abordagem, com o intuito de realizar a posterior compreensão das bases contextuais no que tange a atual fase de transição do sistema mundo capitalista.

2.1 MARCO CONCEITUAL

A análise em termos de sistema-mundo ocupa-se das mudanças sociais, propondo adotar uma visão ao mesmo tempo sistêmica e histórica para analisar tais mudanças. Neste sentido, os autores que seguem esta abordagem objetivaram a análise do capitalismo – como sistema histórico – sob o enfoque de sua formação e de sua expansão.

Inicialmente, detendo-se às leituras de Wallerstein (1998, p.149) compreende-se que “poucas coisas nos parecem tão evidentes como o tempo e o espaço”.

Porém, a construção destas realidades que se fazem tão concretas no decorrer de nossa construção pessoal e intelectual, parecem desmoronar frente aos olhos e reconstruir-se dentro de outro enfoque mais complexo.

Braudel, em meados do século passado, passava a afirmar que o tempo nada mais é do que uma criação social, afirmação esta que segue presente nas argumentações de Wallerstein e Arrighi. Esta definição de tempo social se expressa numa magnitude não cronométrica, mas sim envolve lapsos de tempo distintos que variam de curto, médio e longo prazo, ou seja, divide a história em três dimensões distintas que se entrelaçam: a história dos acontecimentos, a história da conjuntura e a história estrutural.

Para estes autores, a história dos acontecimentos tem sua dada relevância, mas na realidade os acontecimentos são designados como poeira que se perde no tempo se não forem analisados dentro de uma análise mais ampla que os sustente. A história das conjunturas se refere aos processos cíclicos, e estes ciclos, por sua vez, estão dentro de uma lógica mais complexa, que é a da estrutura.

Este comportamento estrutural é que vai determinar, no longo prazo, o comportamento coletivo da sociedade em geral. Estas estruturas são duradouras, mas não podem ser avaliadas como sendo eternas (são consideradas como sendo os sistemas históricos), em que dentro de sua existência funcionam conforme certos padrões (que são os ritmos cíclicos), mas também sofrem um processo lento e contínuo de transformações (que são as tendências seculares) (WALLERSTEIN, 1998, p.152).

Deste modo, seguindo a concepção temporal braudeliana, a idéia é que se desloque a atenção do tempo episódico (dos acontecimentos) para o tempo cíclico e estrutural. Estes autores embutem a questão espacial do sistema-mundo capitalista

para realizar suas argumentações. A sustentação temporal abordada para esta dissertação é como pano de fundo a proposição da longa duração de análise, enfocando-se mais expressivamente no comportamento conjuntural que a estrutura do sistema-mundo capitalista imprime sobre os Ciclos de Acumulação Sistêmica apresentados por Arrighi (1996).

Para Wallerstein (1998) a defesa do conceito tempo-espaço vai no sentido da conjunção dos tempos braudelianos e a determinação espacial para cada tempo acima citado. Neste sentido, apresenta-se o espaço geopolítico (para o tempo episódico, sustentado pelos acontecimentos), o espaço ideológico (para o tempo conjuntural, delimitando os terrenos em que os ritmos cíclicos se expressam) e o espaço estrutural (para a longa duração, que irá persistir mesmo através de mudanças geopolíticas)².

Sendo assim, surgem as separações dos espaços econômicos dentro da economia-mundo capitalista, ilustrados através dos termos centro e periferia (bem como, a semiperiferia), que não podem ser defendidos dentro de um terreno simplesmente conjuntural, existindo, então, somente dentro de uma longa duração.

O método utilizado na literatura formada pelos estudos de autores chaves como Braudel, Wallerstein e Arrighi caminham, então, para a análise histórica, tendo como resultado o fato de que a construção conceitual apresenta-se dispersa no permear de suas argumentações. A realização deste marco conceitual tem, deste modo, o objetivo de organizar os principais conceitos que serão utilizados no decorrer desta dissertação, tanto durante a compreensão da atual fase de transição,

² Outras determinações de tempo-espaço são também apresentadas pelo autor, como o “tempo dos sábios e o espaço eterno” e ainda, o tempo-espaço teológico. Porém, para fins desta pesquisa deter-se-á a atenção sobre os acima citados.

quanto na análise das transformações do mercado de trabalho brasileiro contemporâneo e da evolução das cooperativas de trabalho.

2.1.1 Vida material, economia de mercado e capitalismo: o esquema tripartite de Braudel

Ao analisar a formação histórica do sistema capitalismo, Braudel (1997, p.12) afirma que “não há uma economia, mas sim economias”. Neste sentido sua observação do capitalismo histórico, na longa duração, resultou num esquema tripartido, em que as atividades econômicas estariam subdivididas em três grupos distintos. Nessas, por vezes vê-se estas atividades com maior clareza, como na economia de mercado e, por outras vezes a opacidade imprime-se nas relações que permeiam tanto a vida material como o capitalismo, em seu sentido braudeliano.

O autor parte então da *vida material*, das relações cotidianas, daquilo que considera mais concreto: a rotina. Vale ressaltar, que não é fácil delimitar as fronteiras destas relações, por estas estarem arraigadas nas entranhas da vida social da humanidade de forma quase inconsciente, ou automática. Como exposto por Braudel (1987, p.15):

Essa vida material, tal como a compreendo, é o que a humanidade, no transcurso de sua história anterior, incorporou profundamente à sua própria vida, como nas próprias entranhas dos homens, para quem tais experiências ou intoxicações de outrora se converteram em necessidades do cotidiano, em banalidades. E ninguém as observa com atenção.

Neste grupo de atividades econômicas, a relação do homem com os objetos está pautada no valor de uso, que prepondera sobre o valor de troca.³ A exemplo do camponês, que produz a subsistência em suas terras, e que esporadicamente troca seus excedentes, apenas tocando o mercado, mas sem adentrar inteiramente nele. Este grupo de atividades estaria, até o século XVIII, marcando as relações econômicas de forma muito mais expressiva do que na economia de mercado e no capitalismo.

O segundo “andar” desta estrutura tripartite foca a *economia de mercado*, onde o valor de troca rege a relação do homem com as coisas, tratando da vida econômica de modo claro, através das trocas rotineiras e da produção voltada para o mercado, distintas do exemplo de trocas esporádicas e da produção para o autoconsumo do camponês acima. Analisando a relação entre esta e a vida material, Braudel (1987, p.20) observa que:

Entre esses dois universos – a produção onde tudo nasce, o consumo onde tudo se destrói – a economia de mercado é a ligação, o motor, a zona estreita, mas viva donde jorram as incitações, as forças vivas, as novidades, as iniciativas, as múltiplas tomadas de consciência, os crescimentos e mesmo o progresso.

Apesar da magnitude de suas atividades, que une os mais distantes mercados do mundo, este “andar” não reina isolado, estando ainda subjugado aos interesses do capitalismo. E como a realidade econômica não se demonstra numa unidade linear, pode-se vislumbrar duas economias de mercado. Assim, este grupo ainda subdivide-se em outros dois, denominados pelas características que as

³ A vida material marca o limite inferior da economia, em que “tudo o que ficar fora do mercado só tem valor de uso, tudo o que transpuser a porta estreita e ingressar no mercado adquire um valor de troca” (BRAUDEL, 1987, p.21)

atividades econômicas abrange, sendo um nível inferior que engloba as trocas cotidianas do mercado que são transparentes aos olhos da sociedade, as lojas e também os vendedores ambulantes.

O nível superior abarca uma esfera da circulação distinta da acima citada, em que as transações ocorrem em maior escala, bem como apresentam um comportamento institucional mais complexo. Neste espaço:

é evidente que trata de trocas desiguais, em que a concorrência – lei essencial da chamada economia de mercado – dificilmente tem lugar e onde o comerciante dispõe de duas vantagens: ele rompeu as relações diretas entre o produtor e aquele a quem a mercadoria se destina finalmente, e dispõe de dinheiro para compras a vista, o que constrói seu principal argumento. (BRAUDEL, 1987, p. 47)

Pode-se perceber, analisando estes dois níveis acima citados, que não são os mesmos mecanismos, nem tampouco, são os mesmos agentes que protagonizam as atividades operacionalizadas em cada um desses. Sendo que será no segundo desses níveis que se encontra a esfera do capitalismo, pois mesmo estando inter-relacionado em todos níveis da vida social, é exatamente no topo na sociedade que ele se desenvolve.

O uso da palavra capitalismo é utilizada para designar as atividades que são notadamente distintas daquelas realizadas na economia de mercado⁴. Aqui, a concorrência vivenciada na economia de mercado, ganha um destaque menor, porém as trocas, mais sofisticadas e desiguais, têm maior ênfase. Neste sentido, Braudel (1987) destaca a flexibilidade e a mobilidade que o capital assume a fim de

⁴ Para que se compreenda melhor esta designação, é importante que se compreenda que o capital como sendo uma “realidade tangível, massa de meios facilmente identificáveis, permanentemente em ação; o capitalista, o homem que preside e procura presidir à inserção do capital no processo incessante de produção a que todas as sociedades estão condenadas; o capitalismo é, grosso modo (mas só grosso modo), a forma como se conduz, para fins usualmente pouco altruístas, esse jogo constante de inserção”. (BRAUDEL, 1987, p.43)

cumprir seu objetivo de maximizar sua acumulação⁵, ou seja, de gerar altos lucros. Pois se o capitalista tende a alterar tanto o destino de seus investimentos, é exatamente porque o grande lucro altera incessantemente de setor. Por tanto, é necessário que a sociedade seja sua cúmplice, não somente nos extratos econômicos e político⁶, mas também no extrato social e cultural.

2.1.2 Noções centrais da abordagem em termos do sistema-mundo

O conceito de Sistema-Mundo procede da análise dos Sistemas Históricos, sob a engenhosidade intelectual de Wallerstein⁷ (1998), determinando um conjunto de forças construtivas que têm um comportamento estruturalista⁸, representando, por sua vez, a interligação entre diversos processos: econômicos, políticos e culturais, que num todo representam uma espécie de “cola” que mantém o sistema unido.

Os sistemas históricos são descritos por Wallerstein (1998, p. 49) como uma “sucessão e coexistência de múltiplas entidades de longa duração e de grande

⁵ “Enfim, é pela massa de seus capitais que os capitalistas estão em condições de preservar seus privilégios e de se reservar os grandes negócios internacionais” (BRAUDEL, 1987, p. 50), utilizando não somente os seus próprios recursos, mas também recorrendo ao recursos de terceiros através do crédito.

⁶ Quando Braudel (1897, p. 55) afirma que “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado”, observa que o Estado moderno herdou o capitalismo, que em determinados momentos é privilegiado por ele, e em outros momentos não.

⁷ A concepção braudeliiana de longa duração permanece presente em Wallerstein, mas o conceito de capitalismo difere, como será visto posteriormente.

⁸ Tal comportamento está relacionado ao tipo de sistema ou forma social, econômica ou política, que pode assumir características variáveis de acordo com as condições de tempo e de lugar. Compõe-se de um método de análise e interpretação dos fenômenos sociais que busca entendê-los como estruturados em sistemas de relações lógicas e formais. Neste sentido, a organização destes elementos (ou partes de um todo) se dá pelo modo com que estes se relacionam entre si, determinando suas características e o funcionamento de tal sistema.

escala”⁹, nos quais três principais características podem ser observadas: a) atuam de acordo com suas dinâmicas internas, ou seja, são relativamente autônomas; b) são limitadas temporalmente, sendo assim apresentam um início e também um fim; e, c) tem um limite espacial, sendo que este limite pode alterar-se com o tempo. Atuam, portanto, de maneira dinâmica, ao passo que se um destes processos (econômico, político ou cultural) se modifica, os demais processos devem se ajustar a tais mudanças.

Tal autor observou também que os sistemas sociais admitem duas formas distintas: os mini-sistemas e os sistemas-mundo. Os mini-sistemas referem-se a organizações sociais que implicam num modo singular de identidade política e cultural, bem como, admitem somente uma forma de divisão do trabalho; características estas encontradas, principalmente, junto às economias tribais. Já um sistema-mundo apresenta-se de forma mais complexa, ao passo que pode admitir mais de uma identidade política e cultural, tendo a primazia de absorver e integrar áreas externas. Ao se observar o cenário mundial atual, pode-se perceber a inexistência de mini-sistemas, ou seja, estes foram inseridos no processo expansão do sistema-mundo.

Wallerstein (1998), destaca que o sistema-mundo subdivide-se em impérios-mundo e economias-mundo. Os impérios-mundo, por sua vez, englobam dois (ou mais de dois) grupos com culturas distintas, que respondem a um governo único e localizam-se dentro de limites geopolíticos. Nestes os excedentes gerados pela divisão do trabalho se transfere pelo uso de poder (através da força burocrática ou militar) em direção ao centro do império. Em contrapartida, a economia-mundo

⁹ Os trechos desta obra citados neste trabalho foram traduzidos pela mestranda, com original em espanhol.

sedimenta uma divisão do trabalho de forma integradora através das relações de mercado e não através das relações políticas.

Para Braudel (1987, p.68) uma economia-mundo pode ser observada como uma “tríplice realidade” em que: a) ocupa em espaço geográfico determinado; b) aceita um pólo, um centro; e, c) se reparte em zonas que se dispõem ao redor do centro.

A análise histórica demonstra que durante um longo período de tempo, até aproximadamente o século XIV, havia a coexistência de Impérios-mundo e de Economias-mundo, sendo que os primeiros sempre se sobrepunham aos segundos. Entretanto, após este período, uma economia-mundo em especial, a europeia, se consolida e torna-se proeminente, sem estar sob a dominação de um império-mundo. Servindo assim como um terreno fértil para o desenvolvimento do modo de produção capitalista dentre de uma grande parte da Europa¹⁰.

2.1.2.1 A economia-mundo capitalista

Estando o sistema-mundo capitalista disposto pela união de um sistema inter-Estatal e uma economia-mundo, vale ressaltar a relevância de tais conceitos dentro deste referencial teórico. A denominação de sistema inter-Estatal pressupõe que não existe um Estado único capaz de centralizar-se politicamente a fim de determinar-se como um império-mundo. Contudo, dentro de um sistema inter-Estatal no qual os

¹⁰ O capitalismo visto, então, como um sistema social histórico, está certamente ligado ao conceito de capital. Mas não somente o capital como estoque de riqueza, mas sim como uma fonte de auto-expansão, ou seja, uma riqueza passa a ser capital quando é utilizada no sentido de gerar uma maior acumulação da mesma riqueza. Desta forma, o capitalista para Wallerstein (2001, p.13) será o indivíduo que detém o capital e estabelece relações com as outras pessoas mantendo-se fiel ao intuito de maximizar sua acumulação.

Estados, através da divisão mundial do trabalho, localizam-se em posições superiores a outros, considerando-se seu poderio político, militar e econômico em relação aos demais. Esta composição hierárquica dos Estados no sistema-mundo capitalista será tratada com maiores detalhes a seguir.

Posto que a economia-mundo capitalista havia consolidado sua expansão, no século XVI absorveu impérios-mundo, como o caso da China e da Rússia, por exemplo. Como resultado, no século XIX, todo o planeta havia sido incorporado à dinâmica da economia-mundo capitalista. Como afirma Wallerstein (1998, p.254),

a intensificação dos processos capitalistas e a expansão geográfica dos limites da divisão social do trabalho foram então o resultado de forças muito poderosas que participaram na própria criação e consolidação desta economia-mundo.

Um dos principais fatores que dá unidade à economia-mundo capitalista é a divisão mundial do trabalho que, por sua vez, se apresenta de forma assimétrica dentro do sistema inter-Estatal. E, sendo a acumulação de capital o “motor” da dinâmica capitalista, a expansão da economia-mundo estava fundamentada na divisão mundial do trabalho se organizou em função deste interesse. Lembrando que o processo pelo qual o capitalismo histórico se estabeleceu inclui, com grande destaque, a mercantilização dos processos; ao passo que nenhuma relação social permaneceu isenta de ser incluída nesta lógica de transformar tudo em mercadoria.

A expansão desta lógica pode ser observada através da extensão que as cadeias mercantis foram alcançando ao longo do tempo, dada a força propulsora da economia capitalista, a intenção racional de maximizar a acumulação. Estas cadeias de mercadorias englobam diversas atividades (comerciais e produtivas) que perpassam as fronteiras estatais, firmando a hierarquia entre os Estados, como será

visto a seguir. Nestas cadeias, o valor gerado não é distribuído eqüitativamente entre os seus elos. Em alguns destes elos a situação de monopólio exercida por certos agentes expressa a captura maior de excedentes, fato este que aumenta a disputa entre os elos da cadeia tendo-se em vista a busca por uma maior maximização de acumulação.

Como citado, o capitalismo como sistema histórico tem sua gênese ainda no século XV, sendo que no final do século XIX já pode ser considerado como um sistema que engloba todo o planeta. Indo além das relações sociais de capital-trabalho, ou mesmo das diferentes estruturas políticas adotadas pelos Estados. Em outras palavras, mesmo que um determinado Estado adote uma estrutura política socialista, este fato não impede que o capitalismo histórico esteja presente neste, em função da abrangência das relações estabelecidas pelas cadeias mercantis que adentram em suas fronteiras. Esta heterogeneidade faz parte de seu comportamento estrutural, que abarca, através de suas cadeias mercantis, as mais diversas formas de governo e as mais diversas relações de trabalho, sejam elas servis ou assalariadas.

Quanto à participação da força de trabalho na construção do sistema-mundo capitalista, vale ressaltar que esta sempre foi o elemento central dos processos produtivos, determinada como fonte pela da dinâmica de acumulação, tema bastante discutido e explicitado em Marx (1989).

Entretanto, mesmo com o movimento de proletarização da força de trabalho que ocorre no percurso de construção e afirmação do sistema-mundo capitalista, este não chega a integrar metade de toda a força de trabalho assalariada disponível

na economia-mundo¹¹. Isto se dá pela presença concomitante de formas de produção que não fazem uso de relações assalariadas em suas organizações, a exemplo das unidades produtivas domiciliares, dos trabalhadores autônomos e, como é de interessa deste estudo, das cooperativas.

Para compreender o processo de proletarização é necessário que se analise o processo de troca que se dá no sistema-mundo capitalista. Muito além de simples relações entre um produtor inicial e um consumidor final, estas relações se expandem formando complexas cadeias, baseadas em transações desiguais estimuladas pela busca incessante de maior acumulação.

Por certo, as trocas desiguais existem muito antes do capitalismo histórico, contudo o que se vê de novo é a maneira como esta desigualdade é camuflada dentro das dimensões políticas e econômicas. Este passa a ser um ponto importante da estrutura do sistema-mundo, pois a construção de uma divisão social mundial do trabalho e de um sistema-Estatal organizado de forma soberana, tornam-se causa e efeito das próprias cadeias mercantis.

Estas relações de troca desigual adotada na abordagem do sistema-mundo, explicam a forma com que a transferência de excedentes ocorre de modo não eqüitativo dentro da divisão mundial do trabalho, tendendo a ser retidos nas regiões centrais da economia-mundo capitalista.

O fato de estas cadeias perpassarem as fronteiras dos Estados, também não é exclusividade no mundo moderno, pois desde o século XVI estas práticas já eram percebidas, a exemplo das Companhias de Comércio Holandesas. Deste modo,

¹¹ Discriminações de gênero e idade, que permeiam diversos estudos contemporâneos são, dentro da análise do sistema-mundo, uma questão que não é exclusiva da economia-mundo capitalista, estando presentes também em sistemas históricos precedentes ao capitalista já que se definem sobre requisitos e limitações biológicas. No capitalismo, o que houve de novo são as correlações entre a divisão do trabalho e a valorização deste (WALLERSTEIN, 2001, p.24), em que o sexismo se torna institucionalizado, tendendo a desvalorização do trabalho feminino.

intensificam não somente a hierarquização das atividades que compõe os elos das cadeias, mas também uma hierarquização dos Estados que se inserem nestas cadeias. Formando assim uma estratificação dos países dentro do sistema inter-Estatal baseada nas atividades instaladas em seu solo econômico, definindo-se como parte do centro ou da periferia da economia-mundo capitalista, como será abordado com maiores detalhes no tópico seguinte. Como afirma Braudel (1987, p.48):

As extensas cadeias mercantis estendem-se entre a produção e o consumo e foi certamente a sua eficácia que as impôs, em especial para o abastecimento das grandes cidades, e o que incitou as autoridades a fecharem os olhos ou, pelo menos, relaxar o controle. Ora, quanto mais essas cadeias se alongam, mais escapam às regras e aos controles habituais, mais o progresso capitalista emerge claramente.

As pressões exercidas sobre os Estados para que estes se localizem dentro desta hierarquia inter-Estatal no sistema-mundo capitalista, através das cadeias mercantis, faz com que estes busquem políticas que dinamizem seu potencial competitivo. Deste modo, os processos político engajados na busca de acumulação refletem o fato de que “fazer política é mudar as relações de poder numa direção mais favorável ao próprio interesse, alterando a direção dos processos sociais” (WALLERSTEIN, 2001, p. 42). Ou seja, é preciso que se encontrem as chaves que acionam um ajuste político; o caminho buscado para lograr tal intento tem sido, então, o domínio das estruturas estatais.

O controle do poder estatal representa, então, não somente um campo de disputa dos agentes políticos, mas também dos agentes econômicos. Tendo em vista que cada Estado tem poder formal sobre os fluxos de bens, de capital e também da força de trabalho que se encontra dentro de sua jurisdição, estes

possuem a capacidade de interferir (dentro de sua abrangência) sobre a divisão social mundial do trabalho, através de suas políticas internas e externas.

Neste sentido, os movimentos da força de trabalho têm sofrido mais restrições se comparados aos fluxos tanto de capital quanto de bens dentro da economia-mundo capitalista. O controle do Estado em relação à força de trabalho passa pelo poder que estes detêm quanto à legislação, bem como à criação de obrigações fiscais.

Como afirma Wallerstein (2001, p.59), “a acumulação incessante de capital levou a pressões reiteradas para reestruturar a organização (e a localização) do trabalho, aumentar o montante de trabalho absoluto e promover a reeducação psicossocial das forças de trabalho”. Estes processos de reorganização e localização da força de trabalho serão vistos a seguir com maiores detalhes, ao se analisar a transformação da força de trabalho na economia-mundo capitalista pós Segunda Guerra Mundial.

2.1.3 O modelo núcleo-orgânico/periferia

Wallerstein fornece uma importante contribuição para o entendimento das relações hierárquicas do sistema inter-Estatal no sistema-mundo capitalista ao observar as dimensões econômicas e políticas entre centro e periferia¹². Sendo que as relações entre centro e periferia estão definidas pela divisão mundial do trabalho entre as diversas regiões da economia-mundo capitalista, nas quais são

¹² “Nessas zonas periféricas, a vida do homem evoca freqüentemente o Purgatório, ou mesmo o Inferno” (BRAUDEL, 1987, p. 70).

desenvolvidos cada um dos elos das cadeias mercantis. A transferência dos excedentes, via troca desigual, tende então a tomar a direção do centro, como citado anteriormente. Para Braudel o capitalismo necessita desta hierarquia, de modo que,

o capitalismo não inventa as hierarquias, utiliza-as, do mesmo modo que não inventou o mercado ou o consumo. Ele é, na longa perspectiva histórica, o visitante da noite. Chega quanto tudo já está em seus devidos lugares. (BRAUDEL, 1987, p. 62)

A observação espacial do sistema-mundo, orientada por Arrighi (1997) indica um modelo estruturado em três zonas: o núcleo orgânico, a semiperiferia e a periferia¹³. O mosaico formado pela divisão dos países em zonas distintas, de certa maneira, expressa as transformações sociais e econômicas que estes enfrentam; sendo que a existência desta formação triádica consiste num fator fundamental no que tange à legitimidade e estabilidade do próprio sistema-mundo. Como coloca Braudel (1987, p.67), em relação desta hierarquia no decorrer do sistema-mundo,

os países prósperos e os países pobres não permanecem imutavelmente os mesmos; a roda girou. Mas, em sua lei, o mundo praticamente não mudou: continua no plano estrutural, repartido entre privilegiando e não privilegiados.

¹³ Modelos anteriores determinam a separatividade dos países em dois grupos distintos, como a teoria da modernidade – separando-os em maduros e atrasados - e, a teoria da dependência; ambos não consideram as particularidades de uma zona intermediária, subscrevendo-as somente como zonas temporárias, ou seja, enquanto os países não encontram alocação entre o centro (países maduros) ou a periferia (países atrasados). Na década de 70 começa a se aceitar a importância das posições intermediárias, principalmente pela teoria da dependência. Numa primeira instância passa-se a observar não à limitação espacial detida nas fronteiras dos países, mas sim a estrutura das cadeias de mercadorias que perpassa estas fronteiras se as atividades que as permeiam.

Sendo assim, as atividades de núcleo orgânico são aquelas que detêm grande parcela do total do excedente¹⁴ gerado entre os elos das cadeias de mercadoria; e, na outra ponta estarão as atividades periféricas que absorvem uma parcela reduzida deste excedente. Deste modo, pode-se imaginar que dentro das fronteiras de um mesmo país podem-se encontrar atividades consideradas como sendo de núcleo orgânico coexistindo com atividades periféricas.

É certo que a disputa das empresas capitalistas dentro dos processos competitivos nunca esteve isolada dos cenários políticos, estando sempre relacionada com os Estados.

Seguindo a teoria dos sistemas mundiais, supomos (1) que uma multiplicidade desses Estados (cada um com responsabilidade autônoma pelas políticas dentro de sua jurisdição, e cada um dispendo de forças armadas para sustentar sua autoridade) foi parte integrante da formação da economia mundial e (2) que quase todas as cadeias de mercadorias de alguma importância atravessaram suas fronteiras (ARRIGHI, 1997, p.152).

Vale ressaltar que nenhuma atividade é exclusivamente de núcleo orgânico, ou de periferia, se observadas ao longo do tempo, ao passo que cada atividade está sempre conectada com outras atividades dentro da cadeia de mercadorias, já que as relações de cooperação e competição que permeiam estas cadeias são sempre mutáveis, assim como o caso das atividades industriais, que serão discutidas a seguir.

As atividades de núcleo orgânico tendem a se agrupar em um número reduzido de empresas que busca transferir a pressão competitiva para outras

¹⁴ O conceito de excedente dentro da análise do sistema mundo recebe uma roupagem distinta da aplicado pelos economistas clássicos, aqui indica “uma designação abreviada do diferencial entre o produto total de uma cadeia de mercadorias e as recompensas totais que adviriam para os fatores de produção se eles fossem remunerados de acordo com as taxas obtidas nas atividades periféricas” (ARRIGHI, 1997, p.146).

empresas; enquanto, do outro lado deste domínio competitivo estarão as atividades periféricas agrupadas em um maior número de empresas, que absorvem a pressão competitiva.

Desta maneira, um país da zona do núcleo orgânico será, por sua vez, um país em que grande parte das atividades alocadas dentro de seu perímetro é de atividades que detém uma substancial parcela do excedente das cadeias de mercadorias às quais fazem parte (atividades de núcleo orgânico); enquanto nos países dispostos na periferia destacam-se as atividades periféricas. Isso resulta num desenho interessante do ponto de vista de que os primeiros tornam-se um “*locus* de acumulação e de poder” enquanto os segundos se apresentam como um “*locus* de exploração e impotência”. (ARRIGHI, 1997, p.140).¹⁵

Os países semiperiféricos, por sua vez, são imprescindíveis para que a determinação deste processo desigual e polarizado se perpetue. Nestes encontrar-se-ão, de forma equiparada, tanto atividades de núcleo orgânico quanto atividades periféricas. Nota-se que estes países se encontram em constante pressão para não descenderem a uma posição periférica neste esquema triádico, e ao mesmo tempo, dificilmente conseguem ascender à zona do núcleo orgânico. Desta forma, há uma perene permanência da localização dos Estados neste modelo no decorrer da história mundial da economia capitalista.

De uma maneira objetiva, utiliza-se o conceito de semiperiferia com o intuito de posicionar os países frente à divisão mundial do trabalho. E não somente relacionando-os quanto à posição em que ocupam no sistema inter-Estatal da economia mundial, em que se tende a dar maior ênfase aos aspectos políticos (capacidade do Estado na busca de controle de mercado) e econômicos

¹⁵ Contudo vale ressaltar que a capacidade em manter a hegemonia é temporalmente restrita.

(determinado pelos lucros alcançados dentro do sistema de troca desigual). (ARRIGHI, 1997, p.144).

Por mais que os Estados não sejam unidades puramente maximizadoras de lucro, como são as empresas, eles lutam para não passar pelo rebaixamento a zonas inferiores e buscam melhorar suas atividades para alcançar patamares superiores. Para lograr tal objetivo, buscam atrair capital do núcleo orgânico para dentro de suas fronteiras, porém, para isso precisam desenvolver sua capacidade inovadora dentro da divisão mundial do trabalho, e possibilitar que suas empresas alcancem uma maior vantagem competitiva dentro da economia-mundo.

Os Estados do núcleo orgânico têm maior capacidade, em comparação aos periféricos, na retenção e atração de capital para dentro de suas fronteiras. Isto se dá em função de três principais fatores: a) conseguem controlar o acesso às cadeias de mercadorias de forma a garantir remunerações mais atrativas; b) desenvolvem um cenário político ideal ao desenvolvimento das capacidades competitivas das empresas capitalistas; e, c) os Estados no Núcleo orgânico têm condições maiores de gerar a infra-estrutura necessária às atividades típicas de núcleo orgânico. Deste modo, conseguem não somente garantir o fluxo e refluxo de capital do núcleo orgânico dentro de seu restrito conjunto de Estados, mas também atrair este capital das regiões periféricas. (ARRIGHI, 1997, p.154).

2.1.4 Os ciclos sistêmicos de acumulação

A análise braudeliana do capitalismo em sua longa duração retrata a primazia do capital ter se tornado cada vez mais flexível, adequando-se a distintas formas

capazes de gerar sua reprodução e expansão no decorrer dos séculos¹⁶. Esta flexibilidade do capital torna-o livre para buscar lugares e condições propícias que assegurem sua função de ser “capital gerando mais capital”, ora na forma produtiva, ora na forma financeira. Este processo já aparecia descrito por Marx para demonstrar os investimentos capitalistas individuais em sua fórmula D-M-D’, e surge, criativamente, utilizado em Arrighi (1996) com o intuito de aproveitá-lo para demonstrar o movimento dos investimentos capitalistas dentro do sistema mundial.

O autor subdivide o processo D-M-D’ em duas fases distintas, em que a fase DM, que retrata a expansão material, em que a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento; enquanto a fase MD’ representada pela expansão financeira, tem-se que o crescimento pela via já estabelecida já alcançou ou está preste a alcançar sua maturidade (podendo ser observada através das crises sinalizadoras e terminais).

Desta forma, pode-se compreender inclusive as transformações na força de trabalho dentro deste contexto. Numa fase de expansão material há uma maior tendência para o aproveitamento de recursos humanos destinados ao processo produtivo, do que na fase de expansão financeira, em que o capital propõe-se a deixar a forma mercadoria para transmutar-se em formas mais voláteis e de maior liquidez. Este é um importante ponto, no que tange a abrangência desta pesquisa, e

¹⁶ A fundamentação do conceito de ciclos de acumulação sistêmica está inteiramente ligada à visão braudeliana do capitalismo como camada superior, acima ainda da economia de mercado e da vida material e, é nesta camada superior que o capital assume sua forma mais abstrata e permeia os ciclos de acumulação sistêmica, esta é a zona em que “o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político” (Arrighi, 1996, p.25). Ou seja, não se trata mais de observar o capitalista (dono dos meios de produção) em sua relação com o trabalhador (dono da força de trabalho) como outrora se pretendia, mas sim uma relação de poder financeiro e de poder político, que determinam como consequência as demais relações sociais e econômicas, entre elas a designação do uso da força de trabalho. Porém, por mais que os ciclos sistêmicos de acumulação estejam fundamentados no que acontece na camada superior do esquema tripartite de Braudel, não se deve abandonar a economia de mercado se o objetivo é compreender as transformações da força de trabalho.

será visto com maiores detalhes mais adiante, ao se tratar mais especificamente das transformações da força de trabalho no atual cenário da economia-mundo capitalista.

Portanto, é da união destas duas fases que se tem o Ciclo Sistêmico de Acumulação, que descreve a forma como se dá a formação e a dissolução dos regimes pela qual a economia mundo capitalista se expande e transforma desde seu início até os presentes dias.

Os ciclos vislumbrados por Arrighi (1996) são o genovês, o holandês, o britânico e o estadunidense, sendo que através da análise dos ciclos de acumulação sistêmica, fica mais clara a visão dos componentes dispostos como transformadores (conjunturais) e dos dispostos como continuístas (estruturais) dentro do sistema mundo capitalista. Para Arrighi, desde a formação do capitalismo (como sistema histórico), seu processo contínuo de expansão não ocorreu de maneira linear, mas sim ocorreu – vem ocorrendo - de modo entrelaçado a tendências de continuidade das estruturas do sistema-mundo e de descontinuidades presentes nas mudanças que ocorrem no sistema.

Vale ressaltar, que esta expansão alcançada pelo poder capitalista não se dá somente pela disputa pelo capital circulante entre as forças inter-Estatais dentro da economia-mundo. É igualmente de larga importância o controle político e social emanado dos Estados que se encontram em posição hegemônica¹⁷ em cada ciclo.

Assim construída a estrutura que permeia estes longos séculos, estarão inseridas as crises sinalizadoras, que indicam o início do processo de expansão

¹⁷ O conceito de hegemonia segue o termo adotado por ARRIGHI (1996 p.27), “refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer sua função de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. Dispondo, por sua vez, três distintas hegemônias dentro do sistema mundo capitalista: a holandesa, a britânica e a estadunidense.

financeira, e as crises terminais, em que se tem o final do regime de acumulação dominante.

Permeando as fases de expansão material e financeira, têm-se as crises sinalizadoras e terminais. Estas primeiras indicam para o momento de transição da expansão material para a financeira. Enquanto, as segundas refletem o final de um regime dominante (ou seja, de uma hegemonia) abrindo espaço para um próximo ciclo sistêmico de acumulação. Vale ressaltar que estas crises não se apresentam como um momento estaque no tempo, em outras palavras, apresentam um início, mas seu fim será determinado por questões conjunturais e estruturais da economia-mundo, dado que cada hegemonia tem sua dimensão temporal restrita.

O chamado longo século XX, que insere o ciclo sistêmico de acumulação estadunidense representa a unidade temporal a ser analisada neste estudo. Por isso, será visto com maiores detalhes a seguir.

Como o ponto central desta dissertação é fundamentado sob a observação da lógica do sistema-mundo, vale ressaltar seu caráter estrutural que implica, *per se*, na existência de fenômenos repetitivos, trazendo à luz a importância das tendências seculares, das crises (que em realidade são períodos de transição) e dos comportamentos cíclicos. Daí, a importância de ser analisar o ciclo sistêmico de acumulação estadunidense para que obtenha um referencial suficiente para as análises posteriores que se delimitam ao período pós-1990.

Neste atual período de transição o leque de opções se descortina frente aos olhos dos atores sociais, que podem fazer um uso potencializado de seu poder de livre-arbítrio, realizando a escolha para um novo caminho a se seguir. Entretanto, tudo indica que na realidade o dito livre-arbítrio não é na verdade tão livre assim,

dado que estruturas já instauradas pelo sistema-histórico vigente limitam e criam as opções a serem eleitas.

2.2 A ATUAL FASE DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA MUNDO CAPITALISTA

Para Wallerstein (1998) o cenário contemporâneo, que retrata um período de crise, indica um período de transição do próprio sistema-histórico vigente, ou seja, uma transição do sistema-mundo capitalista para uma nova ordem, que o autor crê que será socialista. Sua argumentação vai no sentido de que,

ao dizer crise em um sistema-histórico não me refiro às dificuldades conjunturais dentro de um sistema, senão a uma tensão estrutural tão grande, que o único resultado possível é a desapareção do sistema como tal, seja mediante um processo de desintegração gradual ou mediante um processo de transformação relativamente controlada.(WALLERSTEIN, 1998, p.27).

O autor segue a sugestão do economista Samir Amim em que as tendências apontariam para uma desintegração do sistema, e não para uma transformação controlada, fato este que pode ter um caráter positivo pelo fato de tornar o ambiente mais favorável à criação de um sistema-histórico menos hierarquizado.

Assim como os componentes de um sistema-histórico se fundamentam na interrelação dos processos econômicos, políticos e culturais (ideológicos), um período de crise tende a se caracterizar pela pressão exercida sobre estes três pilares. Pelo lado econômico, o que se percebe deste período de crise é a luta entre os estratos mais altos pela distribuição da mais-valia mundial, numa disputa que

ocorre não somente entre os países, mas também dentro destes.¹⁸ Pelo lado político, a economia-mundo capitalista tem experimentado duas pressões distintas: por um lado, dá-se o conflito interno entre o estrato superior e, por outro, há uma tendência dos militantes estarem alcançando um nível mais elevado de preparação. Deste modo, os elementos que compõem o poder político encontram-se esparsos em vários lugares¹⁹, e não somente limitados ao espaço da maquinaria-estado, mesmo que a prioridade dos movimentos tenha sempre sido alcançar o poder através da dominação da estrutura estatal.

Por fim, pelo lado ideológico, nota-se que as tendências construídas no século XIX, tidas como as “leis universais” (de Newton e Descartes), e a doutrina do universalismo, extravasam das ciências físicas e também se estabelecem como eixo norteador dos pensamentos nas ciências sociais. Contudo, dada a complexidade das relações sociais no cenário contemporâneo, estes paradigmas começaram, mesmo que de uma maneira discreta, a ser questionados. Pois já não se comportam como “estruturas do saber” capazes de explicar a atual fase de transição em que se encontra o sistema mundo capitalista.

O local onde os novos paradigmas se encenam já não se limita somente aos palcos intelectuais, mas atuam também sobre os palcos sociais desta economia-mundo. Determinando, assim, as bases ideológicas em que a construção de um novo caminho possa estar sustentada.

Seguindo a observação das transformações que se dão em cada um destes processos (econômicos, político e ideológico), Wallerstein afirma que (2001, p. 79) “o

¹⁸ Fato este que pode representar uma grande oportunidade aos movimentos antisistêmicos, no sentido que a disputa inter e intra-estatal desloca a atenção dos estratos mais altos para o foco da mais-valia mundial, abrindo espaço para a atuação desses movimentos.

¹⁹ Como observa Wallerstein (1998, p. 41) as transnacionais são um dito exemplo de como o poder político não passa necessariamente pelo estrato do poder estatal.

capitalismo histórico entrou em sua crise estrutural no começo do século XX e provavelmente morrerá como sistema histórico, no próximo século”²⁰, de forma que ainda é muito difícil que se afirme com total certeza o que está por vir.

A mesma incerteza quanto ao futuro também é diagnosticada por Arrighi (1996). Entretanto sua análise não indica para o fim do capitalismo como sistema histórico, mas apenas o fim de um ciclo sistêmico de acumulação. O ciclo atual seria substituído por outro ciclo após a crise terminal estadunidense, de modo que a economia-mundo capitalista seguirá seu caminho, dada a flexibilidade do capital em busca de novas formas que garantam a maximização de sua acumulação.

E é seguindo a proposta deste autor que se tenta analisar nas próximas seções deste capítulo, primeiramente, os acontecimentos mais relevantes que marcam a conjuntura formada pelo ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. Posteriormente, pretende-se observar as transformações da força de trabalho, neste mesmo ciclo, abordando-as espacial e temporalmente dentro da estrutura da economia-mundo capitalista.

Desse modo, se poderá compreender o contexto histórico e econômico que define as características e o comportamento do mercado de trabalho brasileiro, como será visto no capítulo seguinte.

²⁰ O autor complementa ainda que “na medida que a força de trabalho é cada vez mais mercantilizada e as unidades domiciliares se tornam cada vez mais um elo das relações mercantis, o fluxo de excedente se torna cada vez mais visível. Por isso, mobilizam-se cada vez mais contra pressões políticas e a estrutura da economia se torna, cada vez mais, alvo direto de mobilização” (WALLERSTEIN, 2001, p. 80).

2.2.1 O período pós-45 no sistema mundo capitalista

Seguindo a fundamentação teórico-analítica da análise do sistema-mundo, a determinação temporal adotada para esta pesquisa, o período pós-1945, encontra-se sustentada pelo conceito dos ciclos sistêmico de acumulação, em especial a observação do ciclo norte estadunidense inserido dentro do longo século XX²¹.

As condições de internalizar custos em busca de uma nova via de desenvolvimento que proporcionasse uma maior acumulação de capital e tornasse os Estados Unidos a nova hegemonia da economia mundo capitalista estavam asseguradas. Assim como no ciclo de acumulação holandês, o caminho trilhado pelos Estados Unidos estava fundamentado na combinação corporativo-nacionalista, em que as grandes corporações tornaram o regime norte-americano “intensivo” na busca de sua consolidação na economia mundo capitalista, e não tanto pela sua expansão (geográfica) como acontecera nos regimes britânico e genovês.

Por mais que a via de desenvolvimento adota pelos Estados Unidos já viesse sendo construído desde o final do século XIX, período da expansão financeira do ciclo britânico, o ciclo de acumulação estadunidense só teve início, efetivamente, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, momento em que este país determina a via de desenvolvimento a ser utilizada nos anos subseqüentes.

A história demonstra que a hegemonia estadunidense ensaia seu caminho ainda na fase de expansão financeira do ciclo britânico, período em que a via de desenvolvimento adotada pelos Estados Unidos, já estava se tornando presente

21 Para tanto é importante observar que “na época da ascensão e plena expansão do regime de acumulação norte-americano, os Estados Unidos já eram mais do que um Estado nacional plenamente desenvolvido. Eram um complexo militar-industrial de dimensões continentais, com poder suficiente para fornecer uma o vasto gama governos subalternos e aliados uma proteção efetiva, e para fazer ameaças verossímeis de estrangulamento econômico ou aniquilação militar a governos inamistosos, em qualquer parte do mundo” (ARRIGHI, 1996, p.223).

dentro da economia-mundo. Após Segunda Guerra, este país firma sua hegemonia, e é quando se dá início à fase de expansão material de seu ciclo sistêmico de acumulação. Esta fase dura até a passagem dos anos 1960 para os anos 1970, com a crise sinalizadora deste ciclo, dando início à fase de expansão financeira, que se mantém atuante até os dias de hoje. A abordagem do sistema-mundo indica que este é um período de transição, porém ainda não se pode afirmar quando e como o atual ciclo sistêmico de acumulação irá encontrar sua fase terminal.

No exercício efetuado por Arrighi (1997), sobre o tema da estabilidade da hierarquia entre Estados, o período que abarca os anos de 1938 a 48 não apresentou um movimento acentuado de polarização ente núcleo orgânico e periferia, mas sim entre semiperiferia e núcleo orgânico²²; sendo que as atividades consideradas de núcleo orgânico deste período são as industriais.

O cenário pós-guerra²³ indica que Estados Unidos haviam alcançado uma concentração de poder sem precedentes, aliada à centralização do poder financeiro mundial e da capacidade produtiva e de demanda efetiva. Demonstrando, desta maneira, a capacidade deste país em se tornar crescentemente poderoso e rico mesmo em meio a um caos sistêmico, durante a queda da hegemonia britânica.

²² A sistematização dos movimentos do modelo núcleo orgânico - periferia realizados por Arrighi (1997) é realizada através do PNB *per capita* com o intuito de dimensionar as diferenças que cada Estado, dentro da hierarquia inter-Estatal, tem nos benefícios gerados pela divisão mundial do trabalho e, desta forma, observar a amplitude e profundidade da polarização destes Estados.

²³ “As grandes potências do sistema interestatal achavam-se em meio a mais um confronto militar, que – exceto por sua escala, ferocidade e destrutividade sem precedentes – reproduziu um padrão repetitivo da economia mundial capitalista. Logo, entretanto, esse confronto traduziu-se no estabelecimento de uma nova ordem mundial, centrada nos Estados Unidos e organizada por esse país. Em alguns aspectos fundamentais, ela diferiu da extinta ordem mundial britânica e se transformou numa base de uma nova fase de reprodução ampliada da economia mundial capitalista. No fim da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema monetário mundial: em Bretton Woods foram estabelecidas as bases do novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem; em San Francisco, novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas”. na Carta das Nações Unidas”. (ARRIGHI, 1996, p.283).

A via de desenvolvimento adotada e criada pelos Estados Unidos estava na criação de empresas capitalistas, bem diferentes da produção manufatureira inglesa, estava pautada na busca de uma maior integração entre as etapas de produção e distribuição, proporcionando uma internalização de todas as etapas e gerando uma capacidade organizacional intensamente hierarquizada. Através desta estratégia, obtiveram-se melhores condições de administrar os custos de produção, os riscos e as incertezas para períodos de longo prazo.

O crescimento gerado por este novo modelo de empresas não se limitou ao espaço territorial interno norte-americano, pois muitas destas iniciaram um processo de emigração para outros países, ganhando um caráter multinacional bastante parecido com as estruturas das companhias de comércio e navegação holandesas. Contudo, após a via de desenvolvimento estadunidense ter-se estabelecido dentro das fronteiras internas deste país, a expansão transnacional fortaleceu o poder das corporações na medida em que estas mobilizaram recursos suficientes para promover sua expansão para outras regiões do sistema-mundo capitalista.

Posteriormente, entre 1960 e 65, houve um movimento de periferização das atividades industriais, e apesar da atividade de núcleo orgânico ainda ter uma característica fundamentada na indústria, já não havia mais o monopólio deste tipo de atividade dentro do núcleo orgânico. Já em 1965 – 80 a semiperiferia alcança as taxas de crescimento na indústria como as auferidas no núcleo orgânico, enquanto a periferia encontra-se estagnada. Verifica-se, portanto, que a atividade industrial, com o passar dos anos, foi deixando de ser uma atividade tipicamente de núcleo orgânico e foi se tornando periférica.

A migração das atividades industriais à zonas periféricas da economia-mundo capitalista não significa que estas regiões estariam ascendendo à posições

superiores na escala triádica, mas sim que as tidas atividades estavam se localizadas em regiões inferiores na hierarquia inter-Estatal. Por sua vez, as atividades consideradas com sendo de núcleo orgânico deixaram de ser tão “braçais”, para assumir uma forma mais “cerebral”, ao passo que estas atividades passam a expressar a necessidade de maior especialização de seus trabalhadores.

Porém, este processo de migração das atividades industriais não deve ser considerado como subversivo, mas sim como uma forma reprodutora da hierarquia na economia-mundo. Vê-se que as atividades alteram-se espacialmente, e mesmo que algumas (como o caso da indústria) passem a ocupar regiões periféricas e outras novas atividades sejam instituídas como sendo do núcleo orgânico, este fato não altera a estrutura hierárquica do sistema inter-Estatal.

Mesmo as atividades industriais passando por um processo de reorganização em esfera geográfica, migrando para áreas periféricas, o núcleo orgânico não perdeu seu potencial político e econômico, sendo que no final da década de 70, a semiperiferia alcança, e de certa forma ultrapassa, o núcleo orgânico no que diz respeito ao nível de industrialização. Este processo de industrialização da semiperiferia não aparece, portanto, como um sinal de ascendência dos países desta zona para zonas centrais, mas sim como um movimento de periferização da indústria.

Até 1970, o ritmo de expansão da economia mundial capitalista alcança patamares impressionantes. Porém nas décadas de 70 e 80 este movimento se reverte, passando por uma crise, iniciando-se uma nova fase de expansão financeira, tal como havia acontecido nos ciclos de acumulação sistêmica antecedentes. Assim como nos demais ciclos, a aceleração da competição intercapitalistas que se desenvolve na expansão material leva a uma tendência

decrecente dos lucros do capital, que passam a buscar no mercado financeiro, formas mais eficazes de aumentar seus ganhos.

Esta situação de transição da fase de expansão material para a financeira revela-se, no ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, em três esferas: a militar (através do entrave ocorrido no Vietnã), a financeira (dada a dificuldade na preservação dos padrões de emissão e regulamentação nos níveis estabelecidos em Bretton Woods) e a ideológica (devido a decrescente legitimidade na luta anticomunista adotada pelos norte-americanos, interna e externamente).

Em 1973 ocorre o primeiro choque do petróleo que empurra para baixo a lucratividade das empresas. Ainda atrelando-se este fato às políticas de câmbio flutuante adotada pelos Estados Unidos, o mercado mundial fez com que as próprias empresas (mesmo as norte-americanas) tivessem que administrar suas rotinas em função das alterações cotidianas das taxas de câmbio. A combinação de choque do petróleo, liberalização dos empréstimos e investimentos privados norte-americanos no exterior, reforça a tendência de crescimento do mercado monetário.

Porém, com um piscar de olhos a realidade havia se transformado. No final da década de 70 e início da 80, as conseqüências da política monetária restritiva norte-americana - incluindo altas taxas de juros e processos de desregulamentação - colocaram os países periféricos e semiperiféricos à mercê da boa vontade dos governos e dos banqueiros do núcleo orgânico. Como resultado, a crise da dívida mundial tornou aqueles países cada vez mais dependentes dos fluxos externos de capital.

Ao se compreender a lógica dos ciclos de acumulação sistêmica, pôde-se observar os momentos mais representativos do ciclo norte americano, seu início no pós-guerra e sua crise sistêmica nas décadas de 70 e 80. Entender estes momentos

ajudará a seqüência de fatos que integram esta pesquisa no que tange ao comportamento sistêmico do período em que se encontra a economia mundo capitalista.

2.2.2 A transformação da força de trabalho no sistema-mundo pós 1945

A questão das transformações da força de trabalho expressa-se no cotidiano, desde as sociedades mais arcaicas até os tempos atuais, sendo amplamente abordada por pesquisas acadêmicas nas mais diversas áreas. Nas últimas décadas ficou mais do que clara a personificação de uma crise do trabalho e dos movimentos trabalhistas²⁴, fazendo parte, em última instância, do período de crise do próprio sistema-mundo.

Neste sistema, a troca desigual, em grande parte das vezes, tem sido exposta como a grande responsável pela polarização entre os países, porém outros importantes fatores devem receber seu mérito na intensificação das distâncias econômicas entre os Estados, como as transferências unilaterais de capital e de mão de obra²⁵. Porém, observando-se a evolução histórica do sistema-mundo capitalista, fica fácil perceber que a flexibilidade é uma característica muito mais própria do capital do que do trabalho. Esta seção tem, então, o intuito de observar as transformações da força de trabalho durante o ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, com o objetivo de analisar o cenário conjuntural deste ciclo para a

²⁴ “ During the last two decades of the twentieth century, there was an almost complete consensus in the social science literature that labor movements were in a general and severe crises” (SILVER, 2003, p.1)

²⁵ Que podem ser voluntárias ou forçadas (ARRIGHI, 1997, p. 210).

posterior análise do reflexo destas transformações sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Dentro da teoria clássica vê-se que a força de trabalho era tratada como sendo uma simples mercadoria, porém, esta argumentação é desfundamentada a partir do momento em que Marx contesta este fato com a alegação de que, mesmo sendo mercadoria, não pode ser alienada de seu dono (o trabalhador) e, neste sentido, acumula as personificações de seu proprietário como a inteligência. Sendo assim, o proletário assume o papel de indivíduo atomizado (no momento em que compete com os demais), ou no papel de membro de uma classe universal (no momento em que se associa aos demais)²⁶ (ARRIGHI, 1997, p. 295).

A questão contraditória que contrapõe o desamparo do proletário por um lado (explicitado pela concorrência dentro da própria classe) e o do poder proletário por outro (logrado através da união de classe contra a burguesia), pode ser amplamente analisada dentro da longa duração. Arrighi (1997) descreveu três momentos desde o ano de 1848. O primeiro momento, de 1848 até 1896, é marcado principalmente pelo apogeu alcançado pelo capitalismo de mercado e pelo surgimento do movimento operário. Neste período de forte expansão industrial, a polarização de classe²⁷ se torna cada vez mais acentuada e transparente e, a luta dos direitos proletários – como direito ao voto e redução da jornada de trabalho, passa a ter alguns resultados.

²⁶ Para compreender as transformações da força de trabalho, vale apresentar os três postulados de Marx que norteiam a discussão ao redor do fato de que, na longa duração, apesar de ter se presenciado a supremacia no capital sobre as relações sociais, também se presenciaram vitórias por parte dos trabalhadores. Primeiramente, tem-se a afirmação de que “o limite do capital é o próprio capital” sugerindo ainda, o avanço da industrial como o elemento dinâmico do capitalismo. Posteriormente, o fato dos agentes de mudanças sociais dentro do longo prazo e de larga escala serem na verdade “personificações de tendências estruturais”. E por último, a influência da economia sobre questões políticas e culturais.

²⁷ Diga-se, a polarização bem definida entre a burguesia e o proletariado das atividades produtivas, combinando um movimento de empobrecimento e fortalecimento do proletariado, dada a expansão industrial que irá, por sua vez, criar um ambiente propício ao surgimento dos sindicatos.

No final do século XIX, a Grande Depressão resulta em conflitos ainda mais acirrados entre capital e trabalho, momento em que as greves permeiam o cenário, um momento bastante propício para o surgimento de vários partidos políticos coordenados por operários em toda a Europa. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, em que as contradições estruturais se encontravam mais desenvolvidas, percebe-se que os trabalhadores, mesmo insatisfeitos, não tenderam a movimentos revolucionários.

No período posterior, de 1896 a 1948, viu-se desmanchar a quietude por parte dos trabalhadores insatisfeitos, instaurada no domínio do mercado mundial, fato este que não rompeu o avanço industrial, nem tampouco o crescimento do desamparo ao proletariado. Porém, apesar do operariado vivenciar condições cada vez mais precárias de sobrevivência, a expectativa de Marx em relação à homogeneidade do proletariado mundial não aconteceu, exatamente pelo fato de que tal penúria se dava de forma dispersa entre os vários segmentos.

Este foi um período amplamente estigmatizado pelas guerras – Primeira e Segunda Guerra Mundial, de forma que o exército industrial ativo aumentou significativamente na maior parte da economia mundo, bem como seu poder social também era maior e a capacidade das classes dominantes em atender as reivindicações proletárias era menor. A dada combinação entre penúria e poder social por parte dos proletários, mesmo em meio a guerras, gerou um fortalecimento da luta de classe, que por mais que não tenham resultado no fim do domínio do capital, resultaram em transformações na forma de domínio.

O terceiro e último período sugerido por Arrighi (1997) compreende desde 1948 até os dias de hoje, sendo também o período principal de análise desta pesquisa. Se no cenário anterior o domínio do capital parecia estremecido tanto

pelas guerras quanto pelo final do regime britânico, neste período o quadro mudava. De modo que o capitalismo atingiu níveis de expansão inimagináveis do período pós-guerra, como já comentado, acompanhado pela pacificação das relações inter-Estados e a retomada do mercado mundial²⁸ sob a égide da hegemonia norte-americana.

A construção de um novo caminho era estritamente necessária, pois os caminhos trilhados pela ordem burguesa do século XIX já não cabiam mais na realidade deste novo tempo.

Desta forma, o primeiro passo a ser definido foram os incentivos americanos tanto à “descolonização” quanto à expansão do sistema inter-Estados, bem como se logrou a acomodação do poder social proletário nacional e, posteriormente, buscou-se que esta acomodação atingisse outros países²⁹.

Dado a via de desenvolvimento adotada pelos norte-americanos no período pós Grande Depressão (1873/96), a divisão técnica do trabalho³⁰ resultou na obtenção de uma valorização do capital mais independente dos conhecimentos e habilidades dos trabalhadores especializados, resultando numa perda de poder social por parte deste e um ganho de poder por parte dos trabalhadores semi-

²⁸ “Até 1968, a reconstrução do mercado mundial foi parcial e permaneceu altamente dependente da capacidade militar e financeira dos Estados Unidos. Depois, ente 1968 e 1973, o colapso do sistema Bretton Woods e a derrocada dos Estados Unidos do Vietnã mostraram que esta capacidade sozinha em si mesma não seria mais nem suficiente nem necessária para o processo de reconstrução do mercado mundial que estava em curso” (ARRIGHI, 1997, p.321). Após este período, o mercado mundial atingiu uma dimensão de autonomia em que nenhum Estado poderia controlar seu rumo.

²⁹ Entre as vantagens desta última Arrighi (1997, p.322) cita que “do ponto de vista do capital corporativo, viria a criar, na Europa e em outras partes, mercados domésticos de massa semelhante àquele que já existia nos Estados Unidos e, portanto, viria a abrir caminho para sua expansão transnacional posterior. Do ponto de vista do operariado organizado, reduziu a ameaça de pressões competitivas que tiveram origem nos padrões mais baixos de retornos por obtenção de empenho em quase todo o resto do mundo. Em último lugar, e mais importante, do ponto de vista do governo, uma política de acomodação, no plano doméstico, e de expansão no exterior, do poder social do operariado, significava que os Estados Unidos podiam se apresentar, e ser amplamente percebidos, como o portador de interesses não apenas do capital, mas também do trabalho”.

³⁰ Vale citar que é no período pós Grande Depressão que os processo de trabalho atingiram um maior nível de complexidade, diminuíram as habilidades exigidas de cada trabalhador, recompondo, neste sentido, as relações entre força de trabalho e o capital.

especializados. Liderada pelos grupos inferiores do proletariado, as greves – nas décadas de 30 e 40 - foram a expressão mais clara deste aumento de poder social também por parte dos operários nos Estados Unidos.

Mesmo estando em período de pós-guerra, obteve-se um bem-estar econômico e considerável influência política, porém este movimento foi contido pelas classes dominantes ao passo que a expansão transnacional do capital corporativo norte-americano toma o caminho rumo à Europa. Desta forma, quem passa a sentir o aumento de seu poder social é o operariado europeu, que também se expressará através de greves nas décadas de 60 e 70.

Porém, a expansão transnacional não pára na Europa. Tendo em vista que as condições para a acumulação estavam se deteriorando nas antigas áreas industriais do núcleo orgânico, os capitais corporativos do núcleo orgânico tomam a direção de localidades em que a acumulação possa ser respaldada, e assim as localidades periféricas passam a ser alvo da expansão dos processos produtivos. Um fator fundamental desta migração dos processos produtivos está conectada ao corte de custos, nas décadas de 70 e 80. Vale ressaltar que a combinação, encontrada nos Estados Unidos, de maior poder social aliado à diminuição da penúria no período pós-guerra, não foi reproduzido em nenhuma outra parte da economia-mundo no período citado.

Entretanto, apesar de garantir que a participação das grandes corporações nas economias periférica iria promover ganhos a todos os trabalhadores, o resultado que se vê é um maior poder social proletário (como resposta à difusão da indústria) por todo o núcleo orgânico, em quase toda semiperiferia e somente em algumas partes da periferia.

Dado este aumento de poder por parte dos trabalhadores – de um modo geral – o processo de corte de custos (aliado à expansão financeira) pareceu uma forma eficaz de minar este poder alcançados nas regiões em que houve desenvolvimento das atividades industriais. As formas então encontradas, através dos cortes de custos, são basicamente três: a) buscar dentro do próprio núcleo orgânico, mão de obra barata (refletindo o aumento do uso de trabalhadores imigrantes e da feminização); b) buscar fora do núcleo orgânico mão de obra mais barata (inserção de localidades mais periféricas); e, c) aumentar o uso de força de trabalho intelectual nos processos produtivos, em detrimento da força de trabalho proletária, no intuito de incrementar os processos de automação e tecnologia de base científica. (ARRIGHI, 1997, p.330)

Desta maneira, o resultado que se obtém através das formas “a” e “b”, são um aumento na penúria no núcleo orgânico, enquanto o poder social do operariado, em termos mundiais, fica igual. Já que, na verdade, o que acontece é uma transferência do poder social de um lado para outro, seja do proletariado no núcleo orgânico para localidades periféricas ou do proletariado nativo (e masculino) no núcleo orgânico para a força de trabalho feminina e imigrante. Em contrapartida, através da forma “c”, tem-se uma transferência do poder social do proletariado para a força de trabalho intelectual que, com o decorrer do processo, também se transformará em proletário à medida que os processos de corte de custos chegarem aos grupos superiores.

O período divisor de águas, no final da década de 70, é dado pelo fato das organizações transnacionais do capital corporativo atingirem patamares amplos com o intuito de conter o poder social presente aos proletários do núcleo orgânico.

Desde a década de 70, o movimento ascendente do exército industrial ativo se dá principalmente na periferia e semiperiferia, refletido na expansão das atividades industriais nestas regiões. Nos Estados Unidos o que se presencia é uma queda do salário real e na Europa, taxas de desemprego crescentes. Sendo que, no núcleo orgânico, as mulheres e imigrantes são grandes representantes dos grupos inferiores, enquanto os intelectuais ainda habitam os grupos superiores, equilibrando desta forma o poder social proletário dentro destes países, já que os grupos inferiores apresentam uma resistência fraca e os que estão nos grupos superiores ainda se sentem beneficiados por direitos e garantias. Porém, com o tempo, a tendência é que ambos os grupos sofram maiores pressões frente aos processos de corte de custos e as inquietações e reivindicações tendam a aumentar.

Na semiperiferia, assim como nos Estados Unidos (nas décadas de 30 e 40) e na Europa (nas décadas de 60 e 70), no período posterior à década de 80 houve um grande movimento de insatisfações, dada à forte dificuldade destes Estados, bem como do capital destas zonas, em se ajustar às demandas de reivindicações emitidas pelo proletariado. O que se vê, na verdade, é que o movimento de expansão do capital corporativo resulta diretamente num maior poder social dos trabalhadores, e a saída encontrada pelo capital provém do corte de custos, movimento este que marcou as décadas de 70 e 80.

O cenário dos primeiros cinquenta anos do século XX foi marcado pelo trabalho organizado no núcleo orgânico, enquanto a periferia e semiperiferia experienciavam as revoluções comunistas. Com a ascensão da hegemonia estadunidense, tanto os trabalhadores organizados como a revolução socialista tem dificuldade em aproveitar as oportunidades geradas com a intensificação das relações de um mercado mundial único.

Quando se pensa na crise do mundo do trabalho, nos últimos trinta anos, é instintivo considerá-la como conseqüência do declínio da luta dos trabalhadores e principalmente do deslocamento das atividades no núcleo orgânico para localidades mais periféricas. Porém um olhar mais atento demonstra que o poder social do proletariado apenas se deslocou para os locais em que as atividades industriais se deslocaram. Contudo, por mais que os processos de deslocamento das atividades industriais sejam um importante fator da reestruturação do capitalismo desde a década de setenta, este não é o fator fundamental.

O essencial é a mudança de uma fase de expansão material para uma nova fase de expansão financeira, um movimento cíclico “normal” da acumulação de capital, por mais que ambos ocorram de forma vinculada. Assim com nos demais ciclos de acumulação sistêmica, a fase de expansão financeira se caracteriza pela retirada de uma parcela crescente do capital destinado ao comércio e à indústria, que este capital passa, então, a migrar para formas que apresentem maior lucro.

Nos anos 50 e 60 a expansão material alcança sua maturidade no ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, abrindo espaço para iniciar a expansão financeira, nos anos setenta vê-se o fluxo de capital do núcleo orgânico rumo à periferia e semiperiferia³¹.

Já nos anos oitenta, os empréstimos foram contidos, e o caminho feito pelo capital em direção às localidades periféricas se reverte em busca de “esconderijos de especulação financeira” que conecta os países do núcleo orgânico. E é esta retirada de capital do comércio e da indústria que vai gerar e aprofundar a crise do

³¹ Este fluxo de capital para as localidades periféricas na forma de investimentos externos diretos, e mesmo indireto, será responsável pelos movimentos chamados de “milagres econômicos”, e responsáveis, por sua vez, pelos processos de industrialização destes países contemplados.

mundo do trabalho e, que por sua vez, enfraquece os trabalhadores em suas políticas de reivindicação.

Como resultado, observam-se as tendências emergentes baseadas na especialização flexível (resultado, também, das inovações tecnológicas) e na informalização da força de trabalho, presentes na organização industrial, bem como as mudanças de gênero e raça que passaram a compor o exército industrial ativo.

Estas tendências determinarão, por sua vez, o futuro das organizações do movimento proletário. Em fases de transição, assim como esta pela qual passa o sistema mundo na contemporaneidade, novas vias de desenvolvimento vão surgindo até que uma se estabeleça como parte fundamental de um novo ciclo hegemônico, assim como foi o caminho feito pelos Estados Unidos e suas corporações verticalmente integradas e transnacionalizadas³².

Com o desenvolvimento da indústria na semiperiferia e na periferia, modificam-se as relações de trabalho nestas regiões, primeiramente viu-se um movimento de assalariamento e formalidade das relações de trabalho.

Entretanto, as tendências atuais em relação ao futuro da estrutura industrial indicam para a informalidade e a especialização flexível. Fato também refletido no encolhimento das grandes estruturas produtivas, abrindo espaço para pequenas e médias empresas que se expandem neste período de transição em que se encontra a economia-mundo capitalista. Este episódio resulta exatamente da concorrência

³² Segundo Arrighi, Bar e Esvaída (2001, p.153) “A ascensão do capitalismo de corporações norte-americano do século XX, por sua vez, baseou-se na realização do pleno potencial do capitalismo familiar britânico do século XIX quanto em seus limites e contradições. Foi esse sistema que, sob a carapaça do imperialismo do livre comércio, promoveu a rápida difusão da mecanização de um ramo industrial para outro, da indústria dos transportes e comunicações, e de país em país. Sem essa difusão generalizada da mecanização, e sem a formação de mercados de massa para os produtos agrícolas e industriais que acompanhou, as empresas norte-americanas não terias tido o estímulo nem os meios para se integrar verticalmente, criar poderosas hierarquias administrativas e se expandir por várias indústrias e jurisdições políticas.”.

internacional cada vez mais acentuada, das demandas dos consumidores assumindo características mais oscilativas, bem como da necessidade de se buscar formas mais flexíveis tanto de trabalho quanto de integração interempresariais³³.

Porém desde a década de setenta, as corporações norte-americanas tem sido, substancialmente, dependentes de recursos e dos mercados externos, ficando intensamente expostas aos níveis de competição mundial. A forma encontrada para enfrentar tal cenário foi reduzir suas hierarquias gerenciais e alterar sua estrutura de força de trabalho, aumentando e alterando assim sua relação com as empresas de porte inferiores (de várias localidades da economia-mundo), criando, muitas vezes, estruturas terceirizadas dentro do processo produtivo³⁴.

Tendência esta que se expande também para as relações da força de trabalho, que passam a ser geridas através da flexibilização destas através dos contratos de trabalho diferenciados (trabalhadores *part-time*), da subcontratação e da terceirização, através dos quais os capitalistas encontram um modo de potencializar o corte de custos. Porém, ainda é cedo para afirmar que este modelo de “concentração sem centralização” será de fato a fundamentação para a via de desenvolvimento de um novo ciclo de acumulação sistêmica.

Nota-se que o poder social proletário, desde as décadas de oitenta e noventa, passa por um período de baixo impacto como um fenômeno de ordem conjuntural dentro no movimento delineado pela expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense. E, somente com o decorrer dos anos, poder-se-á

³³ Integração tal, que pode ser verificada empiricamente junto aos pólos industriais, que enfocam uma integração vertical e horizontal unindo instituições privadas e públicas em prol do desenvolvimento de competências locais.

³⁴ Ou seja, substituindo partes dos processos produtivos realizados dentro das próprias corporações e passando a subcontratar estes de outras empresas menores; gerando desta forma uma tendência de geração de redes informais e da presença crescente, porém subordinada, das micro e pequenas empresas, unindo ao mesmo tempo os benefícios pela descentralização da produção fora de seu domínio, mas ao mesmo tempo mantendo o controle tecnológico, financeiro e mercadológico.

verificar se esta ordem conjuntural trará como resultado a acomodação do proletariado, ou a luta por uma alternativa que potencialize seu poder e despotencialize sua penúria.

Pode-se então perceber que no decorrer deste ciclo, a existência simultânea do aumento da penúria e do poder social do proletariado não culminou numa revolução por parte dos trabalhadores como previsto em Marx, principalmente porque estes movimentos se deram em forma e espaços diferenciados dentro da economia-mundo. Até a década de 60, maior poder social proletário junto ao núcleo orgânico e penúria nas localidades periféricas e, posteriormente, poder social na semiperiferia e penúria no núcleo orgânico.

O período de 1945 até a década de 80 caracterizou-se, assim, pela expansão material que trouxe a reboque a disseminação e as contradições do modelo estadunidense de desenvolvimento. No período posterior, de expansão financeira, a retirada de capital do comércio e da indústria amplia e reforça os processos de corte de custos.

Estes processos refletem a busca das corporações por mão de obra mais barata, primeiramente dentro do próprio núcleo orgânico e posteriormente em localidades mais periféricas, bem como a expansão do uso de força de trabalho feminina e imigrante.

Por mais que os movimentos trabalhistas, presentes durante todo o citado período, tenham alcançado a implementação de algumas de suas reivindicações em tempos e locais em que o poder social proletário se encontrava elevado, o panorama geral aponta para o fato de que o capital teve mais força ao adequar tais reivindicações em prol de seu próprio benefício.

O papel do movimento da indústria - e da desindustrialização - dentro da economia-mundo responde, também, como um forte aspecto explicativo para as tendências contemporâneas da centralização no núcleo orgânico das atividades consideradas “cerebrais” enquanto a semiperiferia e a periferia atuam como os músculos que se desgastam em prol do autobeneficiamento do capital, como visto em relação aos efeitos promovidos pelos cortes de custo.

Por fim, desde a década de 80, com a disseminação das tendências voltadas à maior flexibilidade dos processos produtivos, o cenário que se vislumbra passa pela precarização das condições de trabalho, dados os incentivos às subcontratações, a terceirização de mão de obra e aos contratos temporários. Já não se pode analisar as relações de trabalho apenas tomando-se os parâmetros de oferta e demanda de força de trabalho, dado que a informalidade já responde por grande parte das atividades exercidas pelo exército ativo.

Em todo momento de transição, assim como neste, a força do livre arbítrio se expande. Porém, como se expande para todos, depende de cada qual a construção do novo. Como dito, é cedo para afirmar se estas tendências atuais já prenunciam o início de uma nova via de desenvolvimento, ou se apenas se trata de um movimento de autoadequação do capital em busca de formas que perpetuem e fortifiquem seu poder de acumulação. Bem como, ainda é cedo para se vislumbrar o caminho a ser escolhido e construído pelo trabalhador, se será de acomodação, ou de luta.

O que se abordou até aqui representa os principais aspectos que, na perspectiva do sistema-mundo, caracterizam o cenário contemporâneo, no que concerne à atual fase de transição e suas implicações em termos de transformações no mundo do trabalho.

Estas implicações perpassam o sistema inter-Estatal e passam a exercer influência direta sobre o mercado de trabalho de países periféricos como o Brasil, como será visto no capítulo seguinte. E, em última instância, fazem com que os trabalhadores, nestes países busquem alternativas para a geração de emprego e renda, e entre estas alternativas estão as cooperativas, fato este a ser analisado no capítulo quatro.

3. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO PÓS DÉCADA DE 1990

Como visto no capítulo anterior, a estrutura espacial da economia-mundo capitalista apresenta um modelo inter-Estatal hierarquizado, composto por três zonas: o núcleo-orgânico, a semiperiferia e a periferia. Utilizando essa análise, e observando as características básicas das atividades econômicas existentes no Brasil, aborda-se inicialmente, neste capítulo, a questão referente à posição deste país nesta estrutura tripartite.

Como afirma Braudel (1995, p.12), “não há uma economia, mas sim economias”. Talvez se pudesse utilizar essa frase para exemplificar o caso brasileiro, em que não há um Brasil, mas sim ‘Brasis’. A discrepante desigualdade social e econômica marca o território deste país, em que algumas regiões assumem características de núcleo orgânico, enquanto outras regiões encontram-se na penúria periférica. A presença concomitante de atividades de núcleo orgânico e de periferia faz com o Brasil seja qualificado, dentro da hierarquia inter-Estatal, como fazendo parte da semiperiferia da economia-mundo capitalista. Ou seja, sua participação na divisão mundial do trabalho está aliada à sua posição semiperiférica e, a captação de excedentes está diretamente ligada à quantidade de atividades de núcleo-orgânico que mantém em seu território.

Dentro da própria leitura de Arrighi (1997, p.137), em que se refere à “estratificação da economia mundial”, a análise da totalidade da extensão territorial brasileira, indica para que este seja um país semiperiférico, observando a participação das zonas semiperiféricas e localizando-as dentro do sistema-mundo capitalista. “A título de ilustração, podemos pensar em alguns países latino-

americanos, como a Argentina, Chile, México e Brasil; na África do Sul; e na menor parte do sul e leste da Europa, incluindo a URSS”.³⁵

Para a realização deste capítulo há duas importantes referências a serem pautadas: a primeira, parte da análise de como o mercado de trabalho, com base estrutural do esquema tripartite de Braudel (1987), reflete sua inserção na economia de mercado, sofrendo também a interferência do capitalismo (no sentido braudeliano). A segunda referência diz respeito ao recorte temporal desta análise, partindo da conjuntura do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, para uma conjuntura ainda menor, a da década de 1990.

Este capítulo objetiva, compreender a contextualização do Brasil – que mesmo como país soberano, encontra-se preso à linha que amarra a hierarquia inter-Estatal dentro do sistema-mundo capitalista – como país semiperiférico. E posteriormente, tem-se o intuito de observar o mercado de trabalho brasileiro na atual fase de transição, buscando ressaltar as tendências conjunturais que marcam o cenário contemporâneo, a fim de sustentar o estudo do fenômeno da evolução das cooperativas de trabalho nesse país a ser realizado no capítulo seguinte.

3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA POSIÇÃO SEMIPERIFÉRICA DO BRASIL

A realidade brasileira responde, dentro da abordagem do sistema-mundo, como a realidade expressa de um país semiperiférico. E como tal, apresenta em seu território a participação concomitante de atividades periféricas e de núcleo orgânico.

³⁵ Arrighi (1997, p. 142) cita ainda uma passagem de Wallerstein (1979, p.100) em que a semiperiferia “inclui os países economicamente mais fortes da América Latina: Brasil, Argentina, Venezuela, possivelmente o Chile e Cuba”.

Como visto acima, a ocupação de uma posição semiperiférica dentro da hierarquia inter-Estatal retrata uma pressão contínua para que este não descenda a uma posição inferior na periferia, e ao mesmo tempo luta constantemente para tentar ascender neste esquema triádico.

O Brasil repete em sua extensa dimensão continental as tendências culturais, econômicas, sociais e políticas que caracterizam o contexto histórico da América Latina. Tendo-se que base produtiva desta parte do continente americano se caracteriza pelo atraso em relação aos países centrais, percebe-se que mesmo em períodos que demonstram evolução de suas atividades produtivas, esta não reflete na ascensão desses países às zonas centrais³⁶.

A posição central, como citado por Singer (1996), é o objeto de desejo dos países latino-americanos. E ao mesmo tempo, o centro é “fonte de inspiração” da América Latina, pelo fato de que os países latino-americanos se suprem dos conhecimentos e dos padrões criados pelos países centrais, pelo fato de que a via de desenvolvimento das hegemonias da economia-mundo capitalista expande-se e impõe seus paradigmas aos países latino-americanos. A América Latina “nasce” subordinada aos interesses da metrópole, e o Brasil, como porto de chegada, segue o mesmo caminho. E mesmo depois de mais de 500 anos parece não ter cortado seu cordão umbilical, dado sua posição na divisão mundial do trabalho, sua relação estrutural de dependência permeia estes séculos até os dias de hoje.

A história é, então, cúmplice na construção da atualidade. Poder-se-ia perguntar, sempre foi assim? A grande vontade é de se voltar a raros momentos em

³⁶ É como se a América Latina acompanhasse de longe a evolução do centro do sistema mundial, sempre tentando se aproximar dele até integrá-lo, sem lograr até agora este intento (SINGER, 1996, p. 133)

que a história comprova que não, mas na longa duração, a resposta é que a submissão destes países em relação ao núcleo orgânico é preponderante.

Singer (1996) faz um recorte analítico no sentido de avaliar o comportamento das estratégias de desenvolvimento destes países, observando que estas se focalizam hora para dentro e hora para fora, seguindo as teorias cepalinas do crescimento “hacia afuera, hacia adentro”. Deste modo, argumenta que, na maior parte da história deste continente, o desenvolvimento se deu voltado para fora, ou seja, com grande dependência dos países centrais.

O primeiro momento citado é o posterior à abolição do trabalho não-livre (que de certa forma, não deixou de existir nestes longos séculos), em que o uso do trabalho pelas empresas capitalistas resulta nos produtos que são dirigidos ao mercado interno, mas, também, em boa parte, ao mercado externo. Sendo que, relevante parte desta produção é realizada em pequenas unidades domiciliares ou de produtores autônomos. O desenvolvimento dos países latino-americanos, nesse período que se estende até a década de 1930, é sustentado principalmente pela demanda externa de seus produtos, de forma que a pauta de exportações é composta, em geral, por bens primários. Vê-se que o impulso do crescimento destes países era motivado – ou desmotivado – de acordo com as linhas tendenciais da demanda externa, um “desenvolvimento voltado para fora”.

O segundo período tem como ponto de partida a crise de 1930, que resultou numa época prolongada em que o comércio internacional encontrava-se em baixa. O fator de motivação para o crescimento nos países latino-americanos passou a ser determinado pela demanda interna, o “crescimento voltado para dentro”. O cordão umbilical parecia que, por fim, estava para se romper.

As importações eram, então, pautadas basicamente em equipamentos e matérias-primas que não podiam ser produzidas internamente, e necessárias ao desenvolvimento de cada nação. Neste período, os processos de industrialização e urbanização se acentuaram, e este cenário seguiu até a década de 1970. Entretanto, alguns fatores seguiam refreando o crescimento neste período, como a falta de condições produtivas (transporte, armazenamento, força de trabalho qualificada, etc.); materiais escassos; a baixa capacidade de produção instalada; os recursos monetários (que possibilitassem a importação de todos os equipamentos e matérias-primas necessárias); além das altas taxas de inflação que geraram períodos de grande estagnação.

O terceiro, e último, período que se inicia na década de 1970, é de novo uma época em que o crescimento é “voltado para fora”, porém de uma maneira diferente do primeiro período acima citado. Neste momento, os produtos exportados já não tinham sua base em pequenas unidades domiciliares ou em produtores autônomos, mas sim, provinham de grandes empresas. Contudo, inicialmente, por cerca de uma década, estes países não abriram seus mercados internos, praticando a chamada “substituição de importações”. Posteriormente, para poder continuar competindo no mercado global, foi necessário que se substituíssem os componentes e equipamentos nacionais por versões atualizadas importadas - em geral, mais eficientes e mais baratos. Outra tendência que diferencia este do primeiro período de crescimento “voltado para fora” está na pauta de exportações. A partir deste momento, a participação de produtos industrializados já ganha destaque, não sendo mais estes países meros exportadores de bens primários, e a manufatura latino-americana passa a conquistar espaço - ainda singelo - na pauta de importações de outros países.

Contudo, nos anos 1990, com a abertura comercial e os fluxos de capital internacional para os países da América Latina, esses países passam a ter seu desenvolvimento cada vez mais dependente das condições externas. De forma, que reforçam seu cordão umbilical que os une (em dependência aos países do núcleo orgânico).

No caso brasileiro, percebe-se a estreita ligação entre a história geopolítica e geoeconômica, tanto ao se pensar o comportamento interno ou de sua inserção na economia-mundo capitalista, durante o regime colonial. Este cenário de dependência externa – ora mais intensa, ora menos intensa – se perpetua até os dias atuais, ao observar-se o Brasil dentro do contexto histórico do desenvolvimento da América Latina, como analisado acima.

Contudo, Tavares (1999, p.449), discorda que o Brasil tenha seguido o modelo de crescimento para dentro e para fora. Defende a idéia de que o crescimento aqui sempre foi para dentro, mantendo, contudo, uma relação de dependência e um comportamento periférico dentro da hierarquia mundial. A autora observa que:

nossa independência política e inserção da economia na órbita de expansão do capitalismo inglês estão também atreladas a um fenômeno geopolítico sem precedentes na história mundial: a transmigração da sede de um império – para o seu maior espaço colonial.

Com sua dita “independência”, o Brasil não mais responderia aos mandos de sua metrópole, nem à ordem imperial da potência mundial – a Inglaterra, mas representava sim um território a ser explorado pelos interesses capitalistas, através da divisão internacional do trabalho. Além da abertura ao capital inglês, o país

também se abre à mobilidade da força de trabalho, recebendo imigrantes (em geral, pobres) de várias partes do mundo.

Já nos tempos que prenunciavam o final do domínio inglês como hegemonia mundial:

a expansão da agricultura de alimentos e do trabalho assalariado e a criação de economias regionais mais sustentáveis permitiram a diversificação da produção para o mercado interno e a formação de um embrião de sistema bancário nacional, fatores que, juntamente com a existência de uma infraestrutura de transportes, permitiam relançar a economia brasileira e iniciar a construção de uma indústria local antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. (TAVARES, 1999, p.458)

Este processo de diversificação da pauta de importações segue o contexto exposto acima por Singer (1996) para a América Latina, e por certo foi fundamental para que o Brasil pudesse enfrentar com maior agilidade os reflexos da crise de 1930. No momento em que os Estados Unidos entram em cena no cenário mundial como a nova potência hegemônica, seu interesse para com o Brasil é de que esse país mantenha potencial agroexportador, apesar das atividades industriais estarem se fortificando em solo brasileiro. E como a via de desenvolvimento do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense busca promover o desenvolvimento através das grandes corporações transnacionais, no Brasil viu-se (no período de JK) que:

As filiais americanas de mais velha data concentraram sua acumulação no complexo agroindustrial, continuando a acreditar piamente na nossa vocação agrícola e agroexportadora, o que não significa que não tenham se beneficiado substancialmente do crescimento do mercado interno, propiciado pela articulação da expansão industrial do grande complexo metal-mecânico do material de transporte e da expansão vigorosa do sistema de infra-estrutura, sobretudo de energia e transporte rodoviário (TAVARES, 1999, p.464).

Já o setor metal-mecânico (como o automobilístico e o naval) contava com os investimentos externos provindos da Europa e do Japão. Desse modo, pode-se perceber que a expansão capitalista no Brasil se deu de forma “associada”. Ou seja, a expansão deste setor ocorre graças à complementaridade do capital interno (público e privado) com o capital externo. Ao capital estatal ficou o papel de implementar as alterações necessárias à expansão do capital estrangeiro, no que tange à infra-estrutura e à produção de bens intermediários, em geral, setores que exigiam um alto coeficiente na relação capital/unidade de produto ou longo prazo para a maturação dos investimentos realizados. Vale ressaltar que, de forma generalizada, estes setores ampliados ou criados nesta fase já nascem oligopolizados. (CRUZ, 1994, p. 65)

Este período de expansão vai dos anos 1950 até a década de 70. Caracterizando-se por uma entrada de capital externo bem menor, em que os financiamentos direcionados ao setor produtivo eram realizados através dos bancos nacionais, tanto públicos como privados, com os fundos provindos de reinvestimento dos lucros.

O período após a crise do petróleo, da década de 1970, reflete a potencialidade do Brasil em apresentar taxas de crescimento mesmo durante uma época de crise. Contudo, como constatado no projeto de “substituição de importações”, viu-se que o fortalecimento do capital privado nacional não foi suficiente para assumir o papel de promotor “autônomo” da industrialização. Deste modo, as empresas nacionais não tinham equivalência competitiva com as multinacionais em solo brasileiro, já que essas usufruíam o capital disponível da relação matriz/filial, a taxa de juros bem menores do que as praticadas no mercado

interno. Se por um lado este é o cenário em que se encontravam as empresas nacionais, no período que vai da década de 1950 à 70,

as grandes empresas privadas industriais, notadamente as de capital estrangeiro, densamente presentes nos setores que lideram o crescimento, gozaram de estabilidade em suas bases de financiamento e de autonomia em relação (CRUZ, 1994, p.80).

A crise da dívida, na década de 80, representou a entrada “numa nova fase cujas características fundamentais foram a geração de significativos saldos comerciais positivos, a semi-estagnação e uma profunda instabilidade macroeconômica” (CRUZ, 1994, p.74). A “substituição de importações” operacionalizada no governo Geisel alcançou, resumidamente,

[...] um aumento extraordinário da capacidade de produção das indústrias pesadas, de insumos e de bens de capital, que aumentou a nossa capacidade de exportar manufaturas brasileiras, a partir da forte depreciação do cruzeiro em relação ao dólar e da queda da demanda interna, em 1982/83 (TAVARES, 1999, p. 470).

Este fenômeno de crescimento pode também ser percebido no terceiro período citado por Singer (1996), ou ainda observado nas tendências implícitas ao ciclo de acumulação estadunidense no que tange ao movimento das atividades industriais dentro da hierarquia inter-Estatal da economia-mundo. De fato, tais atividades deixam de ser consideradas como as principais das zonas do núcleo-orgânico e passam a migrar para os países semiperiféricos e periféricos.

Entretanto, os processos de reestruturação tecnológica, organizacional e gerencial – da chamada terceira evolução tecnológica³⁷ – que se deram ainda na década de 1980, vivenciados com maior intensidade nas zonas do núcleo orgânico, foram fracamente percebidos nas demais zonas, que tiveram estes processos implementados com atraso. No Brasil, os motivos pelos quais estes ajustamentos organizacionais aconteceram com tal atraso, foram principalmente a própria “crise da dívida”; a desorganização das finanças públicas e a instabilidade inflacionária; e a perda de dinamismo da economia brasileira, durante a chamada “década perdida” nos anos 1980. (COUTINHO, 1996, p.84)

A chegada da década de 1990, imprime a intensificação da crise financeira “herdada” das décadas anteriores, que, combinada à desregulamentação financeira resulta num espaço propício à atração do capital especulativo internacional, iniciada no governo Collor. O cenário desta década é acompanhado ainda pela reviravolta nos fluxos de capital que se haviam retraído na década passada, voltando a propiciar o financiamento externo, assim como, pelos processos de liberalização comercial, pelas reformas econômicas e pelas privatizações e desnacionalização, que só se aceleraram durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Coutinho (1996, p. 92) afirma que:

o peso das importações sobre a produção no país já vinha crescendo desde 1990, como resultado da abertura econômica promovida pelo governo Collor, mas saltou de forma espetacular depois do programa de estabilização pelo fato de o poder de compra do Real (em termos de dólar) ter sido fixado em patamar artificialmente elevado.

³⁷ “A partir de meados da década de 70 e com força crescente na década de 80, a mudança tecnológica acelerou-se, sob o impacto da veloz difusão das tecnologias de informação, baseadas na microeletrônica. A desregulamentação financeira e o simultâneo desenvolvimento das redes de telemática mundiais integraram os mercados financeiros e de capitais – diluindo crescentemente as fronteiras entre os diversos sistemas financeiros e o euromercado, numa direção de uma verdadeira globalização das finanças” (COUTINHO, 1997, p.226).

Como reflexo deste fato, a indústria nacional respondeu com duas principais atitudes: a desindustrialização de alguns setores nacionais em que ocorreu a substituição dos insumos locais pelos importados, trazendo como conseqüência a eliminação de linhas de produção; e, a desnacionalização de alguns setores em que as empresas são financeiramente frágeis e não conseguiram manter-se frente o acirramento da competição. Diante das mudanças nas condições de concorrência, as empresas foram imbuídas à reestruturação de suas bases produtivas.

O processo de reestruturação trouxe a reboque algumas mudanças que interferiram diretamente na gestão dos recursos humanos, resultando na intensificação da terceirização e no uso de mão-de-obra temporária, bem como a redução das hierarquias (desverticalização das atividades). Este ponto pode ser certamente compreendido à luz das tendências que marcam a economia-mundo capitalista neste período. A própria crise do fordismo, o surgimento de novos paradigmas industrial-tecnológicos, o aumento da concorrência, o furacão neoliberal, a abertura comercial e as privatizações, representam no caso brasileiro, conseqüências do movimento cíclico do próprio sistema-mundo, do movimento do próprio capital buscando formas mais adequadas de garantir a maximização de acumulação.

E o que se vê hoje no cenário brasileiro não se distancia muito dos pressupostos adotados no “consenso de Washington”. O Brasil segue tentando se adaptar às mudanças que permeiam a estrutura do sistema-mundo capitalista, desde a crise de 1980 e seus efeitos conjunturais que se agravam com a liberalização comercial e financeira. Pode-se dizer, neste início do século XXI, que

não existe um modelo de desenvolvimento - quer seja pra dentro, ou mesmo para fora.

O motivo de esta pesquisa ter-se delimitado temporalmente na década de 1990 sustenta-se principalmente no fato de que esta década:

Tem se caracterizado como uma das mais importantes de inflexão na história econômica brasileira. Partindo de uma economia fechada ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, com grande presença do Estado como produtor de bens e serviços e uma crescente tendência inflacionária, o Brasil caminha para uma economia aberta, com redução da proteção comercial e liberalização dos fluxos de capitais, redução da presença do Estado como produtor de bens e serviços, através do processo de privatização, culminando um programa de estabilização baseado em uma âncora cambial e respaldado pela abertura comercial e financeira. (CAMARGO, NERI e REIS, 2000, p. 1)

Este comportamento tende a se alastrar no comportamento do mercado de trabalho brasileiro, como será observado no tópico seguinte. A condição de semiperiferia indica, portanto, a forma como a força de trabalho será – ou não será – absorvida durante toda a trajetória do Brasil dentro da economia-mundo capitalista. Sendo que a análise realizada para esta dissertação se limita ao período pós década de 1990, dado o tema central determinado pela evolução das cooperativas de trabalho durante o período citado.

3.2 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Enquanto as zonas do núcleo orgânico experimentavam a Segunda Revolução Industrial, no final do século XIX, o Brasil recém declarava a “abolição da

escravatura”³⁸. Deste modo, este atraso em relação aos países do núcleo orgânico retrata a debilidade do mercado de trabalho assalariado brasileiro nesse período. Esse atraso da estruturação desse mercado é percebido durante todo o processo histórico do Brasil. Neste sentido, Castro (2004, p.3) afirma que:

Nesta perspectiva, o mercado de trabalho brasileiro passa a se estruturar a partir dos anos de 1930 do século XX, evolui nos anos de 1950 e se fortalece até o final dos anos de 1970, para ingressar no final da década de 1980, após a longa recessão dessa mesma década (anos de 1980), nas contingências da Terceira Revolução Industrial. Paralelamente à formação do mercado de trabalho nas cidades, há também uma evolução no campo, principalmente a partir da modernização da produção agrícola.

Como visto acima, é na década de 1930 que o modelo de crescimento “voltado para fora” passa a se voltar “para dentro”, dada a crise em que se encontrava a economia-mundo e também a conjuntura interna no mercado brasileiro, marcando pelo incentivo à industrialização nacional.

E é neste momento histórico que surge o Ministério do Trabalho, inicia-se a regulamentação sindical, bem como, legalizam-se as normas relativas ao trabalho feminino e infantil, os horários das jornadas de trabalho, as garantias do salário mínimo e das férias, e outros deveres e benefícios trabalhistas. Sendo que, estes fatores, aliados ao crescente nível de emprego urbano, resultaram num período de acomodação social.

A chamada Segunda Revolução Industrial e seus padrões tecnológicos chegam ao Brasil somente na metade do século XX em diante, com a

³⁸ Vale lembrar que o capitalismo aceita em sua estrutura as mais distintas relações de trabalho. Ou seja, mesmo as relações de trabalho servis e escravas não estão isentas da dominação do capital.

implementação das indústrias de transporte, de bens de capital, petroquímica e agroindustrial.

Este fato, “fez com que a taxa anual de aumento do emprego superasse essa mesma taxa de crescimento da população urbana” (CASTRO, 2004, p.6), durante o período de 1960-80. Esta tendência foi então abrandada pelo movimento de migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos³⁹, inibindo a absorção da mão-de obra feminina e jovem no mercado de trabalho, aumentando a oferta de mão de obra nestes centros.

A inserção das mulheres, que seguem o contexto referente à transformação da força de trabalho na economia-mundo observado no capítulo anterior. Na verdade, apesar do desenvolvimento da indústria nacional, é possível observar que este período caracterizou-se pela exclusão sócio-econômica, dado o baixo nível salarial que caracteriza uma parcela relevante dos trabalhadores⁴⁰.

Na década de 1980, enquanto os países pertencentes à zona do núcleo-orgânico passam a experimentar a Terceira Revolução Industrial - baseada na microeletrônica, no intuito de driblar os efeitos da crise (incluindo o desemprego), o Brasil ainda se encontra nos processos referentes à Segunda Revolução Industrial. Sendo que as condições internas de desenvolvimento não puderam acompanhar os

³⁹ Estes movimentos de migração da força de trabalho rurais podem ser explicados não somente pelo aumento na oferta do número de postos de trabalho nos centros urbanos, mas também pelo aumento da mecanização dos processos produtivos no campo, a partir dos anos sessenta, que resultou também na opção pela contratação de “trabalhadores eventuais” em vez do trabalho familiar e permanente.

⁴⁰ Este “desmantelamento salarial” foi promovido graças à diminuição do poder sindical na esteira do golpe militar de 1964. De modo que os trabalhadores, até o citado momento, vivenciavam uma época de forte mobilização e ganhos e, passam então a operar sob um aspecto assistencialista, com o foco voltado às aposentadorias, assistências médicas, etc.

paradigmas impostos pela Terceira Revolução Industrial⁴¹, que só puderam ser então implementados na década de 90.

Após este breve relato de alguns fatos relevantes do mercado de trabalho brasileiro, passar-se-á à análise desse, observando a construção - e desconstrução - das relações de trabalho que se impõe da última década do século passado até os dias atuais.

3.2.1 O período pós-década de 1990

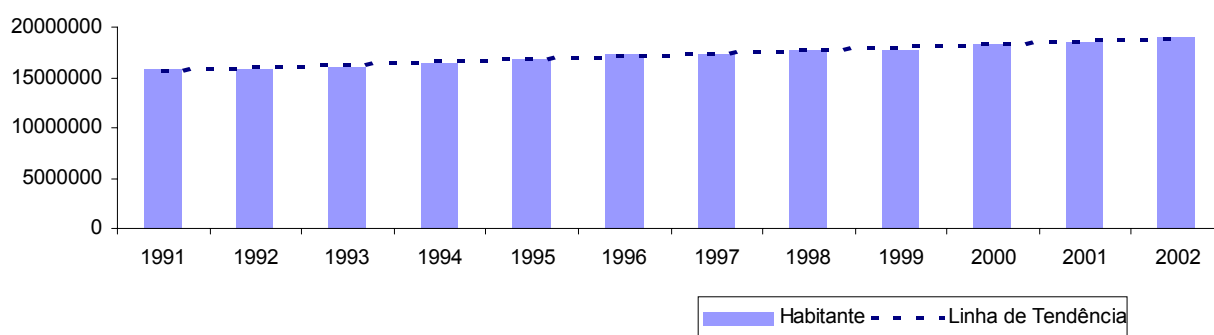
O cenário brasileiro a partir dos anos 1990 reflete a entrada do país na Terceira Revolução Industrial, a abertura comercial e as políticas de estabilização. Estas últimas, por sua vez, reduzindo a inflação, proporcionaram um maior poder de compra dos salários, o que resultou num aumento substancial do consumo na fase inicial do Plano Real.

Contudo, de uma maneira geral pode-se observar que não representaram nem uma melhoria na qualidade de vida por parte dos trabalhadores, nem tampouco no nível de emprego. Bem pelo contrário, os efeitos foram no sentido de taxas de desempregos crescentes no setor formal do mercado de trabalho brasileiro - como será visto a seguir com maiores detalhes - principalmente devido à reestruturação produtiva, que veio a interferir diretamente no emprego industrial e no aumento de trabalhadores alocados no setor informal.

⁴¹ O tripé que comandou o processo de desenvolvimento da década anterior, o capital externo, o Estado e o capital nacional, não conseguiu mais manter o ritmo de crescimento devido a fatores externos, como a emergência da Terceira Revolução Industrial, que colocou novos interesses ao capital internacional. (CASTRO 2004, p. 7). Fato este que pode também ser analisado pelas tendências conjunturais apreciadas como reflexo da fase expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense.

Ao analisar a série de dados referentes à evolução da população economicamente ativa (PEA) no Brasil, nota-se uma variação percentual de 14% (com 15.848.194 habitantes em 1991 para 18.498.088 em 2002). Como pode ser observado no gráfico abaixo, o período apresenta uma quase linearidade em relação à evolução do número de habitantes que fazem parte da PEA.

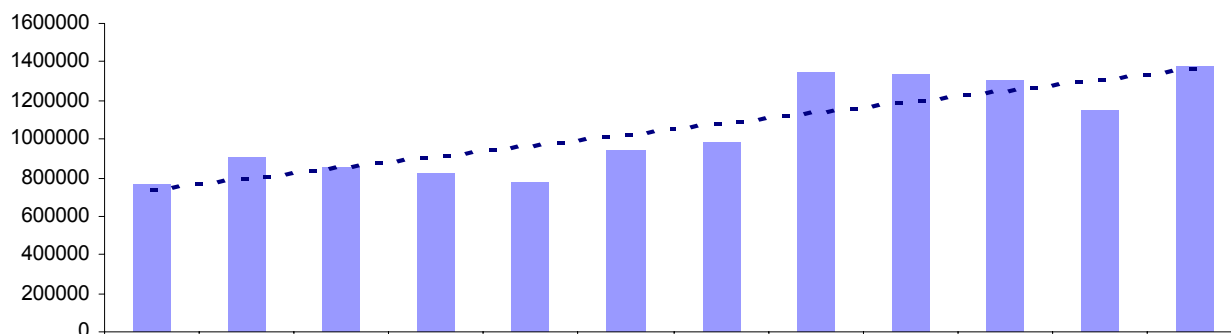
Gráfico 1: População economicamente ativa de 15 anos e mais



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (2004)

Parte da PEA compõe um grupo determinado de pessoas que não tinham trabalho, durante a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mas estavam dispostas a trabalhar, e para isso tomaram alguma providência efetiva, este grupo é denominado como: população desocupada, ou desempregada. Os dados indicam para uma evolução positiva em relação à população desocupada, como pode ser percebido no gráfico abaixo, com uma variação de 766.964 em 1991 para 1.372.406 em 2002, um crescimento de 55,88%.

Gráfico 2: População desocupada de 15 anos e mais

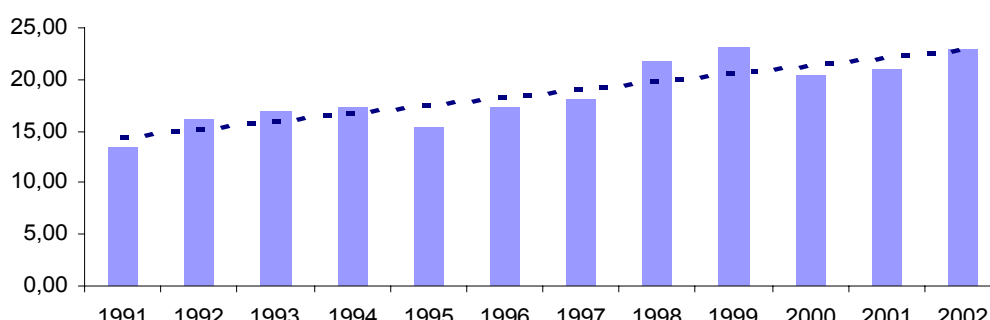


A queda no nível de emprego nesse período é explicada principalmente por três fatores, como afirma Castro (2003, p.8):

O primeiro fator seria a substituição da produção doméstica de bens comercializáveis internacionalmente por importados; o segundo considerado mais importante se deve aos ganhos de produtividade da indústria de transformação, principalmente no que diz respeito às inovações tecnológicas e da adoção das novas formas de gestão do processo de gerência da produção, que exige uma mão-de-obra mais qualificada (o toyotismo), para fazer frente aos concorrentes externos e internos; o terceiro, que é consequência do segundo, deve-se ao processo de terceirização dos serviços da indústria, que levou a transferência de trabalhadores do Setor Secundário para o Terciário, sendo que boa parte na informalidade. Esse processo de terceirização aumentou também o número de pequenas e médias empresas assalariando sem Carteira de Trabalho assinada e, ainda, proporcionou o aumento de trabalho por conta própria, inclusive de trabalho em domicílio.

O gráfico abaixo representa, por sua vez, o tempo médio que os habitantes que fazem parte da PEA e encontram-se desempregados estão efetivamente a procura de trabalho. Percebe-se que este tempo aumentou 71,32% desde 1991 até 2002, fato que demonstra a maior dificuldade das pessoas conseguirem uma colocação no mercado de trabalho, chegando a praticamente seis meses no último ano da pesquisa.

Gráfico 3: Tempo médio de procura de trabalho



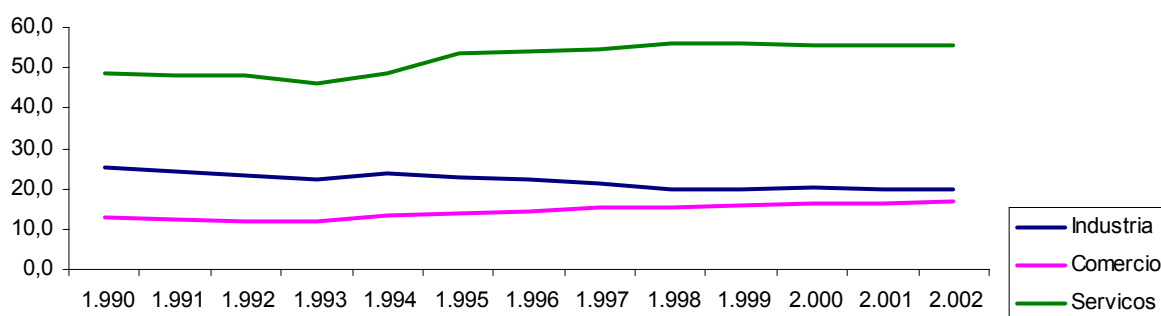
Vê-se que a realidade econômica vivenciada em solo brasileiro nos anos 90, passou a atingir diretamente o mercado de trabalho assalariado. Neste sentido Castro e Deddeca (1998) observaram que:

Os efeitos da nova trajetória de desenvolvimento afetam estruturalmente o mercado de trabalho, bem como as instituições que o organizam. Nesse movimento, proliferam novas formas de trabalho precário, vinculadas, diretamente ou não, ao núcleo mais dinâmico das economias nacionais. Vai se consolidando, assim, um caleidoscópio ocupacional, concomitantemente com a perda progressiva de importância do assalariamento.

Camargo, Néri e Reis (2000), por sua vez, preferem contemplar os anos pós 1990 com uma divisão sistemática de dois subperíodos para realizar a análise do mercado de trabalho. Sendo o primeiro composto pelos anos de 1990 até 94, em que se presenciou uma forte recessão e um aumento expressivo da taxa de desemprego (com uma variação de 4% em 1990 para 6% em 1992), resultados da abertura comercial.

Neste subperíodo o que se presenciou foi uma queda no emprego industrial, com um aumento do emprego nos setores de comércio e serviços (reagindo de acordo com o movimento das atividades na economia), como observado no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Evolução dos percentuais de participação dos setores industrial, comércio e serviços no total de empregos gerados no Brasil desde 1990



Fonte: Relatório anual de informações sociais (RAIS)

Em contrapartida, o aumento da taxa de desemprego observada neste período está diretamente associada às mudanças ocorridas em função da abertura comercial. Resumidamente, Camargo, Néri e Reis (2000, p.6) explicam que:

Até 1990 as taxas de desemprego tinham um comportamento mais parecido com os ciclos de produção. Quando a economia entrava em processo recessivo o desemprego aumentava, revertendo aos baixos níveis do fim do período de crescimento no final no ciclo seguinte. Este movimento das taxas de desemprego aberto sugeria um elevado grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro (salários reais e emprego) em relação ao tamanho dos choques vividos pela economia. Durante a década de 90 a taxa de desemprego apresenta uma tendência de crescimento que não está diretamente associada a movimentos cíclicos.

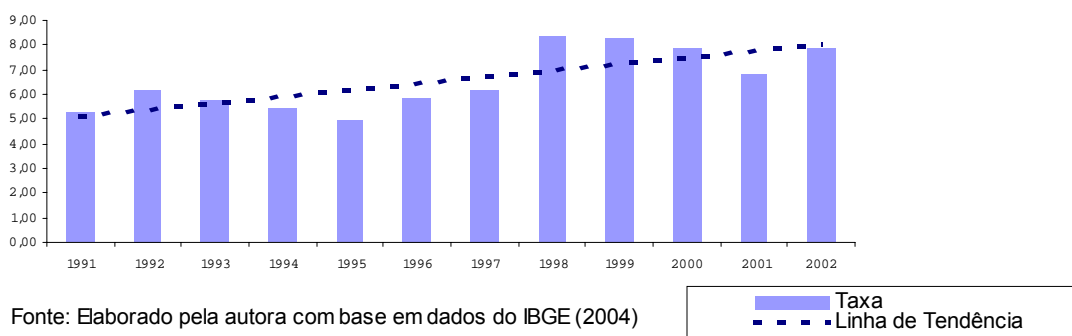
O segundo subperíodo vai de 1994 até os dias atuais, em que os programas de estabilização atenuaram a taxa de inflação. As taxas de desemprego aberto apresentaram uma queda até início dos anos 1995, e estas taxas voltam a crescer

com a crise do México, cenário que se acentua a partir de 1997. A avaliação dos setores acima citada apresenta o seguinte quadro neste subperíodo: o emprego industrial decresce a partir de 1995, mesmo com um crescimento do produto; e o emprego nos setores de serviço e comércio cresce até fim de 1996, fase em que passam a apresentar tendência à estagnação. À primeira vista, a queda no nível de emprego do setor industrial havia sido compensada pela absorção destes trabalhadores nos setores de comércio e serviços. Contudo, no período após 1997 o desemprego passou a despontar em ambos os setores.

Deste modo, até 1997 os setores de serviço e comércio absorvem parte do desemprego causado pela indústria, porém no período que segue o ano de 1998 a taxa de ocupação nestes dois setores aponta para uma estabilidade.

No gráfico abaixo, tem-se um dos mais importantes dados a serem analisados neste capítulo, a evolução das taxas de desemprego desde o início da década de 1990. O crescimento desta taxa durante o período focado, apesar das visíveis oscilações, respondem (através da linha tendencial) com uma crescente evolução. Alcançando seu pico em 1998 (8,35%), a taxa de desemprego fecha o ano de 2002 com um índice de 7,88%.

Gráfico 5: Taxas de desemprego anual



Além dos impactos gerados diretamente pela crise do mercado de trabalho, evidenciado através das taxas de desemprego, vê-se a precarização das condições de trabalho⁴² impostas pelos processos de flexibilização que vieram como novos paradigmas organizacionais na última revolução industrial. Sobre tais paradigmas

Durans (2003, p.5) observa que:

Na esfera da produção, os capitalistas desenvolvem um conjunto de ações visando à recomposição da taxa de lucro, através do aumento da produtividade do trabalho, associando novas tecnologias e novas organização e gestão, baseados em várias experiências dentre as quais a japonesa é a mais destacada. Essas ações caminham para a substituição do taylorismo/fordismo ou associação/mesclagem destes com o novo padrão. Este modelo, denominado acumulação flexível, especialização flexível, toyotismo⁴³, etc. apresenta como traços básicos: alinha de produção flexibilizada, organização do trabalho em células ou linhas de produção, *just in time*, qualidade total, polivalência ou multifuncionalidade, terceirização, estoque mínimo, produção vinculada à demanda, produção enxuta, gestão participativa, dentre outros aspectos.

Ainda neste sentido, Castro e Deddeca (1998) observam a divergência no fato que o aumento do nível de atividades das grandes empresas não tem representado, necessariamente, um aumento no emprego direto, substituído, sobremaneira, pela contratação de produção de unidades produtivas de menor porte. De modo que,

⁴² A percepção da qualidade nas condições de trabalho é, para Reinecke (1999, p. 121) observada de acordo com a “renda; benefícios salariais; regularidade e confiabilidade do trabalho e dos salários; proteção social (pensões, saúde, proteção no caso de desemprego); representação de interesse (através de sindicato ou outros); jornada de trabalho (duração e ritmo); intensidade do trabalho; risco de acidentes e de doenças ocupacionais; envolvimento em decisões ligadas ao trabalho (autonomia, participação); possibilidade para o desenvolvimento de qualificações profissionais, de habilidades pessoais e da criatividade; interesse no trabalho”.

⁴³ Uma parte relativa dos trabalhadores demitidos da indústria faz parte do padrão fordista, que por sua vez exige um menor grau de qualificação. Já o padrão toyotista exige um trabalhador melhor qualificado. Deste modo, a realocação desse trabalhador no mercado formal de trabalho, depende de seu grau de requalificação, a qual no Brasil depende em muito da política pública.

assim as grandes empresas continuam a manter (ou mesmo ampliar) sua participação nos mercados, sem o correspondente aumento da sua atividades produtiva direta. A concentração e oligopolização dos mercados de produtos é acompanhada de uma desconcentração e fragmentação do mercado de trabalho, onde as formas de ocupação bastante diferenciadas vão ganhando espaço em detrimento do trabalho assalariado. (CASTRO e DEDDECA, 1998, p.13)

De forma que “as empresas estão empenhadas em economizar encargos trabalhistas mediante a transformação de empregados em prestadores de serviço ou autônomos” (SINGER, 1999, p.119), estes processos têm, sem dúvida, o intuito de minimizar os custos do capital e elevar as taxas de acumulação. O impacto, desses processos, sobre o mercado de trabalho como um todo resulta tanto no desemprego, como no aumento da informalização das relações de trabalho, através do aumento da flexibilização das mesmas, referenciados com uma queda no número de trabalhadores assalariados e um aumento do número de trabalhadores por conta própria. Como observado por Lins (2001, p.43):

Geralmente se enfoca a flexibilização pela ótica da capacidade das empresas para responder agilmente às mudanças no mercado, com rapidez na mobilização de recursos e na reorientação do uso de máquinas e equipamentos.

Contudo, importantes impactos foram percebidos no mercado de trabalho em razão da busca exacerbada pela flexibilidade produtiva. Entre estes impactos pode-se citar a maior exigência de qualificação dos trabalhadores; a proliferação de micro e pequenas empresas (que muitas vezes funcionam como fornecedoras de mão de obra para as grandes empresas), a redução do poder dos sindicatos, bem como a geração de formas mais individualizadas de negociação do trabalho. Observando a

flexibilidade pelo prisma em que esta se reflete no mercado de trabalho, pode-se perceber a proliferação de:

Novas formas de organização do trabalho com ênfase na polivalência do trabalhador; organização dos tempos de trabalho (flexibilidade dos horários, equipes múltiplas); diversificação dos contratos de trabalho; formas de utilização da mão de obra forma de contrato de trabalho; individualização dos salários em função dos resultados obtidos. (PICCININI, 1998, p.195)

Nota-se também que o emprego assalariado alterou sua composição significativamente já na década anterior, e nos anos 1990 houve um maior crescimento no número de trabalhadores assalariados que não tinham registro em carteira. O trabalho por conta própria também ganha destaque neste período. Neste sentido,

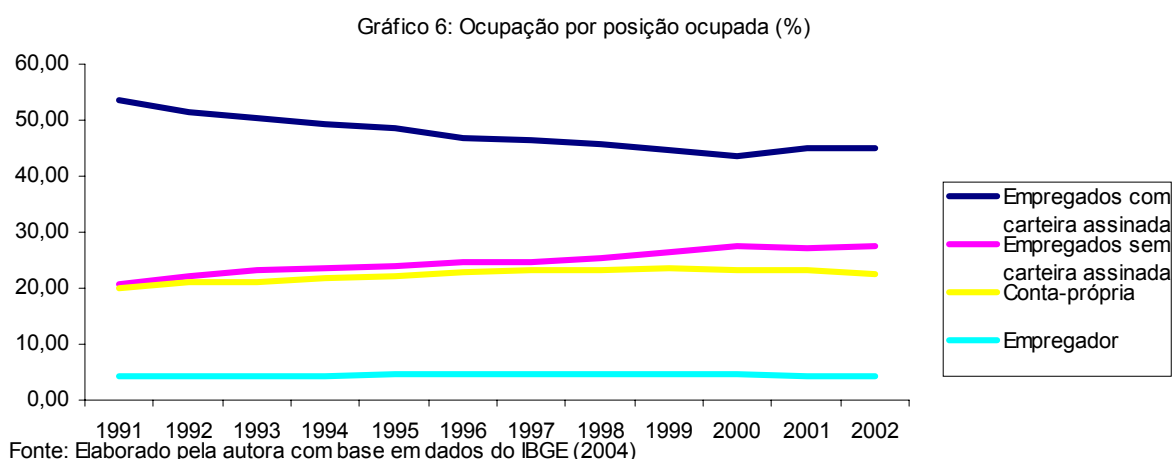
verifica-se, portanto, um crescimento das ocupações denominadas de informais, como um resultado do aumento do desemprego, do processo de desassalariamento, do crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria, Estes fatos, somados ao aumento do tempo médio em que o trabalhador permanece desempregado, empurra parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações, colocando novos problemas a um mercado de trabalho historicamente desigual e excludente. (KRAYCHETE, 2003, p4).

A série de dados apresentada através do gráfico a seguir, da ocupação dos trabalhadores por posição ocupada no mercado de trabalho, mostra primeiramente o decréscimo do número de empregados com carteira assinada (de 53,75 em 1991 para 45,05 para 2002).

Posteriormente vê-se a confirmação dos números de trabalhadores sem carteira assinada evoluindo de 20,78% em 1991 para um percentual de 27,48% em 2002, que pode ser traduzido como um crescimento do setor informal. Esta evolução

positiva também é notada no que tange aos trabalhadores por conta-própria, variando de 20,12% para 22,62 no período citado.

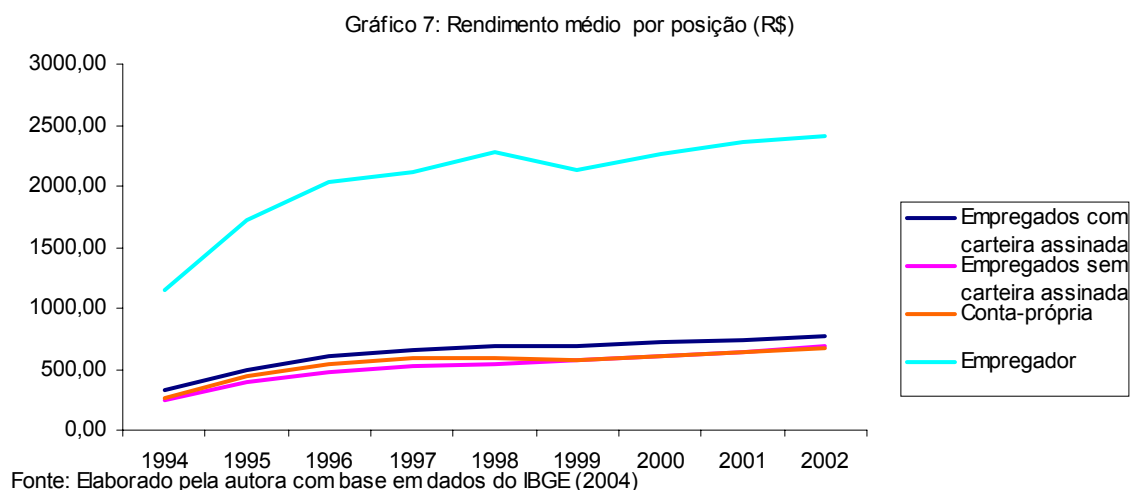
Ao se pensar que tanto estes trabalhadores, como os empregados sem carteira assinada não tem seus direitos garantidos formalmente pela legislação, tem-se que em 1991 estes totalizam 40,9% e, em 2002 chegam a 50,10% a serem comparados com os 45,05% de trabalhadores com carteira assinada. Por fim, os empregadores indicam um leve decréscimo em seus percentuais, oscilando somente de 4,43% para 4,11%.



Além de observar a ocupação por posição ocupada no mercado de trabalho, buscou-se também analisar o quadro de remuneração média para cada uma das posições apresentadas acima.

Notadamente, os empregadores são os que mais se destacam em relação ao volume de ganho, mais do que dobrando seus rendimentos no período pós Plano Real. As demais categorias apresentam uma pequena variação entre elas, juntamente nota-se uma evolução na remuneração tanto dos empregados com

carteira assinada, como nos empregados sem carteira assinada e nos trabalhadores por conta-própria.



A presença de um setor informal de trabalho, não é novidade na evolução histórica da economia-mundo capitalista. Tomando-se, por exemplo, os relatos do século XVII na França, vê-se que neste país já estavam presentes os vendedores ambulantes que vendiam seus produtos e eram considerados como sendo prejudiciais ao comércio local.

O setor informal tem sido muitas vezes explicado como um resíduo do formal, ou seja, sendo um setor que se desenvolve somente em momentos de crise, em que amortece o desemprego gerado no mercado formalizado pela legislação trabalhista. Sendo muitas vezes tratado como transitório a ser superado pelo crescimento econômico.

Quanto aos tipos de atividades que mais se desenvolvem dentro deste setor estão o comércio e serviços de reparação e de diversão, bem como a indústria de construção. E os motivos que mais incentivam os trabalhadores em optarem por um negócio próprio estão o fato de não terem encontrado emprego formal, por não

desejarem ter patrão, ou ainda, no intuito de complementar a renda. Como observou Barcellos (2000, p.11):

No início do capitalismo o incentivo era de que o artesão se tornasse assalariado. Hoje o capitalismo cria o paradigma de que o assalariado deve voltar a ser artesão, sendo autônomo ou dono de seu próprio negócio. Com isto, desmobilizam-se as lutas de classe, já que não há mais classe organizada por setor. Tem-se como consequência uma concorrência crescente no mercado de trabalho informal, fazendo com que os trabalhadores autônomos operem jornadas de trabalho cada vez mais longas. Esta desmobilização de classes pode retratar na verdade uma fase de transição do capitalismo, que não necessariamente será eterna.

Visto que o esperado crescimento econômico apresenta-se cada vez mais distante da realidade contemporânea, a preocupação em compreender e explicar o setor informal tem crescido nos últimos vinte anos, compreendendo duas principais visões. Por um lado está uma visão mais liberal, na qual a proposta vai no sentido de que aqueles que não conseguem se manter no mercado de trabalho formal possam adquirir uma “empregabilidade” através de seus próprios negócios e estabelecendo uma geração de emprego e renda através de pequenos empreendimentos individuais. De outro lado está uma visão mais crítica, aponta para a compreensão dos conceitos da economia popular e da economia solidária, que serão vistas com mais detalhes a seguir. Para esta visão em especial Kraychete (2003, p.8) expõe que:

Diante de oportunidade de emprego regular, cada vez mais restrita, a reprodução da vida de uma parcela crescente da população passa a depender, em maior escala, de uma economia que se alimenta de inúmeras atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativa, envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bem e serviços.

Dada a relevância que o setor informal tem alcançado durante as duas últimas décadas, em especial a de 1990, acredita-se que este já não seja apenas um amortizador das deficiências experimentadas pelo setor formal na baixa absorção de mão-de-obra, e que tende a perder importância no caso de um reaquecimento do crescimento econômico.

O setor informal tende, então, a se desenvolver com vida própria, mesmo diante de um crescimento do mercado formal de trabalho. Resumidamente, este aumento do setor informal, nada mais vem do que explicitar a precarização das relações de trabalho, traduzida na deterioração tanto das condições de trabalho como da qualidade de vida do trabalhador brasileiro.

No que se refere ao emprego no setor público⁴⁴ na década de 1990 viu-se que as esferas federal e estadual apresentaram uma pequena queda, compensada, porém pelo aumento na esfera municipal, resultando no total uma variação de 7,5 milhões de empregados públicos, em 1992, para 7,9 milhões em 1999 (PESSOA e MARTINS, 2003, p. 253). Os setores que responderam negativamente à evolução do emprego público no Brasil na década de 1990 foram a indústria de transformação e outras atividades industriais (extração mineral água, energia elétrica, etc.); o comércio de mercadorias; a prestação de serviços e serviços auxiliares; transportes e telecomunicações; e outras atividades (instituições de crédito, seguro e capitalização). Sendo compensados pelos setores de indústria de construção, atividades sociais e administração pública.

O papel do Estado na implementação de soluções para o desemprego tem, em muitas vezes, compactuado com o estímulo aos treinamentos profissionalizante,

⁴⁴ A referência ao setor público inclui aqui as três esferas, federal, estadual e municipal, além das entidades administrativas também abarca as empresas públicas e de economia mista, fundações e autarquias.

preparando o trabalhador para enfrentar o mercado cada vez mais competitivo e especializado, bem como na criação de linhas de crédito específicas para a implantação de microempresas, com o intuito de manter e gerar ocupação e renda. Contudo, em geral estes incentivos na criação de micro ou pequena empresa por parte do Estado, não garantem a sobrevivência destas no mercado, já que muitos serão os desafios a serem enfrentados por estes trabalhadores para manter seus negócios ativos e competitivos num mercado em que a concorrência se torna cada dia mais voraz.

Na esfera federal, desde 1989 iniciou o processo de demissão de funcionários públicos – não estáveis, a limitação de contratações e estímulos à aposentadoria, abrindo espaço para a terceirização de serviços. No governo de FHC a implementação do Plano de Demissão Voluntária (PDV) deu continuidade ao processo acima citado, incentivado também pelo Programa Nacional de Desestatização e pelas privatizações que seguiram durante este governo. Estas tendências refletem a orientação neoliberal, fruto da influência do centro da economia-mundo capitalista, sob as implicações de instituição formais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Desenvolvimento.

Na esfera estadual, este processo de ajuste inicia somente em 1994, dado o esforço na redução de gastos com pessoal e do número de servidores, bem como, as privatizações de alguns bancos e empresas estatais. O fato para que a esfera municipal ser a única a apresentar um saldo positivo no número de empregos gerados no período citado, está no fato do aumento do número de municípios, assim como na “descentralização dos serviços de saúde no nível dos municípios para a consolidação do SUS” (PESSOA e MARTINS, 2003, p.255) e na criação do Fundo de Manutenção e de Valorização no Magistério (Fundef) em 1997.

Cabe ressaltar que as políticas públicas de combate ao desemprego têm sido delineadas pelos programas de qualificação e requalificação da mão-de-obra, o que de certa maneira não garante a recolocação daqueles que estão excluídos do mercado de trabalho, porém serve de apoio ao capital que necessita cada vez mais de trabalhadores especializados para a execução de tarefas mais complexas do processo produtivo pós terceira revolução industrial. Como comenta Singer (1999, p.119):

As soluções propostas para o desemprego se limitam em geral a oferecer ao empregado treinamento profissional e algum financiamento, se ele se dispuser a começar um negócio por conta própria [...] .O aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho, pois esta depende basicamente do crescimento dos mercados em que as empresas vendem seus produtos. Se todos os trabalhadores desempregados incrementassem seu nível de qualificação, o único resultado seria uma concorrência mais intensa entre eles, com provável queda dos salários pagos.

No que se refere ao poder público em relação à legislação trabalhista, o que se percebe é um movimento que defende a “modernização” destas leis, no sentido de que estas não tem acompanhado as transformações vivenciadas no mundo do trabalho. É verdadeiro que muitas das leis que regem o mercado de trabalho, ainda inseridas no contexto da década de 1930, encontram-se desatualizadas. Por mais que este tema não esteja no escopo deste trabalho, vale ressaltar importância de se aprofundar a discussão sobre este assunto dada sua relevância, para que a esperada atualização da legislação trabalhista possa vir a beneficiar os trabalhadores, e não esteja somente atrelada aos interesses do capital.

Como já foi citada, a produtividade da economia como um todo não vem apresentando significativa evolução. Desta maneira, como o “bolo” não cresce,

aumenta a disputa para ver quem vai ficar com a maior fatia, se com os capitalistas ou com os trabalhadores. Como observa Vieira (1999, p.6):

A solução consiste então em avançar sobre a parte dos trabalhadores. E como a parte do bolo que os trabalhadores podem “comer” depende dos seus salários, estes precisam ser rebaixados, os benefícios sociais (salários indiretos) eliminados ou reduzidos, com o que se reduz o poder de compra dos trabalhadores. Esta redução pode ser conseguida com a inflação, pois ela vai corroendo o salário pelo menos até ser reajustado. Enquanto lhes interessavam, os empresários brasileiros usaram a inflação para aumentar seus lucros.

Entretanto, como a estabilidade monetária virou doutrina a ser seguida pelos chamados “mercados emergentes”, a inflação não é mais uma das rotas viáveis à maximização dos lucros capitalistas. A opção viabilizada foi a redução dos salários nominais (através da demissão seguida de contratação a níveis salariais mais baixos) e o aumento da produtividade exigida (de forma absoluta ou relativa).

Entretanto, o desejo de rebaixar os salários nominais esbarra em duas importantes questões: a legislação trabalhista e a resistência dos trabalhadores. No cenário anterior, quanto à resistência dos trabalhadores, percebe-se um crescente movimento de enfraquecimento dos sindicatos, de certo modo explicado pelo próprio crescimento do desemprego. Esta perda de poder dos sindicatos pode ser explicada pelos seguintes motivos apresentados por Castro (2003, p.3):

Acentuadas quedas nas taxas de sindicalização; queda da taxa de greves; dificuldade de representação de uma força de trabalho cada vez mais heterogênea, com interesses e histórico de participação sindical muito diferenciados; dificuldade de representar os trabalhadores de empresas subcontratadas, temporários e/ou part-time; incapacidade de se integrar de forma significativa e permanente a importantes movimentos sociais, falhando na representação das reivindicações de boa parte da força de trabalho, como as mulheres e negros; individualização crescente das relações de trabalho, em contraposição a valores fundamentais do sindicalismo, como a

solidariedade e a ação coletiva; aumento das negociações coletivas no nível da empresa; poucos ganhos em organização e diminuição da influência política e do poder de barganha. A terceirização é também uma forma de as empresas enfraquecerem o movimento sindical, na medida em que diminui com a verticalização, reduzindo o chão da fábrica fordista, fragmentando os trabalhadores em categorias diferentes e em pequenos espaços, uma verdadeira “desintegração vertical da produção”, dificultando a ação sindical. É, da mesma forma, uma política deliberada de enfraquecimento dos sindicatos.

Desta forma, o que se presencia nas últimas décadas é uma forte crescente das taxas de desemprego e da informalidade no mercado de trabalho. Segundo Culti (2003, p.1):

Além do desemprego observa-se um importante movimento de precarização nas relações de trabalho, que pouco difere dos sintomas existentes nos países mais desenvolvidos, embora aqui [no Brasil] amplie significativamente o número dos socialmente excluídos e deteriore ainda mais as condições de vida já que estavam muitos distantes das economias centrais, onde a distribuição de riqueza é mais bem distribuída.

O crescimento do setor informal na década de 90 tem se mostrado bastante relevante na geração de empregos. Quanto a este ponto Amadeo (1999, p.49) ressalta que:

São muitas as causas da informalidade no Brasil, passando, inclusive, pelos incentivos de seguridade social, a legislação trabalhista e as peculiaridades das pequenas e microempresas. Que concentram um grande número de trabalhadores informais.

É importante ressaltar que esta forte tendência à informalização se reflete principalmente na precarização das condições de trabalho. Pois, se o trabalhador não possui seus direitos garantidos através da carteira de trabalho assinada pelo empregador, perde as garantias previstas na legislação vigente, como um nível

básico de qualidade de emprego, garantia de férias, de seguridade social, entre outras.

A combinação das altas taxas de desemprego e do aumento do setor informal ressalta a importância de se observar quais as alternativas que estão sendo buscadas pelos trabalhadores excluídos para geração de emprego e renda. No tópico seguinte buscar-se-á compreender a Economia Popular e Solidária dentro deste contexto, preparando, deste modo, a fundamentação para a posterior análise da evolução do número de cooperativas de trabalho no Brasil.

3.2.1.1 Economia Popular e Solidária como alternativa à geração de emprego e renda

A chamada população economicamente ativa, como visto nos tópicos acima, tem encontrado cada vez mais dificuldades para encontrar alocação no mercado de trabalho formal. Contudo, para garantir sua sobrevivência nesta fase de transição da economia-mundo capitalista, urge que estas pessoas encontrem alternativas capazes de gerar emprego e renda. Neste sentido, os setores populares tentam realizar nos mercados locais, que estão à margem dos grandes mercados, atividades que lhes garantam a subsistência, estando, por sua vez, muito mais vinculadas ao trabalho do que ao capital. Como referenciado em Castro e Deddeca (1998, p.17):

A consolidação da nova diretriz econômica e social dos anos 90 [...] ao induzir uma progressiva desregulamentação social, abre espaço para a proliferação de formas precárias de trabalho distantes da relação tradicional de trabalho assalariado com proteção social.

Assim, ganham importância as formas de trabalho cooperativo, de trabalho a domicílio e de trabalho autônomo que muitas vezes nada mais são do que relações contratuais de assalariamento disfarçado, mas, sobretudo, desprotegido. A suposta liberdade no exercício do trabalho para aqueles que o realizam esconde a relação de trabalho profundamente assimétrica, onde o contratante aproveita da frágil situação de emprego para impor condições de trabalho muitas vezes degradante.

É dentro destes setores populares que surge a Economia Popular, muitas vezes qualificada simplesmente como sendo uma economia de sobrevivência, já que suas atividades estão diretamente focadas na satisfação das necessidades básicas de seus agentes, através do uso da própria força de trabalho e dos recursos disponíveis – em geral escassos. Como afirmam Icaza e Tiriba (2003 p. 101):

A partir das duas últimas décadas do século XX, o termo economia popular vem sendo utilizado – de uma maneira geral – para fazer referência às atividades desenvolvidas por aqueles que foram excluídos ou nunca conseguiram ingressar no mundo do trabalho assalariado, como também por aqueles trabalhadores que, devido aos baixos salários, buscam no trabalho por conta própria (individual ou associativo) a complementação de sua renda.

Pode-se perceber que este tipo de manifestação econômica não é exclusividade do modo de produção capitalista. O que há de novo é a percepção deste tipo de atividades como resposta à exclusão gerada pelo modelo de acumulação de capital do sistema-mundo capitalista. Este tipo de economia passou a nortear projetos ligados a movimentos sociais, refletindo a ânsia destes atores populares por mudanças no contexto sócio-econômico.

A lógica principal da economia popular tende a ser, não a acumulação e o lucro, mas sim, o a busca pela geração de emprego e renda. Numa análise mais concreta, encontra-se a heterogeneidade de atividades inseridas em cinco principais segmentos, segundo Razeto (1993): a) microempresas e pequenas oficinas (tanto

de caráter familiar, como individual ou de pequenos grupos, ex.: uma padaria de bairro); b) atividades individuais não estabelecidas e informais (ex.: empregados domésticos); c) atividades ilegais e pequenos delitos (ex.: traficantes de drogas); d) atividades assistenciais (tanto públicas quanto privadas); e, e) organizações econômicas populares (geridas por pequenos grupos, ex.: cooperativas). A opção por um destes segmentos está, em geral, conectada com fatores intrínsecos referentes a tipos distintos de estratégias, seja de sobrevivência, de subsistência ou de vida⁴⁵.

Entretanto, observando-se os segmentos acima citados na descrição de Razeto (1993), pode-se perceber que nem todos possuem um caráter solidário, como por exemplo, as atividades ilegais e pequenos delitos.

O campo da economia popular é fértil para a germinação de outro tipo de atividades alternativas na geração de emprego e renda: a economia solidária. Mas vale ressaltar, que a economia solidária não está presa à popular, nem vive-versa. São como dois conjuntos distintos que se encontram em pontos determinados de intersecção, como afirma Lisboa (2001, p. 50):

Existem na economia popular embriões do que pode ser uma economia solidária, pois na prática dos setores populares encontramos uma racionalidade econômica fundada no trabalho e na cooperação.

⁴⁵ Como observado em Barcellos (2000, p.27) “o indivíduo pode optar por uma das atividades citadas como *estratégia de sobrevivência*, sendo esta atividade encarada de forma transitória em sua vida, a pessoa não tem intenção de realiza-la para o resto de sua vida apenas irá suprir suas necessidades básicas. Outra pessoa pode adotar outra atividade fazendo parte de sua *estratégia de subsistência*, podendo desta forma atender às suas necessidades básicas de forma melhor do que no caso anterior, mas ainda não proporciona condições para que eleve seu padrão de vida. Há ainda, o sujeito que faz a escolha da atividade a ser desenvolvida levando em consideração sua *estratégia de vida*, aí se incluem seus idéias de vida, realizando a escolha não como algo passageiro (como as estratégias anteriores), mas como algo permanente para sua vida, que irá não só suprir suas necessidades, mas irá proporcionar condições de crescimento pessoal e econômico”.

Contudo, para que estas experiências embrionárias, presentes na economia popular, possam como chegar a uma fase adulta é necessário que se observem não somente os fatores econômicos, mas que se dê atenção a aspectos subjetivos como a solidariedade, como bem expressa Lisboa (1998, p.16):

A solidariedade é um conceito ausente dos manuais de economia. Mas, as relações comunitárias são muito fortes na “economia dos pobres”. Sem ela não é possível entender como aqueles tão pobres logrem constituir uma economia operando com baixa produtividade e recursos tão limitados – inclusive os descartados e obsoletos, ineficientes - e sem acesso ao crédito. Estes recursos se potencializam pela força da solidariedade, a qual, como outro fator econômico, desencadeia uma sinergia comunitária.

A Economia Solidária, para Singer (2003, p.116) será então descrita como a:

Organização de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da auto-gestão e b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Complementando ainda que estas experiências reaparecem⁴⁶ no final do século passado como consequência das tendências da atual fase de transição, em que a economia solidária, através de sua visão, se destaca como:

Uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulamentação da economia e à liberalização dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não tem possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de

⁴⁶ O reaparecer desta economia solidária é justificada pelo fato desta não ser algo novo, mas sim tem sua gênese no século XIX, através das experiências que se opunham a Revolução Industrial, principalmente as experiências de Owen, que serão abordadas com mais detalhes no próximo capítulo.

qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero, etc. (SINGER, 2003, p.117).

Enquanto na economia capitalista a expressão suprema se encontra na relação capital-trabalho, na economia solidária o foco central se encontra no fator “c”, que representa a cooperação, a coletividade, a colaboração e a coordenação das atividades⁴⁷. Este fator está presente não somente nas relações de produção, mas também nas relações de distribuição e de consumo, valendo-se sempre da combinação do associativismo e da cooperação.

Na distribuição as relações de troca não estão norteadas unicamente pelos fatores monetários, sendo exercitadas também relações de transferências unilateral (doações), bidirecional (reciprocidade), pluridirecional (comensalidade) e bidirecional múltipla (cooperação). Já no que se refere ao consumo, pode-se destacar comportamentos bastante relevantes, principalmente caracterizado pelo estímulo das atividades locais e regionalizadas, diminuindo a forte presença de intermediários entre os produtores e consumidores.

Neste sentido, propõe-se a dinamização do consumo comunitário, suprimindo as necessidades básicas não somente dos consumidores, mas também dos produtores locais de uma mesma comunidade. Ainda referente ao consumo, como cita Barcellos (2000, p. 29):

⁴⁷ Desta maneira, como cita Razeto (1993, p. 15) “manifesta-se na cooperação do trabalho, que acrescenta a eficiência da força de trabalho; no uso compartilhado de conhecimento e informações, que dá lugar a um importante elemento de criatividade social; na adoção coletiva das decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa, que reduz a conflituabilidade e os custos que deles deriva; na satisfação de necessidades de convivência e participação que implicam que a operação da empresa proporcione a seus integrantes uma série de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efetivos; no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos nas empresas, derivados da comunicação e mudança entre personalidades diferentes”.

O comportamento que talvez seja o que mais difere do comportamento capitalista, que se caracteriza pelo consumismo exacerbado e pela sofisticação imposta de forma subjetiva à sociedade é o que insinua de forma qualitativa à simplicidade e quantitativa à frugalidade. Não é que se queira aqui impor a pobreza ou mesmo o sacrifício dos indivíduos. Este comportamento induz a se descobrir novas alternativas para que se mantenha, ou crie, uma melhor qualidade de vida de forma simples e natural.

Todavia, no permear da longa duração do capitalismo histórico pode-se perceber que o individualismo e a competitividade são mais corriqueiros ao comportamento humano nesta sociedade do que a solidariedade. Arruda (2003, p. 233) afirma ainda que a solidariedade:

Não tem sido suficiente para fazer predominar a responsabilidade comum uns com os outros e de todos com o planeta. É necessário um trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente. E esta não se realiza como um estado ou ponto de chegada, mas é um desafio e uma escolha do sujeito em cada momento e cada ato de sua existência.

O mesmo autor afirma ainda que a solidariedade “tem inspirado movimentos sociais e laborais ao longo da história do capitalismo” (ARRUDA, 2003, p. 233), ao passo que se constitui como um valor intrínseco de uma ordem social distinta a experimentada pela lógica capitalista.

Todavia, a co-participação da economia solidária dentro do sistema-mundo capitalista implica que esta tem muitos desafios a serem enfrentados pelos seus integrantes, principalmente por representar não só um modelo alternativo do ponto de vista econômico, mas também dos pontos de vista político e cultural. Arruda (1999, p.16) elenca como principais desafios:

a)promover a auto-organização e autogestão das comunidades e sociedade em torno de planos próprios de desenvolvimento;

b) articulá-los de forma complementar com outras comunidades e sociedades, negocia-los com as autoridades públicas, absorvendo a contribuição de empresas e setores governamentais sem perder o controle de seu próprio sujeito; c) redefinir o papel do Estado, tornando-o cada vez menos o principal agente político, e cada vez mais simples orquestrador do desenvolvimento do conjunto da economia e da sociedade; d) papel semelhante seria atribuído às agências multilaterais nas suas esferas geopolíticas.

Não deixando de lado o caráter individual que constrói o coletivo, um dos grandes desafios está na mudança de mentalidade que influencia as crenças e cria a realidade. Tais experiências terão somente força caso a consciência solidária se expanda e intensifique dentro das comunidades e sociedades. Para o enfrentamento destes desafios Lisboa (1998) sugere:

I) uma maior integração entre os grupos rurais e urbanos e as entidades de apoio; II) capacitar as experiências de sócioeconomia solidária, através do debate e análise dos seus limites e das suas potencialidades como alternativa à exclusão social; III) expandir as feiras de exposição e venda de produtos, além de constituir um portal na Internet das redes de EPS⁴⁸, de forma a ampliar a visibilidade do setor e socializar os conhecimentos e informações oriundas da sócioeconomia solidária através dos mais variados meios (edição de livros, criação de revista, produção de vídeos, etc.)

Torna-se fácil observar que as atividades econômicas dentro da economia solidária sustentam-se sobre proposições de efetividade distintas da simples (e ao mesmo tempo complexa) busca da maximização da acumulação de capital. Estes Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), como citados por Gaiger (1999, p.10) sustentam-se sobre os seguintes pilares:

1) o êxito econômico dos EES está vinculado a condição e fatores cujo efeito positivo decorre proporcionalmente do caráter cooperativo desses empreendimentos; 2) o solidarismo e a cooperação no

⁴⁸ Economia Popular e Solidária

trabalho proporcionam determinados fatores de eficiência, sendo então vetores específicos da viabilidade e competitividades dos EES; 3) os EES apresentam sinais consistentes de viabilidade e podem evoluir para a auto-sustentação; 4) a realização dos objetivos dos EES não impõe mecanismos de exploração dos trabalhadores, conferindo a essas empresas uma natureza distinta do processo de produção capitalista.

A forma com que estes empreendimentos econômicos solidários melhor se estruturam como atividade econômica, são as cooperativas, pelo fato destas combinarem de maneira simultânea a auto-gestão, o associativo e a cooperação. Que serão discutidas amplamente no capítulo seguinte. Além das cooperativas, outras expressões representam a economia solidária, não somente no Brasil, mas em outros diversos Estados da economia-mundo capitalista. Alguns exemplos a serem citados são os Clubes de Troca, as Redes de Colaboração Solidária, a Moeda Social, entre outros.

Por fim, quando se destacam as experiências da economia popular e solidária, na esteira do mundo do trabalho, pode-se relacionar tal movimento como um “adensamento” da vida material e da economia de mercado em resposta aos processos pelos quais o capitalismo vem se expressando, utilizando-se do esquema tripartite de Braudel.

4. A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

A proposta desta pesquisa, como indicado na introdução, é analisar a evolução do número de cooperativas de trabalho no Brasil desde a década de 1990, como um reflexo imediato das transformações do mercado de trabalho brasileiro. Como visto nos capítulos anteriores, estas transformações, que se expressam sobretudo pelo aumento da taxa de desemprego e pelo crescimento do setor informal, refletem a forma como a atual fase de transição do sistema-mundo capitalista afeta o mundo do trabalho de um país semiperiférico como o Brasil. Dessa forma, considera-se que a expansão do cooperativismo de trabalho é reflexo também dos processos enfeixados na referida transição.

Neste contexto, torna-se visível o interesse em se estudar a Economia Popular e a Solidária, que vem ressurgindo como uma resposta a tais pressões no mundo do trabalho. As cooperativas, por sua vez, têm se apresentado como a forma de organização do trabalho que mais se identifica com esta dinâmica – popular e solidária – dentro do atual cenário do mercado de trabalho. Não estando, contudo, isentas de desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores que buscam no cooperativismo a construção de sua identidade pessoal e profissional.

O que se busca neste capítulo, então, é compreender o processo da evolução das cooperativas de trabalho desde a década passada no Brasil. Para lograr tal objetivo, pretende-se realizar um breve apanhado histórico, identificando as principais experiências que demarcam o movimento cooperativista dentro da economia-mundo. Bem como, pretende-se estruturar os valores, os princípios, as características e a tipologia das cooperativas, de modo que se possa, deste modo, construir uma ponte de compreensão do fenômeno que se dá atualmente com as

cooperativas de trabalho no Brasil. O que se tem em mente, conforme assinalado no início desta dissertação, e reiterado acima, é sustentar que o entendimento sobre a notável proliferação de cooperativas de trabalho no Brasil, no final do século XX, requer levar em conta os processos em curso na economia-mundo capitalista e o modo como o Brasil tem sido afetado por tais processos.

4.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

O capitalismo admite diferentes formas de relação de trabalho, desde o assalariado, o escravo e o servil, desta maneira, as cooperativas também estão entre estas formas pelas quais o capital já experimentou como caminho de maximização de sua acumulação.

A construção histórica do cooperativismo não pode ser desvinculada do papel desempenhado pelos pensadores denominados “socialistas utópicos”, referidos por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista editado pela primeira vez em 1847. Entre os pensadores precursores do cooperativismo – Charles Fourier, William King, Philippe Buchez e Louis Blanc – destaca-se Robert Owen, considerado o “pai do cooperativismo”.

Contudo, ao se estender à visão mais atrás na História, em busca de atividades que se caracterizam pela ótica da cooperação, percebem-se experiências deste tipo datadas de milhares de anos. Klaes (1982) percebeu a presença de organizações econômicas com tal característica desde a Idade Antiga.

Nesse período, na Grécia algumas associações em forma de cooperativa de trabalhadores de média e baixa renda já eram relatadas. Enquanto em Roma, estas

experiências eram ligadas a associações de operários, serralheiros e carpinteiros, por exemplo; enquanto em Esparta estas associações eram mais recorrentes no campo militar.

Posteriormente, na Idade Média, a presença de associações cooperativas podia ser percebida tanto no setor urbano, como no rural. Estas experiências estavam, em geral, direcionadas à organização da comercialização e transformação de produtos (em países como França, Itália, Inglaterra e região dos Alpes), à realização de serviços comuns, como exploração de bosques, construção de diques etc. (nos povos germânicos), e a outras atividades realizadas em diversas regiões do Leste Europeu.⁴⁹ Também na América, experiências cooperativas eram realizadas nesse mesmo período junto aos povos Incas, a exemplo dos “Ayllus”, em que a base da organização econômica e militar se dava através da cooperação. Os povos Astecas, no México, também trazem interessantes exemplos. Bem como os povos guaranis, no Paraguai, em sua forma coletiva na criação de gado e no cultivo de alimentos.

Durante o decorrer desses longos períodos, muitas foram as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Entretanto é como se a semente da cooperação estivesse sempre pronta a florescer no mundo do trabalho. Na Idade Moderna, alguns filósofos e economistas descreveram organizações sócio-

⁴⁹ Estas experiências, como cita Klaes (1982, p.39) “possuíam um espírito marcadamente protecionista, bem como defendiam seus membros tanto da concorrência externa de seus colegas. Para tanto, fechavam o mercado urbano impedindo a entrada de produtos externos e concomitantemente adotavam a regulamentação bem minuciosa a respeito das categorias de trabalhadores, dos preços, dos salários, dos horários de trabalho, das ferramentas e técnicas de produção, chegando inclusive a estabelecer uma ordem econômica igualitária”.

econômicas, em seus escritos e romances, que insinuavam formas alternativas na busca de melhores condições de vida por parte de alguns grupos de pessoas.⁵⁰

Entretanto, as primeiras cooperativas – assim como se concebem hoje – surgiram com o nascimento do movimento cooperativista, que pode ser relatado concomitantemente às experiências de manifestação de resistência dos operários ainda na Primeira Revolução Industrial, em meados no século XIX. Cabe ressaltar particularmente o cooperativismo

concebido por Robert Owen (1771-1859), possivelmente o mais importante iniciador do que hoje é o movimento socialista. Ao contrário de seus contemporâneos Charles Fourier (1772/1827) e Claude-Henry de Rouvroy, Conde de Saint Simon (1760-1825), que se limitaram a escrever obras e sobre elas fundar escolas de pensamentos, Owen sempre timbrou em testar suas proposições na prática social e econômica, primeiro na grande indústria têxtil em New Lanark, depois na colônia cooperativa de New Harmony, nos Estados Unidos (SINGER, 2003, p.117).

Esses experimentos owenistas chegaram ao seu final quando, em 1834, o próprio movimento do cooperativismo revolucionário encontrou seu fim na crise sindical deflagrada pelas greves patronais (lock-outs).

Em 1844, na Grã-Bretanha, outra importante experiência iria demarcar o processo histórico do cooperativismo, dezenas de operário montam uma cooperativa de consumo⁵¹ e de aplicação de poupança, denominada Pioneiros Equitativa de Rochdale. Aos poucos a iniciativa foi crescendo e absorvendo outras cooperativas,

⁵⁰ “Como, por exemplo: A” A Cidade do Sol “de Campanella”, A República “de Platão e” A Nova Atlântida “de Francis Bacon. Saindo do papel e indo para a parte prática, as Colônias Religiosas e as Missões Jesuíticas, serviram de exemplo para a sociedade da Idade Moderna. Nas Missões Jesuíticas, que envolviam quase meio milhão de quilômetros quadrados englobando alguns países da América Latina, eram desenvolvidas atividades como agricultura, pecuária e artesanato de forma comum em cada missão”.(BARCELLOS, 2000, p. 44).

⁵¹ Num tempo em que o pequeno comércio predominava na Europa, as cooperativas de consumo passaram a se apresentar como um modelo de comercialização em grande escala, ofertando, assim, produtos com preços mais baixos.

sendo que em 1864 já contava com 4.747 cooperados. A expansão não se limitou somente ao número de cooperados, mas também ao tipo de atividade desenvolvida pelos Pioneiros, que passaram a formar cooperativas de produção na área agrícola (moinhos de trigo) e também na área têxtil.

Por mais que Rochdale tenha sido um embrião da forma como se concebe as cooperativas até os dias de hoje, o cooperativismo se desenvolveu mais fortemente no resto da Europa do que na própria Grã-Bretanha. Contudo, a importância dessa experiência não reside somente em sua expansão quantitativa, mas principalmente na repercussão qualitativa de seus princípios, que serão vistos com maiores detalhes a seguir. Como cita Singer(2003, p.119), a respeito da importância de Rochdale:

Até então, as cooperativas tinham valores comuns, mas cada uma delas procurava convertê-los em prática, conforme o entendimento entre seus membros. Não havia um modelo comum. Muitas entidades que se denominavam “cooperativas” possivelmente se assemelhavam a sociedades de cotas, um modelo praticado freqüentemente, mas que nem sempre era autogestionário.

Como será visto, esta autodesignação “cooperativa” percorre esses longos anos e também permeia o mundo atual. A questão chave aqui está no caráter autogestionário, que representa um dos principais pré-requisitos de uma verdadeira cooperativa. Este e os demais princípios foram, então, adotados por inúmeras cooperativas como diretrizes básicas de suas atividades. Ainda no final do século XIX o cooperativismo já havia se tornado um grande movimento social, com um potencial positivo de produção, no mesmo período em que a economia-mundo de base européia – a economia-mundo capitalista – abarcava, segundo a análise de Wallerstein, todo o planeta.

Na medida em que a cooperativa de Rochdale crescia, passou a expandir seu quadro de colaboradores. Todavia, estes não eram mais escolhidos entre os sócios, como deveria ser feito de acordo com os seus princípios iniciais. De fato, trabalhadores assalariados passaram a ser contratados, e estes, por sua vez, respondiam ao comando dos sócios eleitos dirigentes. Em 1864, depois de vinte anos de sua fundação, Rochdale já podia ser considerada como uma empresa capitalista convencional, porém ainda conduzida pelos cooperados, já que o direito dos trabalhadores terem participação no capital havia sido abandonado. Outro importante princípio também abolido por várias cooperativas foi a autogestão, permanecendo presente, em raras exceções, junto às cooperativas de produção.

No início século XX, grande parte do total das cooperativas já havia convertido seu modelo gerencial ao de empresas organizadas conforme o modelo convencional, mesmo que mantendo sua denominação de “cooperativas”. Estas continuaram a se desenvolver, porém o caráter autogestionário que as mantinha como uma forma de produção distinta da capitalista passara a ser questionável.

O abandono do princípio autogestionário é muitas vezes explicado pela expansão do tamanho das cooperativas e, respectivamente, pelo aumento do número de cooperados, fatos que tornaram mais difícil o exercício da gestão participativa. Entretanto, somente estes aspectos não são suficientes para explicar tal mudança. A questão central está localizada, principalmente, na crescente passividade dos cooperados em manter um processo autogestionário.

Esse interessante aspecto, da passividade dos cooperados, pode ser percebido numa rápida retrospectiva histórica. Até a década de 1870 a penúria estava mais do que oprimindo os trabalhadores, restando-lhes apenas a escolha de rebelar-se contra a situação e buscar alternativas que gerassem melhores condições

de vida. Já no início do século XX, a condição de ser um trabalhador assalariado passou a ser uma garantia de uma vida mais tranqüila, mesmo que essa condição estivesse sendo sempre ameaçada pelo desemprego. Nesse contexto, os trabalhadores foram preferindo acomodar-se em postos de trabalho assalariado do que manter as propostas autogestionárias que, sem dúvida, exigem um maior comprometimento por parte dos trabalhadores.

No Brasil, o caminho histórico das cooperativas não somente teve um comportamento concomitante em relação ao resto do mundo, mas também se relatam experiências anteriores ao século XIX em que já se praticavam atividades econômicas cooperativas desde o século XVII. São exemplos a Cooperativa dos Guaranis (1610-1768), ou ainda, os Quilombos (séculos XVII a XVIII) e as experiências fourieristas de cooperativas Integrais (1840-1895). (BARCELLOS, 2000, p. 46).

Todavia, mesmo que as primeiras cooperativas datem deste remoto período, é somente com a crise econômica mundial de 1930 que estas apareceram com maior destaque, principalmente no sul do país. Vale lembrar que este período, da década de 1930, retrata os reflexos da crise terminal do ciclo sistêmico de acumulação britânico, em que a economia-mundo capitalista se apresentava numa fase de expansão financeira, vivenciando, ainda, os resultados da crise de 1929.

Como visto no esquema apresentado por Singer no capítulo anterior, a América Latina, bem como o Brasil, tinham seu processo de desenvolvimento voltado para fora até este momento, com sua pauta de exportações sustentada por bens primários; e, passa a partir da década de 1930, a vivenciar um desenvolvimento voltado para dentro. Dada a crise econômica mundial, a entrada de

capital passou a ser minimizada e os financiamentos passaram a ser assumidos pelos bancos nacionais.

Neste momento, enquanto nos Estados Unidos as greves representavam um aumento do poder social do proletariado, no Brasil a legislação trabalhista é recém lançada. Foi no governo de Getúlio Vargas, em 1932, que as cooperativas tiveram suas atividades regulamentadas, porém posteriormente ainda enfrentaram muitas perdas nos incentivos fiscais e outros incentivos, o que levou ao fechamento de muitas cooperativas.

É no primeiro grande momento de credibilidade política, ainda no governo Vargas, que surgem as primeiras cooperativas de trabalho no Brasil, tendo como inspiração as cooperativas européias. Inicialmente os cooperados eram caracteristicamente trabalhadores com baixa qualificação ou semiqualeificados, caracterizados mais como trabalhadores braçais encarregados de atividades como a pesca, o artesanato, construção civil, etc.

Porém, a partir da década de 60 este perfil começa a se alterar, outras atividades como de pesquisa, artística, médica, entre outras, começam a estruturar-se em cooperativas. (PINHO, 1977, p. 146).

Neste período a economia-mundo capitalista experimenta a fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, tendo como via de desenvolvimento as corporações transnacionais. As atividades industriais passam a migrar do núcleo orgânico em direção à regiões periféricas e semiperiféricas, como o Brasil.

Entretanto, foi somente em 1971, no governo Médici, que as cooperativas tiveram seus direitos garantidos e foi criada a Organização Brasileira das Cooperativas (OCB). (CULTI, 2002, p.8). A década de 1970 representa na

economia-mundo a crise sinalizadora do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense, em que o capital progressivamente abandona sua rigidez em direção a flexibilidades, ou seja, passa a migrar da esfera produtiva (do comércio e da indústria) para a esfera financeira. Porém no Brasil, a crise vivenciada por vários países do globo não chegou a ocorrer, pois neste momento o país experimentava o chamado “milagre econômico”.

Neste contexto, o caminho escolhido pelas empresas para manter – e potencializar – a maximização de seus lucros sustentou-se nos processos de corte de custos, que resultaram na especialização flexível de suas estruturas produtivas e no aumento da informalidade das relações trabalhistas.

Como resultado teve-se o encolhimento das estruturas produtivas, abrindo espaço para as empresas de pequeno e médio porte; bem como, a flexibilização dos contratos de trabalho que passaram a privilegiar as contratações *part-time*, as subcontratações e a terceirização.

A migração das atividades industriais do núcleo orgânico para países semiperiféricos, que começou na década de 1960, faz com que esses países igualem-se aos países centrais, em referência a este tipo de atividade ainda na década de 1980, sendo que no Brasil tem-se um cenário macroeconômico instável, a economia encontrava-se estagnada e passava-se por uma reestruturação produtiva.

Vale lembrar que neste período o Brasil recém adentrava na Segunda Revolução Industrial, enquanto nos países do núcleo orgânico já se experimentava a Terceira Revolução Industrial, que só chegaria nesse país na década de 1990. Esta década é pautada pelos impactos gerados pelas políticas neoliberais, resultando num agravamento das taxas de desemprego e no aumento da informalidade no mercado de trabalho.

Como visto anteriormente, o processo de expansão financeira, vivenciado desde a década de 1970 pela economia-mundo capitalista, veio minar o setor produtivo, resultando na queda do nível de crescimento nas diversas zonas da economia-mundo. No mercado de trabalho este processo resultou na explicitação do desemprego estrutural, a flexibilização das relações de trabalho e o crescimento do setor informal. Como resultado, a massa de excluídos do mercado formal de trabalho pressiona para a valorização de democracia e da busca de alternativas para melhorar sua condição de vida. Deste modo, as cooperativas voltaram a apresentar-se como uma opção plausível para a geração de emprego e renda.

Vê-se que por mais que se pare para avaliar a evolução das cooperativas de trabalho no Brasil nos tempos atuais, a presença deste tipo de experiências é relatada desde o primórdio da sociedade. E, por mais que o cooperativismo nos moldes em que se concebe da atualidade pareça tão distinto de sua gênese, é importante que se compreenda o caminho que se segue desde a Idade Antiga e que atravessa o modo de produção capitalista leva consigo suas potencialidades e seus desafios.

4.2 ESTRUTURA DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo é considerado, em si, um sistema de produção, comercialização e consumo que, mesmo estando presente no decorrer do capitalismo histórico, coloca-se como um:

sistema mais adequado, participativo, democrático e justo para atender as necessidades e os interesses específicos dos

trabalhadores, além do que, proporciona o desenvolvimento integral⁵² do indivíduo por meio do coletivo. (CULTI, 2002, p.6).

E é dentro deste sistema que as cooperativas surgem como a unidade econômica adequada à tais ideais. Sendo assim, é através das atividades econômicas que seus membros buscam um equilíbrio social, procurando alcançar simultaneamente o crescimento econômico e o seu desenvolvimento social. As cooperativas, segundo Schneider (1991, p.5), diferem-se das demais organizações econômicas por apresentarem esta dupla dimensão: econômica e social.

Na sua dimensão econômica visa acometer o importante objetivo de assegurar aos seus associados os meios adequados de subsistência e de trabalho, segundo os critérios da melhor eficiência e racionalidade possível, assegurando-lhes a autonomia e a segurança num aspecto essencial e sujeito a tantas distorções e explorações no mundo de hoje. Na sua dimensão social, visa assegurar aos associados sua condição de sujeitos de todo o processo, exigindo sua plena participação decisória e controladora na empresa, como condição necessária para poderem ser os usuários dos bens e serviços de toda a ordem que a sociedade-empresa proporcionar.

Entretanto, é importante ter-se em mente que as cooperativas somente exercerão seu poder social, depois de alcançados os interesses econômicos de seus membros.

A definição de uma cooperativa, de acordo com o encontro de Manchester realizado em 1995, ficou então estabelecida como sendo a seguinte:

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada. (PERIUS e SCHIMIDT, 2003, p.63)

⁵² O desenvolvimento integral pressupõe não somente o desenvolvimento econômico dos indivíduos, mas também o social, intelectual e cultural.

Sendo que a própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), destacou o papel relevante das cooperativas nos países em via de desenvolvimento, em que “estabelecer e expandir as cooperativas deveria ser considerado um dos fatores mais importantes do desenvolvimento econômico, social e cultural, assim como da promoção humana” (BENECKE, 1980, p. 78).

Neste próximo tópico o que se pretende é delimitar a estrutura do cooperativismo, dando atenção aos princípios que regem as atividades cooperativas, bem como à designação dos tipos que as cooperativas podem adotar.

4.2.1 Valores e Princípios

Os valores que permeiam o movimento cooperativista são a base que fundamenta seus princípios. São eles: a responsabilidade própria, a democracia e a auto-ajuda. Pode-se perceber que estes valores são bastante distintos e raros se comparados aos valores adotados nas atividades capitalistas, que pendem para o lado da competitividade exacerbada, a hierarquia e a individualidade. Além destes valores existem alguns fundamentos que não podem deixar de ser citados quando se trata de cooperativismo, elencados por Benato (1994, p.23), estes poder ser designados através dos seguintes comportamentos: “o humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a racionalidade”.

Portanto, a materialização expressa destes valores nos processos produtivos de suas atividades determina a forma como as cooperativas se qualificam de maneira distinta em relação às empresas capitalistas.

Como visto anteriormente, os princípios do cooperativismo, criados na experiência de Rochdale, em 1844, serviram de exemplo para as demais cooperativas que vieram a seguir, sendo a base dos princípios cooperativistas, então conhecidos como Princípios de Rochdale. Esses sustentam-se sobre pilares da livre adesão, da gestão democrática; da distribuição das sobras líquidas; da taxa limitada de juros ao capital social; da constituição de fundo para educação dos cooperados; e da ativa cooperação entre as cooperativas, nos planos local, regional e internacional.

Sua base visa a igualdade política (ou seja, cada cooperado tinha direito a um voto), a neutralidade política e religiosa, o interesse pela educação continuada de seus membros e a livre entrada e saída (SINGER, 2003, p. 119). Posteriormente, estes princípios foram alterados pela Aliança Cooperativa Internacional, em 1937 e em 1966, mantendo, contudo, em sua estrutura atual alguns destes componentes.

Pinho (1977, p.22) apresenta-os da seguinte maneira:

1. Adesão livre – também conhecida como princípio da porta aberta, e que possibilita o ingresso ou a retirada do cooperado, voluntariamente, sem coerção ou discriminação por motivos políticos, religiosos, étnicos ou sociais;
2. Gestão democrática – ou administração dos próprios cooperados, através de delegados eleitos, por tempo determinado, em assembleias gerais, nas quais cada associado tem direito a um voto apenas, sem nenhuma relação com sua participação no capital social;
3. Distribuição das sobras líquidas: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados por cota das operações que cada um realizou com a cooperativa;
4. Taxa limitada de juros ao capital social – ou pagamento de juros módicos ao capital, considerado este apenas como fator de produção;
5. Constituição de fundo para educação dos cooperados e do público em geral;
6. Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.

Além desses seis princípios acima citados, Perius e Schmidt (2003) citam ainda a preocupação com a comunidade como um dos princípios a serem incorporados pelas cooperativas, propondo, desse modo, um desenvolvimento sustentável para a localidade onde desenvolvem suas atividades.

Entre os princípios acima descritos, a autogestão, fundamental ao cooperativismo⁵³, é o que mais o difere da lógica que permeia o modo de produção capitalista, pelo fato de seus membros terem que participar diretamente tanto do processo produtivo como da gestão administrativa. Aqui se descreve um pouco sobre a importância da autogestão para o que se pode conceber como uma “verdadeira” cooperativa, residindo nesse princípio o elemento que mais permite identificar as fraudes no movimento cooperativista.

Com o intuito de criar ações em torno da autogestão, sendo explicada como forma de reação dos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) que surge em 1994. A participação da ANTEAG na reconstrução de uma identidade autogestionária junto aos trabalhadores é de notada importância, fazendo reforçar os parâmetros mínimos necessários ao exercício deste princípio, como citado em Nakano (2000, p.74)

Democratização das tarefas que envolvem raciocínio –é preciso eliminar qualquer represamento de conhecimento; motivação dos trabalhadores de forma que acreditem no projeto e na inteligência coletiva; viabilidade do projeto e rentabilidade no médio e longo prazo, ou seja, geração de dividendos e lucros; integração em “redes

⁵³ Porém, vale ressaltar que este princípio não está presente somente nas cooperativas, pois existem várias empresas que adotam a autogestão como valor intrínseco ao exercício de suas atividades. Todavia, “no universo empresarial que conhecemos, as fontes de poder e controle para a tomada de decisões varia do extremo da empresa capitalista – onde o capital manda e se apropria do excedente – ao outro extremo da autogestão, passando pela forma intermediária da cogestão” (SCHENEIDER, 1991, p. 20).

de negócio”, transformando a inteligência coletiva no principal patrimônio das empresas autogestionárias; viabilizar a implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão, com o envolvimento e a realização das pessoas. Uma gestão em que haja transparência e democratização das informações, incentivo e contribuição dos trabalhadores; parceria de trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores, desde que ele tenha dado apoio efetivo ao processo autogestionário.

Todavia, todas estas ações são possíveis somente com a participação efetiva dos trabalhadores envolvidos, sendo este um dos principais desafios a serem enfrentados. Desta maneira, os cooperados saem de sua posição oculta e silenciosa, tornando-se visíveis e atuantes, contrapondo a participação individual que se anula no coletivo dentro das unidades produtivas capitalistas.

Para a implementação da autogestão é importante que as pessoas envolvidas estejam realmente interessadas em participar desta organização; é necessário que haja uma racionalidade que garanta a participação de todos o membro. Este tipo de ação, que representa uma ruptura ao modo autoritário de realizar tarefas, pode, em certa medida, gerar muitos atritos, e os envolvidos devem estar cientes disto. É necessário que os envolvidos tenham a consciência de que no início das atividades o empreendimento pode passar por dificuldades, e que o empenho do coletivo é fundamental para que se saiba como administrar este tipo de acontecimento.

4.2.2 Características e tipologia

Uma das principais características das cooperativas consiste na designação de seu protagonista, o usuário-empresário. Este trabalhador, como cooperativado, estará atuando como usuário no momento em que desfruta da produção; bem como,

assume o papel de empresário quando, numa mesma instância, é o dono de seu próprio negócio.

Observando-se os princípios acima citados, fica clara a caracterização das atividades geridas por cooperativas, que se tornam ainda mais evidentes nas colocações de Pinho (1977, p.21):

1. Empresa sem fim lucrativo;
2. Cooperado com dupla qualidade de usuário e empresário da cooperativa;
3. Igualdade de direitos e obrigações, baseada, sobretudo, na norma de que, nas assembléias gerais, cada associado tem direito a apenas um voto;
4. Indivisibilidade do Fundo de Reserva e de outros, se houver, em caso de liquidação da cooperativa;
5. Tratamento do capital como fator de produção, a serviço do cooperado.

Estas características devem estar presentes na base de uma cooperativa, independente do caráter jurídico de sua qualificação, que pode ser tanto uma cooperativa de pessoas físicas, que tendem a se associar para a execução de funções auxiliares de sua atividade empresarial (a exemplo de agricultores, artesãos, comerciantes, pescadores, etc.) ou ainda para a realização de trabalho em comum, ou ainda para a satisfação das necessidades nas unidades domésticas. Estas podem também estar formatadas como uma cooperativa de pessoas jurídicas, que provém de variadas formas de aglomeração de cooperativas entre si, bem como da união de cooperativas com sociedades-não-cooperativas, seja para a prestação de serviços aos membros integrados em “condições de economia de escala, redução dos custos, ganhos de produtividade, integração, integração de atividades econômicas complementares, aprimoramento de métodos administrativos, gerenciais e tecnológicos, etc” (PINHO, 1977, p.14).

O marco jurídico implica que as cooperativas devem ter no mínimo um quadro social com vinte cooperados, e que estes devem assumir cinco principais funções como observam Perius e Schimidt (2003, p. 65):

- (a) realizam o planejamento, ou seja: o que fazer, com que recursos (financeiros e humanos), quando fazer, como fazer e porquê fazer;
- (b) tomam decisões, sempre por maioria e pelo voto igualitário (...);
- (c) determinam a execução, delegando as funções executivas a contratados ou cooperados competentes;
- (d) controlam as ações da cooperativa delegando essa ação a seis conselheiros fiscais, os quais oferecem parecer sobre as contas para fins de apreciação;
- (e) avaliam os resultados, definindo o destino das sobras, aprovando ou reprovando as contas, corrigindo erros, elegendo novos mandatários.

Dentre os principais regimentos jurídicos que regem o cooperativismo, destacando-se dois artigos, o 3º e o 4º da Lei n. 5.764/71 abaixo descritos:

Art. 3º. Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º. As cooperativas são sociedades de pessoas, com força e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II – variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;

III – limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV – inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V – singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI – quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII – indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;

IX – neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

- X – prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI – área de adesão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços.

Sua leitura deixa clara a interpretação conceitual (já acima citada) e a natureza jurídica destas atividades econômicas. É evidente a importância de um contrato entre seus membros, em vista do comprometimento destes mesmos com a realização dos artigos citados.

Outro importante fato que se dá na composição jurídica das cooperativas é que no o art. 90 da Lei n. 5764/71 tem-se a determinação de que “Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados”, sendo ainda que a Lei n. 8949/94 acrescentou o parágrafo único do art. 442 da CLT fazendo a seguinte referência: “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”.

Esta regra do parágrafo único autoriza, em última estância, que as cooperativas de trabalho se afastem da tutela celetista, resultando na criação de falsas cooperativas, as “cooperatos”, sem que estas se enquadrassem fora da lei.

Entretanto, as cooperativas são segmentadas não somente pelo seu caráter jurídico, mas principalmente pelo tipo de atividade que desenvolvem. Como colocado por Benato (1994), os principais segmentos em que as cooperativas se dividem são:

1. Segmento agropecuário, composto pelas cooperativas de produtores de um ou mais tipos de produtos agrícolas e/ou pecuários;
2. Segmento de consumo: composto pelas cooperativas de consumo, que visam associar pessoas que tem necessidades por um mesmo tipo de produto, a fim de garantir a estas uma economia de escala;
3. Segmento de produção: composto pelas cooperativas de bens duráveis e não duráveis;

4. Segmento de trabalho: composto pelas cooperativas de trabalhadores cujas funções poderiam ser desenvolvidas de forma autônoma, como por exemplo, garçons, costureiras, etc.

5. Segmento de crédito: composto por cooperativas de crédito rural e urbano, estas por sua vez têm um papel imprescindível no cooperativismo.⁵⁴

Apesar da grande diversidade de segmentos em que as cooperativas podem se apresentar, este estudo focaliza, a partir de agora, às cooperativas de trabalho, no período pós década de 1990.

4.3 AS COOPERATIVAS DE TRABALHO NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 90

Ainda no início da década de 1990, boa parte das cooperativas de trabalho que se apresentavam como tais, exerciam em grande medida a função de prestadoras de serviço, sendo que neste período ainda tinham pequena expressividade no total do número de cooperativas.

Este fato estava muitas vezes correlacionado com o fato dos próprios trabalhadores ainda estarem atrelados a um comportamento paternalista – em que os trabalhadores tornam-se dependentes da ação do Estado para a resolução das dificuldades encontradas no mercado de trabalho - e marcado pela repressão das décadas anteriores.

Entretanto, este comportamento se reflete na incapacidade dos trabalhadores em perceber que talvez possa existir, entre os próprios assalariados, solução para o enfrentamento dos desafios colocados pelo mundo do trabalho, na medida em que esses dispuserem de um pequeno capital.

⁵⁴ Existem ainda vários segmentos que poderiam ser citados como o educacional, o de habitacional e o de mineração, que tem atuação mais específica.

Este tipo de cenário parecia não ser reversível em curto prazo (Schneider, 1991, p. 12). Todavia, o que se vislumbra ao olhar para o início deste período até os dias de hoje, demonstra o contrário. Tanto o movimento cooperativista, quanto as cooperativas de trabalho apresentam-se num processo de expansão.

Os motivos intrínsecos que parecem motivar o crescimento das cooperativas nesta atual fase de transição do sistema-mundo capitalista, não parecem ser muito diferentes daqueles que estimularam o surgimento destas no período em que Rochdale foi fundada. O que se busca nos dias de hoje é o mesmo que os trabalhadores buscavam em meados do século XIX, ou seja, melhores condições de vida e de trabalho.

Diversos autores afirmam que esta visível evolução do número de cooperativas de trabalho na década de 90 está associada tanto ao movimento de precarização das relações de trabalho quanto, principalmente, a expansão do desemprego e do trabalho informal.

Desta maneira, as pessoas que se encontram excluídas no setor formal⁵⁵ do mercado de trabalho buscam encontrar alternativas para geração de emprego e renda, e as cooperativas têm se apresentado como uma importante fonte destes fins dentro dos setores populares da economia.

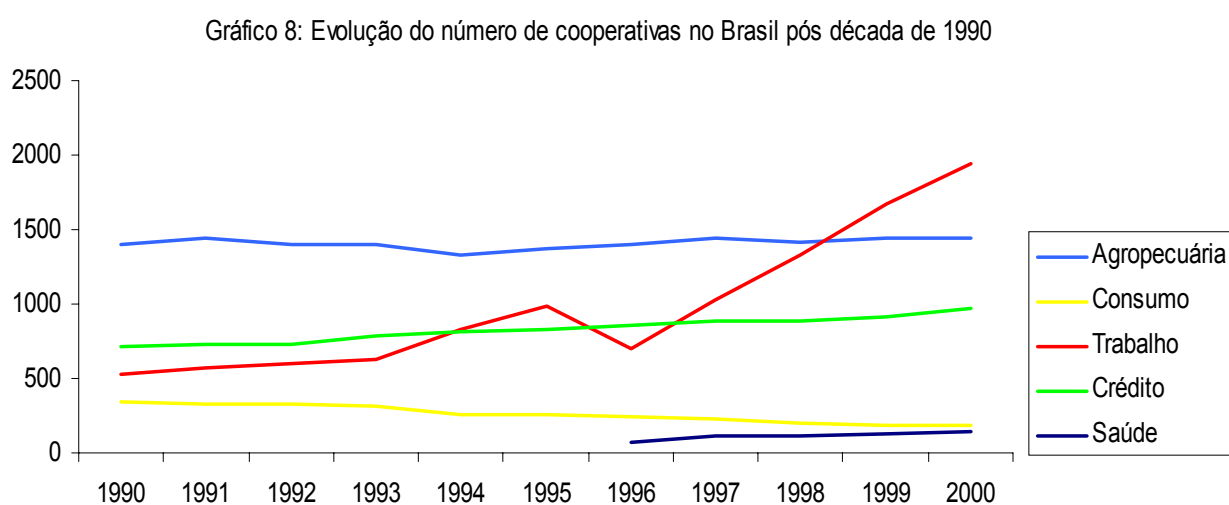
No período observado dentro do escopo desta pesquisa – a década de 90, o número total de cooperativas⁵⁶ cresceu de 3440 em 1990 para 6084 em 2000. No mesmo período as cooperativas de trabalho tiveram um crescimento de 528 para 1948, sendo que nos anos 80 não passavam de 313 cooperativas de trabalho e, já a

⁵⁵ A especificação do setor formal do mercado de trabalho está diretamente associada a postos de emprego que apresentam vínculo empregatício através da carteira assinada.

⁵⁶ Dados com base nas pesquisas da OCB (www.ocb.org.br)

partir de 1999 este segmento torna-se o mais representativo no quadro geral de cooperativas.

A evolução dos números de cooperativas⁵⁷ pode ser analisada no gráfico a seguir:



Fonte: Culti, M. N. (2003)_

Em 1996, as cooperativas de saúde passam a compor um segmento distinto (antes eram incorporadas às cooperativas de trabalho), fato que demonstra uma ruptura na evolução das cooperativas de trabalho, mesmo assim desde o citado ano estas apresentam um crescimento realmente expressivo frente aos outros segmentos.

Dados atuais, segundo a OCB (www.ocb.org.br), contabilizam para o ano de 2003 um total de 2024 cooperativas de trabalho, incluindo 311.856 cooperados em suas atividades. Como pode ser visto no quadro abaixo, as cooperativas de trabalho

⁵⁷ Aqui estão apresentados os segmentos mais representativos de cooperativas, sendo que ficaram de fora os segmentos de infraestrutura, educacional, habitacional, turismo, mineral e especial.

representam 27,5% do total das cooperativas no Brasil em 2003, com um índice de apenas 5,4% do total de cooperados.

Tabela 1: Número de cooperativas, cooperados e empregados por segmento - 2003

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.519	940.482	110.910
Consumo	158	1.920.311	7.219
Crédito	1.115	1.438.644	23.291
Saúde	878	261.871	23.267
Trabalho	2.024	311.856	4.036
Outras	1.661	889.554	13.300
Total	7.355	5.762.718	182.023

Fonte: OCB

Estão incluídas em "outras" as cooperativas de crédito, educacional, especial, habitacional, infra-estrutura, mineral, produção, turismo e lazer, e transporte

Como se pode observar, as cooperativas de trabalho são as que existem, atualmente, em maior números. Em contrapartida, o segmento que possui o maior número de cooperados é o de crédito, com uma média de 12.154 membros por cooperativa, enquanto as de trabalho tem uma média de 154 associados. O segmento agropecuário, por sua vez, responde pelo maior número de contratados, uma média de 73 trabalhadores assalariados por cooperativa, sendo esta média de apenas dois empregados por cooperativa no segmento de trabalho.

Porém, vale ressaltar que algumas cooperativas inseridas nestes números, não seguem os verdadeiros princípios do cooperativismo acima citados. Ainda assim, mesmo que uma das importantes prescrições previstas na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) preveja que “qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”, em tais cooperativas observa-

se em alguns casos a presença de certos vínculos empregatícios entre os cooperados e as cooperativas, e em outros casos entre estas e os solicitantes de serviço e consumidores de seus produtos.

Neste último caso, as empresas capitalistas exercem sobre as cooperativas relações de subordinação, com o intuito de buscar uma flexibilização das relações de trabalho e redução de custos, caracterizando assim fraude dos princípios cooperativistas. Outra questão polêmica reside nas questões sindicais e junto ao Ministério do Trabalho, já que os cooperados não constituem parte do setor formal do mercado de trabalho. (SILVA, DORNELAS e BRAGA, 2002).

Entre os movimentos que impulsionam a criação de cooperativas de trabalho por meio de trabalhadores excluídos da formalidade desse mercado, o principal movimento parte daqueles trabalhadores que foram excluídos do mercado formal de trabalho e buscam na força coletiva a construção de alternativas econômicas, através das cooperativas.

Contudo, no cenário atual esses trabalhadores ainda têm que enfrentar as crescentes taxas de desemprego e a informalização das relações de trabalho. Vale ressaltar que há posições contrastantes sobre o significado da expansão das cooperativas de trabalho. Como cita Lins (2001, p. 47)

No Brasil, o debate sobre as cooperativas de trabalho parece abrigar pelo menos dois tipos de posições: a que considera tal forma de organização uma possibilidade concreta de enfrentamento da crise do trabalho e a que entende serem as cooperativas de trabalho, no modo como boa parte delas funciona, exemplos de deterioração das condições de trabalho.

A primeira destas proposições indica a argumentação a ser seguida por grande parte da literatura encontrada a respeito do crescimento do número de

cooperativas de trabalho no Brasil desde a última década. Como visto no capítulo anterior, alguns trabalhadores buscam se organizar a fim de suprir suas necessidades de emprego e renda dentro dos setores populares e, ao mesmo tempo, encontrar uma maneira de reagir às dificuldades encontradas no cenário econômico. Estes trabalhadores buscam, na economia popular e na economia solidária, melhorar suas condições de vida, sendo que as cooperativas de trabalho são, em especial, a forma escolhida por parte destes excluídos do mercado formal de trabalho.

Deste modo, ao mesmo tempo em que estes mantêm sua autonomia e detêm também uma maior visibilidade dos ganhos gerados pelo seu trabalho, estas cooperativas se apresentam, como um instrumento de construção de uma outra forma de se fazer economia baseada em ideais mais solidários, e visto por alguns autores com um caráter revolucionário. (SINGER, 2000, p.28)

Porém, no que tange à segunda posição apresentada acima, uma visão mais crítica pode ser discutida em referência às cooperativas que não seguem os princípios primordiais do cooperativismo, como o da autogestão. Lins (2001, p.52) ressalta que:

Não é ocioso assinalar que a multiplicidade dessas experiências coincidiu, de alguma forma, com a entrada em vigor de uma determinação legal que considera não existirem vínculos de emprego entre as cooperativas e seus integrantes e entre estes e as empresas que recorrem a essa fonte de trabalho.

O que passa a se perceber é que a migração do trabalho assalariado para o trabalho autônomo acaba por colocar no mercado uma forma alternativa eficaz (do ponto de vista do capital) de flexibilizar as relações de trabalho, bem como, diminuir, assim, os custos fixos pelo uso da terceirização de mão-de-obra oferecida pelas

cooperativas de trabalho. Ou seja, uma empresa capitalista que subcontrata uma cooperativa de trabalho para realizar atividades dentro de sua própria planta, ficando aos cooperados o simples dever de cumprir com suas atividades, sem ter a autonomia sobre a gestão destas atividades.

Este tipo de prática que reflete as tendências dos processos de reestruturação produtiva, merece um maior destaque dentro do escopo desta pesquisa e será tratado com maior detalhe a seguir.

4.3.1 A fraude das “cooperगतos”

As cooperativas seguem de forma marginalizada dentro do processo de produção capitalista, fato que resulta, em uma maior instância, num retrocesso frente a alguns direitos conquistados pelos trabalhadores cooperados. Estes fatos ganham importância, ao se perceber que algumas cooperativas têm sido criadas com o estímulo direto de seus futuros contratantes. Em alguns casos a empresa demite seus funcionários e ela própria cuida da organização dos ex-empregados para a criação de uma cooperativa que irá funcionar dentro de sua estrutura, que segue fiscalizando as atividades desenvolvidas pelos prestadores de serviço cooperativado. Como observado por Singer (2001):

Como todos os que trabalham em cooperativas são seus próprios patrões – exceto alguns poucos que são assalariados, quase que em estágio probatório para serem depois admitidos como sócios – eles não têm os direitos que a legislação do trabalho assegura aos empregados.

Este fato, em si natural e lógico, deu oportunidade a abusos por parte de empregados inescrupulosos. Para não pagar os chamados “encargos trabalhistas”, estes patrões criam falsas cooperativas, obrigam seus trabalhadores a se associar a elas, “controlando-os” enquanto pretensos cooperados por valores bem menores que a antiga folha de pagamentos.

Este processo de proliferação das cooperativas desde a década passada tem feito aumentar a discussão sobre a questão do trabalho sem vínculo empregatício que envolve estas atividades econômicas. Como observado anteriormente, as cooperativas não sustentam nenhum vínculo empregatício com seus membros, nem tão pouco com os tomadores de seus serviços.

Dadas às tendências atuais do mundo do trabalho, que prezam pela maior flexibilizações das relações de trabalho, muitas cooperativas formais vem sendo criadas, com o objetivo de fraudar a legislação trabalhista. Em que a má interpretação dos artigos que regem a ausência de vínculo empregatício nestas atividades, acabou por gerar um estereótipo negativo nestas instituições, denegrindo inclusive a imagem de outras cooperativas que se mantêm legítimas aos princípios cooperativos.

Este tipo de confusão é mais percebida no que se refere às cooperativas de trabalho, que apesar de terem seus fundamentos voltados ao atendimento das necessidades de seus membros e da prestação de serviços à população, tem se colocado numa encruzilhada para poder diferenciar-se daquelas que tentam burlar a legislação trabalhista.

Mas não é somente a legislação trabalhista que estas “coopergatos” tentam fraudar. A legislação prevê que deve haver a divisão proporcional entre os membros das obrigações tributárias, que findam por precarizar ainda mais as relações de

trabalho. Por exemplo, se uma empresa contrata um trabalhador autônomo a legislação prevê uma contribuição de 20% de seus ganhos, de modo que se assegurem suas garantias junto à Previdência Social, e ainda deve ser paga pelas cooperativas uma contribuição no valor de 15% do total das remunerações ou retribuições por elas pagas, em razão da prestação de serviços pelos trabalhadores autônomos.

Neste sentido, as cooperativas de trabalho tem sido utilizadas com o intuito de dinamizar a terceirização por parte das empresas tradicionais capitalistas. Contudo, a realidade deste tipo de prática acaba por gerar abusos por parte dos envolvidos.

A freqüência destes casos em que a exploração de trabalho se dá via cooperativa, pela sonegação dos direitos trabalhistas na ausência de carteira de trabalho assinada, caracterizando fraude da legislação. Estes exemplos acabam por ser prejudiciais tanto aos trabalhadores envolvidos, como para o movimento cooperativista como um todo.

Uma forma interessante de se verificar se há ou não fraude, é se observar se a cooperativa em questão é sucessora da empresa que é empregadora inicial. Andrade (2000) cita alguns tópicos a serem observados junto às cooperativas de trabalho, a título de verificação de seu caráter verdadeiro.

1. se a cooperativa, além de oferecer trabalho ao associado, oferece também serviços, como saúde, aquisição de equipamentos e alimentos a baixo custo, etc.;
2. se a cooperativa oferece aos seus associados oportunidades de auferir ganho superior àquele que teria se ofertasse a sua força de trabalho de forma isolada;
3. se está ausente a subordinação, pessoalidade e eventualidade. Observar se o obreiro está sujeito a horário, regulamento de empresa, se já foi advertido, se o serviço pode ser prestado por qualquer cooperado, se a atividade desempenhada está relacionada com a atividade principal da tomadora, etc.;
4. se foi fixado valor razoável às quotas-partes, pois, caso contrário, ficaria impossibilitada a necessária assistência aos cooperados.

Todavia, não se deve generalizar tais casos de fraude como sendo substancialmente uma regra dentro das cooperativas de trabalho, seria como manchar todo um movimento social e econômico, em prol de alguns que não tem em seu âmago noção de responsabilidade e solidariedade. Não se pode negar que o cooperativismo tem gerado efetivas possibilidades de subsistência a inúmeras áreas carentes e se tem se tornado vantajoso para inúmero trabalhadores, que são também “donos de seus próprios negócios”.

Por outro lado, também não há garantias que mesmo nas “verdadeiras” cooperativas não se encontrem relatos de precarização das relações de trabalho. Fica aqui registrado, por fim, a necessidade de se avançar nesse tipo de esta pesquisa, buscando uma base empírica de dados, a fim de observar *in loco* de que modo as cooperativas podem representar uma substancial alternativa não só de emprego e renda, mas também de melhor condições de trabalho aos seus cooperados.

A questão das cooperativas pode, em última estância, constituir um espaço de intervenção capaz de influenciar na atual transição do sistema-mundo capitalista. Pois, dados estes momentos de transição, Wallerstein (2001) afirma que se abrem espaços em que é possíveis influenciar a mudança, e o cooperativismo pode representar uma possibilidade a ser implementada num próximo sistema histórico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação das considerações finais a serem apontadas a seguir estão sistematizadas de acordo com os objetivos específicos apresentados no capítulo 1 e desenvolvidos no decorrer desta pesquisa. Em referência ao primeiro objetivo, de analisar a atual fase de transição do sistema-mundo capitalista e suas implicações de espaço temporais, com ênfase na esfera da produção e nos seus reflexos sociais no centro, na periferia e semiperiferia da economia-mundo capitalista, o que se observou numa primeira instância foi a forma como esta fase é vista pelos autores citados.

Para Wallerstein a transição pela qual o capitalismo – como sistema histórico – passa hoje, representa o final deste, para dar espaço a um novo sistema histórico. Mantendo o entendimento da longa duração defendido por Braudel, este autor justifica sua argumentação quanto a suposta transição sobre a investigação das mudanças que se expõe sobre os processos econômicos, político e ideológico do sistema-mundo capitalista.

Analisando a atual fase de transição no sentido do fim do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense (ARRIGHI, 1987), tem-se que início na crise sinalizadora do ciclo estadunidense (nas décadas de 70 e 80) marca o início de uma fase de expansão financeira, em que o capital busca formas mais flexíveis – de maior liquidez – abandonando a rigidez da fase de expansão material em que o capital buscava ampliar sua reprodução através do comércio e da indústria.

Foi visto que esta fase implica em reflexos diretos sobre o mundo do trabalho. Os processos de cortes de custos apontam para uma nova organização do trabalho em que as atividades industriais passam a migrar do núcleo orgânico para regiões periféricas da economia-mundo capitalista. Nas regiões semiperiféricas, em especial

no Brasil foco da pesquisa, ao observar os efeitos desta migração aliados às tendências conjunturais da economia-mundo capitalista têm-se como resultado no mundo do trabalho a busca pela especialização flexível e pelo crescimento da informalização. Trazendo a reboque um encolhimento das estruturas produtivas e a flexibilização das relações de trabalho – que privilegiam a subcontratação e a terceirização.

Com intuito de lograr o segundo objetivo, de identificar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro desde a década de 90, situando-as historicamente na trajetória do envolvimento do Brasil na economia-mundo capitalista, buscou-se primeiramente observar o impacto da atual fase de transição do sistema-mundo capitalista sobre um país semiperiférico como o Brasil. Constatou-se, dentro de uma breve análise histórica, que este país mantém relações de dependência em relação a zona do núcleo orgânico e um significativo atraso em relação a esta, expostos pela sua posição na hierarquia inter-Estatal e, por sua vez, na divisão mundial do trabalho.

Neste período de transição, presenciou-se um modelo de desenvolvimento voltado para fora, porém a pauta de exportações havia mudado em comparação com a década de 30, já que naquele momento o Brasil exportava um maior volume de bens manufaturados. Como citado anteriormente, a migração da indústria, unida ao cenário econômico e político desse momento, apresentava reflexos diretos sobre o mercado de trabalho. A década de 90 é então caracterizada pelo aumento das taxas de desemprego e pelo crescimento do setor informal. Deste modo, os trabalhadores excluídos passaram a buscar alternativas para geração de emprego e renda na economia popular e solidária, bem como, no movimento cooperativista.

Por fim, no desenvolvimento do terceiro objetivo, que tem o intuito de observar a marcada evolução que as cooperativas de trabalho apresentam no Brasil desde os anos de 1990, na perspectiva da participação brasileira na presente transição do sistema histórico vigente, pode-se realizar um breve apanhado histórico do cooperativismo no mundo e no Brasil. Constatou-se que as atividades cooperativistas datam de antes do surgimento da economia-mundo capitalista, ainda na idade antiga, dada a magnitude do capitalismo em aceitar as mais diversas formas de relação de trabalho. Mas é somente no século XIX que estas passam a se estabelecer nos moldes que se apresentam nos dias atuais.

Se, por um lado, os socialistas utópicos estavam entre os primeiros pensadores a relatar as experiências cooperativistas (com destaque a Robert Owen), por outro lado a experiência de Rochdale, em 1844, fomentou a base dos princípios cooperativistas que norteiam tais atividades até o presente momento.

Entre os princípios do cooperativismo o que mais se destaca é a autogestão, que se dispõe de maneira contrária à forma de gestão usual do modo de produção capitalista, e passa a ser o eixo norteador da atual discussão a cerca das “verdadeiras” ou “falsas” cooperativas.

A experiência de Rochdale surgiu como uma forma contrária aos efeitos da primeira revolução industrial na Inglaterra, as cooperativas ressurgem, aliadas a economia solidária no Brasil em resposta aos efeitos da segunda revolução industrial na década de 80 e potencializam suas atividades na terceira revolução industrial na década de 90.

A evolução das cooperativas de trabalho no Brasil apresenta um notado avanço durante a década de 1990, sendo que hoje representam o segmento de maior número no total de cooperativas, fato este que não se expressa no número de

cooperados que totalizam 311.856, enquanto o segmento de consumo indica a participação de 1.920.311 de cooperados. Esta evolução tem sido amplamente explicada como sendo resultado das altas taxas de desemprego e do crescimento do setor informal do mercado de trabalho brasileiro.

Contudo, os efeitos da reestruturação produtiva vivenciada desde a década de 80 aliada as mudanças da legislação que diz respeito as cooperativas, indica para o aproveitamento das atividades cooperativas como forma de potencializar a flexibilização das relações de trabalho e diminuição dos custos contratuais por parte das empresas capitalistas. Este ponto destaca-se como potencializador das discussões acerca do papel das cooperativas de trabalho, como forma de enfrentamento dos desafios gerados pela crise do mercado de trabalho brasileiro e como alternativa à saciedade da necessidade de emprego e renda por parte dos cooperados.

Uma interessante questão a ser aqui levantada é da hipótese de que através dos parâmetros legais instaurados em 1994, que determinam a inexistência de vínculo empregatício entre uma empresa que contrata os serviços de uma cooperativa de trabalho, ter atuado como mola propulsora da expressiva evolução do número de cooperativas após o referido momento. Porém, realizar este tipo de afirmação é muito arriscado, dado que para tal argumentação seria necessária uma pesquisa direta junto às cooperativas a fim de observar a forma com que estas exercem sua gestão, se através da autogestão ou não.

Outro ponto que pode ser levantado, parte da abordagem de Wallerstein para a atual fase de transição do sistema histórico capitalista a caminho de um novo sistema histórico, em que a cooperativas podem representar o embrião de um modo

de produção distinto do capitalista, se observados com o caráter revolucionário como são vistas por Singer.

Observou-se portanto que, ao ampliar o horizonte deste estudo, abraçando a abordagem do sistema-mundo capitalista, esta evolução das cooperativas de trabalho no Brasil pode ser compreendida como uma resposta à fase de transição do sistema-mundo capitalista e da forma como as transformações no mundo do trabalho se refletem num país semiperiférico como o Brasil. Contudo, não há como se deixar de lado a importância da heterogeneidade de situações com que estas cooperativas se apresentam no mercado de trabalho, em que somente uma análise empírica específica pode indicar a natureza destas iniciativas: se genuínas ou espúrias.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, E. Mercado de trabalho e do emprego sob a política de estabilização. In: **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios do emprego e da competitividade. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 1999.
- ANDRADE, D. G. **Cooperativas de trabalho**. (1998). Disponível em: <http://www.unb.br>. Acesso em mar.2004.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, G. The social and political economy of global turbulence. **New Left Review**, 20, Mar-April, 2003, p. 5-71.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. (org.). **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- ARRUDA, M. Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário. In: **Artigos & histórias de sócioeconomia solidária**. São Paulo: PACS, 1999.
- ARRUDA, M. Que fazer para alimentar a mística dos que estão na vida política?. In: **Artigos & histórias de sócioeconomia solidária**. São Paulo: PACS, 1999.
- ARRUDA, M. Sócioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.232-241.
- BALTAR, P. E. de A. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. de (org.). **Economia e trabalho**. Campinas: UNICAMP.IE, 1999.
- BALTAR, P. E. de A. Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. de (org.). **Economia e trabalho**. Campinas: UNICAMP.IE, 1999.
- BARCELLOS, A. P. **Economia popular e solidária**: uma alternativa à crise do mercado de trabalho nos anos 90. Florianópolis: 2000. (Monografia) Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BENATO, J. V. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1994.
- BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de terceiro mundo. Porto Alegre: Coojornal, 1980.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRAUDEL, F. **O jogo das trocas**. Lisboa-Rio de Janeiro: Edição Cosmos, 1985.
- CACCIAMALI, M. C. Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: Ministério do trabalho e emprego, 1999.

CAMARGO, J. M.; NERI, M.; REIS, M. C. (2000) Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações. **Texto para discussão nº743**, FGV: Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.com.br>. Acesso em 04/05/2004.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. 18.ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

CASTRO, G. R. (2003). **O mercado de trabalho no Brasil**: da trajetória da estruturação à desestruturação. Disponível em <http://www.divinopolis.uemg.br> Acesso em 07/07/2004

CASTRO, N. e DEDDECA, C. S. Flexibilização e precarização: tempos mais duros. In: CASTRO, N. e DEDDECA, C. S. (org.) **A ocupação da América Latina**. São Paulo/Rio de Janeiro : ALAST, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COUTINHO, L. G. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: Fórum Nacional: Idéias para a modernização do Brasil. **Desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro : Ed. José Olympio, 1997

COUTINHO, L. G. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In. BAUMANN, R. (org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro : Campus, 1996

CRUZ, P. R. D. C. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após-guerra. **Economia e Sociedade**. Campinas, dezembro, 1994, p.65-80.

CULTI, M. N. **O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade**. Tercer Congreso Europeo de Latinoamericanistas, em Amsterdam –Holanda em julho de 2002. Disponível em: <http://www.unicorp.org>. Acesso em: dez. 2003.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

GAIGER, L. I. **A solidariedade como uma alternativa para os pobres**. 2000. Disponível em: <http://www.pacs.org.br>. Acesso em: jan. 2003.

GAIGER, L. I. **O trabalho no centro da economia popular solidária**. Caxambu: Unisinos, 1999.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, I. (org.). **The age of transition**. London & New Jersey: Zed Books, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sidra**. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em: 20 set.2004.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia popular. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.101-108.

KLAES, Luiz Salgado. **O ideário da cooperativa e sua influência no movimento da legislação cooperativa brasileira**. Florianópolis: 1982. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina.

KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Disponível em: <http://www.caritasbrasileira.org>. Acesso em 09/12/2003.

LAVINAS, L. As recentes políticas públicas de emprego no Brasil e sua abordagem de gênero. In: **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Brasília: Ministério do trabalho e emprego, 1999.

LINS, H. N. Cooperativas de trabalhadores: opção frente a crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho? **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.11, n.1, jul. 2001. p.39-75.

LISBOA, A. **A economia popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1998.

LISBOA, A. A sócioeconomia solidária diante da grande transformação. **Ciências Sociais UNISINOS**. São Leopoldo, v.37, n.159, 2001. p.27-57.

LISBOA, A. **Desenvolvimento uma idéia subdesenvolvida**. Florianópolis: UFSC, 1995.

LISBOA, A. **Os desafios da economia popular e solidária**. 2000. Disponível em: <http://www.pacs.org.br>. Acesso em: dez. 2003.

LISBOA, A. Sócioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano. **Texto para Discussão**. Florianópolis, UFSC/CSE/CNM, n. 2, 2004.

LISBOA, L. V. **O cooperativismo de trabalho**. 2003. Disponível em: <http://www.sj.univali.br>. Acesso em: mar.2004.

MARX, K. **O capital: crítica a economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K; Engels, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção A obra prima de cada autor.).

MATTOSO, J. E. L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo. In: OLIVEIRA, M. A. de (org.). **Economia e trabalho**. Campinas: UNICAMP.IE, 1999.

NAKANO, M. Anteg: a autogestão como marca. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. (org). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.65-80.

NÚÑEZ, O. **La economía popular asociativa y autogestionaria**. 2.ed. Manágua: CIPERS, 1996.

OLIVEIRA, C. A. B. de. Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra. In: OLIVEIRA, M. A. de (org.). **Economia e trabalho**. Campinas: UNICAMP.IE, 1999.

OLIVEIRA, N. B. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: FDRH, 1979.

PESSOA, E.; MARTINS, M. O emprego público no Brasil, nos anos 90. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.24, n.1, 2003, p.249-270.

PICCININI, V. C. O trabalho flexível na indústria calçadista. In: CASTRO, N. e DEDDECA, C. S. (org.) **A ocupação da América Latina**. São Paulo/Rio de Janeiro : ALAST, 1998

PINHO, D. B. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

POCHMANN, M. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. de (org.). **Economia e Trabalho**. Campinas: UNICAMP.IE, 1999.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

POSTHUMA, A. C. Transformações do emprego no Brasil na década de 90. In: **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: Ministério do trabalho e emprego, 1999.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

REINECKE, G. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. In: **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: Ministério do trabalho e emprego, 1999.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SCHMITD, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.63-71.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativas de produção ou de trabalho: sua viabilidade no Brasil. **Cadernos CEDOPE**. UNISINOS. Série Cooperativismo, n.II-6, 1992.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SILVA, A. J.; DORNELAS, H.L.; BRAGA, M.J. **Cooperativas de trabalho**: a práxis dos princípios cooperativistas e sua análise jurídica. Disponível em: <http://www.ufop.ichs.br>. Acesso em: Dez. 2003.

SINGER, P. **Cooperativismo e sindicato no Brasil**. 2001. Disponível em: <http://www.pronord.com.br>. Acesso em 26/03/2004.

SINGER, P. Economia solidária. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.116-124.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. (org). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.11-28.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, P. Perspectivas de desenvolvimento da América Latina. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 44, 1996. p.133-164.

SOUZA, H. de. Globalização. **Jornal O Estado de São Paulo**, 06/07/1996.

TAVARES, M. da C. Império, território e dinheiro. In.FIORI, J. L. (org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

VALENZUELA, M. H. Igualdade de oportunidade e discriminação de raças no mercado de trabalho brasileiro. In: **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios do emprego e da competitividade. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 1999.

VIEIRA, P. A. A modernização da legislação trabalhista. **Atualidade Econômica** n.36, Florianópolis: UFSC, dez./out. 1999.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

